

Serviço Social do Comércio
Departamento Nacional

GUIA DO PROGRAMA MESA BRASIL SESC

Sesc | Serviço Social do Comércio
Departamento Nacional
Rio de Janeiro
2016

Sesc | SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

Presidência do Conselho Nacional
Antonio Oliveira Santos

DEPARTAMENTO NACIONAL

Direção-Geral
Carlos Artexes Simões

Diretoria de Saúde, Assistência e Lazer
Janaína Pochapski

Diretoria de Educação e Cultura
Márcia Costa Rodrigues

Diretoria de Administração e Planejamento
Robson Costa

PUBLICAÇÃO

Departamento de Formação e Pesquisa
Cláudia Márcia Santos Barros

Núcleo de Estudos e Pesquisas
Andrea Maciel de La Reza

Equipe Técnica
Jorge Côrtes dos Reis
Rita de Cássia Martorelli

Departamento de Assistência
Ana Cristina Corrêa Guedes Barros

Equipe Técnica
Cláudia Márcia Ramos Roseno
René de Castro Lopo Neto

Colaboração
Equipes do Programa Mesa Brasil Sesc
nos Departamentos Regionais

Produção Editorial

Departamento de Comunicação e Mídia
Núcleo de Comunicação Institucional
Pedro Hammerschmidt Capeto

Supervisora Editorial
Jane Muniz

Editoração
Livros & Livros | Susan Johnson

Revisão
Gustavo Barbosa (Conceito Comunicação Integrada)

Produção Gráfica
Celso Clapp

Sesc. Departamento Nacional.
Guia do Programa Mesa Brasil Sesc / Sesc, Departamento
Nacional. – Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2016.

172 p. : il. ; 29,7 cm.

ISBN 978-85-8254-056-5

1. Segurança alimentar. 2. Segurança nutricional. 3. Alimentos-
Desperdício. 4. Ações educativas. 5. Assistência alimentar. I.
Título.

CDD 363.85

© Sesc Departamento Nacional, 2016
Av. Ayrton Senna, 5.555, Jacarepaguá
Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-004
Telefone: (21) 2136-5555
www.sesc.com.br

Todos os direitos reservados e protegidos pela
Lei nº 9.610 de 19/2/1998. Nenhuma parte desta
publicação poderá ser reproduzida sem autorização
prévia por escrito do Departamento Nacional do Sesc,
sejam quais forem os meios e mídias empregados:
eletrônicos, impressos, mecânicos, fotográficos,
gravação ou quaisquer outros.

Distribuição gratuita, venda proibida.

7	INTRODUÇÃO
9	CAPÍTULO 1 – OS PONTOS DE PARTIDA
10	1 MESA BRASIL SESC: AÇÃO PROPOSITIVA NO CENÁRIO SOCIAL
13	2 MISSÃO
13	3 VISÃO
13	4 VALORES
14	5 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL
20	6 INFLUÊNCIAS EXTERNAS E POLÍTICAS / PROGRAMAS RELACIONADOS
23	CAPÍTULO 2 – O MESA BRASIL SESC EM OPERAÇÃO
24	1 PROGRAMAÇÃO
24	1.2 BASES PARA A PROGRAMAÇÃO
26	2 MODALIDADES
29	3 LOGÍSTICA
30	3.1 COLETA E SELEÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
30	3.2 DISTRIBUIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
31	3.3 RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE GRANDES DOAÇÕES
33	4 BENEFICIÁRIOS
33	4.1 INDIVÍDUOS ASSISTIDOS POR ENTIDADES SOCIAIS
33	4.2 FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL
34	4.3 VÍTIMAS DE CALAMIDADES PÚBLICAS
35	5 FORMAÇÃO DE REDES
35	5.1 IDENTIFICAÇÃO, CAPTAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE DOADORES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS
43	5.2 PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SOCIAIS
44	5.3 MOBILIZAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS
46	6 RELAÇÃO COM AS ENTIDADES SOCIAIS
46	6.1 PRÉ-CADASTRO E CADASTRO
50	6.2 ACOMPANHAMENTO
53	6.3 DESLIGAMENTO
54	7 RELAÇÃO COM AS ENTIDADES MEDIADORAS
54	7.1 PRÉ-CADASTRO E CADASTRO
55	7.2 ACOMPANHAMENTO
57	7.3 DESLIGAMENTO
57	8 AÇÃO EDUCATIVA – DESENVOLVENDO HABILIDADES
61	8.1 FOCO DA AÇÃO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS ENTIDADES SOCIAIS
62	8.1.1 EIXOS DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DAS ENTIDADES SOCIAIS
64	8.1.2 EIXOS DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DAS ENTIDADES MEDIADORAS
66	8.1.3 EIXOS DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DOS DOADORES
67	8.1.4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

70	8.1.5 DINÂMICA DE REDE
72	8.2 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS
75	8.2.1 A FACILITAÇÃO DOS PROCESSOS PEDAGÓGICOS
79	CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE
80	1 TRABALHO E FORMAÇÃO
82	2 FORMAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO MBS
84	3 PERFIL FUNCIONAL DOS TRABALHADORES DO MESA BRASIL SESC
84	3.1 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE
86	3.2 ATRIBUIÇÕES
93	3.3 SELEÇÃO DE PESSOAL
95	CAPÍTULO 4 – GESTÃO COMO RECURSO ESTRATÉGICO
96	1 FUNDAMENTAÇÃO
98	2 EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO MBS
98	2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO
99	2.2 PROPOSTA PROGRAMÁTICA DE TRABALHO – PPT
102	2.3 SOFTWARE MESA BRASIL SESC
103	2.4 REFERENCIAIS PROGRAMÁTICOS
104	2.5 GESTÃO NACIONAL
105	2.6 DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO
106	3 DIMENSÕES, BENEFÍCIOS E DESAFIOS DE UMA GESTÃO ESTRATÉGICA E TRANSPARENTE DO MBS
109	REFERÊNCIAS
113	ANEXOS
115	ANEXO 1 - MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA MESA BRASIL SESC
117	ANEXO 2 - LEGISLAÇÃO
118	ANEXO 3 - RECIBO DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS/PRODUTOS
119	ANEXO 4 - RECIBO DE CESSÃO DE ALIMENTOS/PRODUTOS
120	ANEXO 5 - PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO DE RETIRADA E RECEBIMENTO DE GRANDES DOAÇÕES
122	ANEXO 6 - CHECKLIST SESC SOLIDÁRIO
124	ANEXO 7 - FICHA DE CADASTRO DE DOADORES
125	ANEXO 8 - TERMO DE PARCERIA DE DOAÇÃO DE ALIMENTOS
127	ANEXO 9 - FICHA DE CADASTRO DE VOLUNTÁRIO
130	ANEXO 10 - FORMULÁRIO DE PRÉ-CADASTRO E CADASTRO DE ENTIDADE SOCIAL
137	ANEXO 11 - TERMO DE COOPERAÇÃO ENTIDADE SOCIAL
140	ANEXO 12 - TERMO DE DESLIGAMENTO

141	ANEXO 13 - TERMO DE COOPERAÇÃO ENTIDADE MEDIADORA
144	ANEXO 14 - CADASTRO DE FAMÍLIA
145	ANEXO 15 - VISITA DE MONITORAMENTO A ENTIDADE SOCIAL
148	ANEXO 16 - LISTA DE PRESENÇA - AÇÃO EDUCATIVA
149	ANEXO 17 - MAPA DE RESULTADOS
157	OUTROS ANEXOS PARA CONSULTA
157	ANEXO 18 - ROTEIRO DE ACOMPANHAMENTO SEMESTRAL
162	ANEXO 19 - MONITORAMENTO DO PARCEIRO DOADOR
163	ANEXO 20 - PROCEDIMENTOS PADRONIZADOS DE COLETA DE ALIMENTOS
165	ANEXO 21 - FORMULÁRIO PARA REGISTRO DO CONTATO COM AS ENTIDADES SOCIAIS
166	ANEXO 22 - CRONOGRAMA ANUAL DE MONITORAMENTO DAS ENTIDADES SOCIAIS
167	ANEXO 23 - SOLICITAÇÃO DE SUSPENSÃO DAS DOAÇÕES
168	ANEXO 24 - LAYOUT ADESIVAGEM DA VAN E LAYOUT ADESIVAGEM DO CAMINHÃO
169	ANEXO 25 - INFORMATIVO
170	ANEXO 26 - CERTIFICADO DE MÉRITO COMUNITÁRIO

INTRODUÇÃO

O Programa Mesa Brasil Sesc (MBS) foi lançado em fevereiro de 2003, momento em que todo o país focava no desenvolvimento de ações de combate à fome para contribuir diretamente na melhoria da situação nutricional precária vivida pela população brasileira.

Nesse cenário, em convergência com ações dos Departamentos Regionais, em articulação com as iniciativas da sociedade civil e do poder público, e em claro alinhamento com os Objetivos do Milênio, o Sesc implantou o Programa MBS, buscando apresentar uma resposta institucional à questão do combate à fome e ao desperdício de alimentos.

Implantado em âmbito nacional, o MBS representou um esforço institucional e coletivo, em todos os Regionais, para a formação da Rede Nacional de Solidariedade contra a Fome e o Desperdício de Alimentos. A rede nacional formada pelo Sesc passou a contribuir efetivamente na melhoria da qualidade de vida e na inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, tendo como um dos grandes parceiros o Programa Fome Zero, do Governo Federal.

Apesar da complexidade apresentada, a ideia era simples: aproximar os extremos – onde sobram alimentos e onde faltam –, agregando valor nutricional às refeições oferecidas às entidades sociais. Somando-se a isso, ações educativas na área de segurança alimentar e nutricional e assistência social.

Atualmente, o Programa se constitui como uma Rede de Banco de Alimentos, integrada por dezenas de Unidades Operacionais, distribuídas por todos os estados do território nacional, em todas as capitais e em centenas de municípios do interior do país.

A construção deste Guia consolidou-se em junho de 2010, no bojo do processo de realinhamento do Programa, partindo do documento orientador “Manual de Implantação do Programa Mesa Brasil Sesc”, de 2003.

O presente documento tem a intenção de trabalhar a fundamentação teórica e o aparato metodológico-operacional necessários ao desempenho das atribuições de planejamento, gestão e operacionalização das ações do Programa.

Trata-se de obra coletiva, construída por várias mãos, tanto pelo Departamento Nacional como pelos Departamentos Regionais, com base nas diferentes experiências e aprendizados vivenciados desde a implantação da rede, com avanços, percalços e muitas realizações.

O Guia constitui-se em importante ferramenta para dar continuidade a esta história já escrita em tantas localidades do Brasil, no trabalho diário das equipes que fazem o Programa MBS acontecer.

No capítulo 1, o Guia apresenta os pontos de partida do MBS, sua ação propositiva, missão, visão, valores, marco teórico-conceitual e as políticas externas relacionadas à temática de segurança alimentar e nutricional, buscando discorrer sobre o pensamento e as referências que marcam o Programa.

No capítulo 2, detalha-se todo o funcionamento do Programa: as bases para sua programação, suas modalidades (Banco de Alimentos e Colheita Urbana), logística, beneficiários, a formação de rede, a relação com as entidades sociais, com as entidades mediadoras e a ação educativa realizada para a sustentabilidade destas entidades, tendo como principais eixos o planejamento e o monitoramento destas ações.

O capítulo 3 trata da formação e da qualificação das equipes do Programa. Partindo dessa reflexão, discorre sobre os principais eixos de formação – institucional, técnico-conceitual e logístico-operacional – assim como, sobre o perfil funcional dos trabalhadores do MBS, detalhando a composição das equipes, atribuições dos diferentes profissionais envolvidos no trabalho e o processo de seleção.

Por último, **no capítulo 4**, aborda-se a visão da gestão do MBS, como recurso estratégico, com sua fundamentação, práticas e instrumentos. O capítulo traz ainda a Proposta Programática de Trabalho (PPT) e os referenciais programáticos para a gestão nacional. Ressalta-se a importância da divulgação e promoção do Programa, refletindo o compromisso estratégico com a transparência.

E ainda os **Anexos**, que agregam diferentes formulários, termos de parceria, modelo de informativo, layout de adesivagem de veículos, legislações, entre outros documentos importantes, cujo objetivo é subsidiar o entendimento do Programa e sua operacionalização.

Assim, em consonância com os valores que orientam a ação do Sesc, firma-se o compromisso pela ampliação da cidadania e pela inclusão. Esse compromisso se desenvolve por meio de uma política de segurança alimentar e nutricional e de ações educativas que almejam a construção de capacidades individuais e coletivas na busca pela melhoria das condições de vida e pela garantia de direitos básicos a quem ainda se encontra privado deles.

E o MBS segue sua trajetória incansável para que a garantia destes direitos seja uma realidade na vida de todos os brasileiros.

“Constitui, pois, a luta contra a fome, concebida em termos objetivos,
o único caminho para a sobrevivência de nossa civilização.” (CASTRO, 1966)

“Só há um tipo de verdadeiro desenvolvimento: o desenvolvimento do homem.”
(CASTRO, 1991)

■ CAPÍTULO 1

Os PONTOS DE PARTIDA

Venho armado de amor
para trabalhar cantando
na construção da manhã.
Amor dá tudo o que tem.
Reparto a minha esperança
e planto a clara certeza
da vida nova que vem.

...

Não tenho caminho novo.
O que tenho de novo
é o jeito de caminhar.
Com a dor dos deserdados,
com o sonho escuro da criança
que dorme com fome,
aprendi que o mundo não é só meu.
Mas sobretudo aprendi
que na verdade o que importa,
antes que a vida apodreça,
é trabalhar na mudança
do que é preciso mudar.

Cada um na sua vez,
cada qual no seu lugar.

(MELLO, 1981)

1 MESA BRASIL SESC: AÇÃO PROPOSITIVA NO CENÁRIO SOCIAL

As bases do Programa Mesa Brasil Sesc remetem-se à natureza da atuação institucional na área da nutrição, cujo propósito precípua, desde a fundação da entidade em 1946, é a melhoria do padrão alimentar dos trabalhadores do comércio de bens e serviços – com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade social – mediante estratégias de apoio social e educativo, dentre elas: o provimento de refeições saudáveis, seguras e de qualidade, adequadas às necessidades nutricionais e à diversidade dos contextos socioculturais da população brasileira.

Frente ao quadro de desigualdade social em nosso país, em que se evidenciam as muitas carências materiais a que estão submetidos os indivíduos em situação de miséria e pobreza, o Sesc foi ampliando gradativamente o seu espectro de cobertura para além da clientela comerciária, de modo a atender indivíduos e grupos vulneráveis à insegurança alimentar e nutricional.

A constatação da existência de um contingente expressivo de brasileiros submetidos a essa condição e, portanto, destituídos da possibilidade de exercer um direito humano básico fundamental à existência com dignidade, deu início, na década de 1990, ao desenvolvimento de projetos, com destaque para banco de alimentos.

As experiências exitosas se replicaram em alguns Departamentos Regionais na primeira década de 2000, inspirando a expansão dos programas de combate à fome e ao desperdício de alimentos em outros marcos institucionais no cenário nacional. Assumia-se, assim, como um imperativo ético-político, a necessidade de pensar estratégias intersetoriais para superação da fome e da pobreza de forma permanente.

Dados dessa década registram índices superiores a 30% da população brasileira em condição de pobreza e acima de 10% em indigência, indicando assim o dimensionamento da população vulnerável à fome. A essa conjuntura, agregam-se os dados relacionados à perda e ao desperdício de alimentos no Brasil em diferentes etapas do ciclo, considerando-se desde o processo produtivo até o consumo pela população. Ainda que sejam experimentadas dificuldades metodológicas nas análises e estimativas, comprometendo a precisão dos achados quantitativos, não há dúvida quanto aos efeitos perniciosos para a segurança alimentar desencadeados por situações como o armazenamento incorreto, a manipulação e o transporte impróprios, as sobras de comercialização constituídas de alimentos em perfeito estado de conservação, e o manejo incorreto na produção hortifrutigranjeira, na produção de grãos, carne, leite e derivados, dentre outras que configuram o problema do desperdício como questão de relevância social. Em diferentes campos, se discute a necessidade de rever processos, atitudes e valores e de desenvolver sistemas para redução das perdas e do desperdício.

Foi esse o cenário de lançamento, em 2003, do Programa Mesa Brasil Sesc: uma Rede Nacional de Solidariedade contra a Fome e o Desperdício de Alimentos, visando contribuir para a cidadania e a melhoria da qualidade de vida de populações marginalizadas, em uma perspectiva de inclusão social. Trata-se, essencialmente, de um Programa de Segurança Alimentar e

Nutricional estruturado sobre ações educativas e de distribuição de alimentos excedentes ou fora dos padrões de comercialização, próprios para o consumo, viabilizando a complementação de refeições fornecidas nas entidades sociais beneficiadas.

As modalidades operacionais – banco de alimentos e colheita urbana – não fornecem a refeição completa, mas complementam e reforçam as preparações servidas pelas entidades sociais beneficiadas pelo Programa, agregando valor nutricional.

A opção por atuar na complementação de refeições decorre de uma lógica de corresponsabilização, evitando-se o risco de o Programa se tornar o provedor exclusivo de alimentos das organizações assistidas, o que incorreria em uma relação de dependência incompatível com os objetivos de apoio ao aprimoramento da capacidade institucional dos participantes da rede.

Constituindo-se em uma ponte que conecta os espaços onde há sobra aos contextos nos quais impera a falta, o Programa contribui, em uma ponta, para a diminuição do desperdício e, na outra, para a redução da condição de insegurança alimentar de crianças, jovens, adultos e idosos. Em ambos os polos desse percurso, as estratégias de mobilização e as ações educativas contribuem para a solidariedade social, para o desenvolvimento comunitário e para a autonomia dos indivíduos e entidades.

A linha de argumentação defendida no âmbito dessa proposta segue no sentido do questionamento da tendência histórica de autoritarismo, clientelismo e fragmentação institucional na forma de propor e gerir as políticas e programas que materializam as respostas aos dilemas da pobreza e da miséria no cenário nacional. Assim, um pressuposto a salientar diz respeito à dimensão crítica assumida na proposição do Programa, relacionada à compreensão da segurança alimentar e nutricional como um direito social, em substituição ao paradigma filantrópico e assistencialista, ainda predominante nesse campo.

É desse modo que, em consonância com os valores que orientam a ação finalística do Sesc, firma-se o compromisso pela ampliação da cidadania, com a incorporação de atividades educativas como componente estratégico essencial para construir capacidades individuais e fortalecer a articulação comunitária na busca por melhores condições de vida e pela efetiva participação em processos decisórios voltados para a garantia de outros recursos vitais e de pertencimento social, como: renda, emprego, habitação, educação, assistência social e saúde, equipamentos coletivos, dentre outros.

Compreende-se que esses são direitos básicos de cidadania dos quais amplos contingentes da população encontram-se privados, revelando as múltiplas dimensões da desigualdade e da pobreza, para além dos dados de renda monetária. Coloca em evidência a exclusão social em seu sentido de apartação, ou seja, como dinâmica que separa os indivíduos, obstando sua participação na esfera pública, ao negar sistematicamente seus direitos e tolher seu acesso à riqueza produzida no país. Exclusão da comunidade sociopolítica, portanto, que despoja os indivíduos de sua condição humana de discurso e ação, impedindo-lhes que se tornem sujeitos de direito em seu processo social.

Ao enfoque socioeconômico alia-se o de saúde e nutrição, supondo a reflexão sobre as interações existentes entre processos sociais e saúde. Nas últimas décadas, os estudos dos determinantes sociais da saúde têm trazido evidências sobre a inequívoca articulação entre condições de vida e níveis sanitários da população, apontando as diferenças que colocam determinados grupos sociais – como os mais pobres, as minorias étnicas e as mulheres – em situações persistentes de desvantagem e discriminação, que afetam negativamente a saúde e reforçam vulnerabilidades sociais e econômicas, perpetuando o ciclo de iniquidades.

A compreensão das desigualdades sociais como principal entrave à saúde e à vida com qualidade convoca os setores público e privado a uma ação compartilhada sobre problemas que têm uma natureza complexa, com determinantes interrelacionados. Reside aí mais um eixo orientador da construção operacional do Programa Mesa Brasil Sesc – o qual fundamenta o modelo de parceria proposto – entendendo-se que as redes intersetoriais não só podem integrar os diversos equipamentos públicos existentes em um dado espaço geográfico, como incluir outros parceiros autônomos da sociedade civil, organizações não governamentais, conselhos de direito e espaços de interlocução, de modo a potencializar os resultados para um dado grupo populacional – em particular os segmentos mais vulneráveis.

Frente às precárias condições de saúde, ambientais e sociais, a rede de parceiros tem mobilizado esforços e se engajado em compromissos que ultrapassam a doação de gêneros alimentícios, demandando do Programa a mediação na distribuição de produtos diversos (material de higiene e limpeza, vestuário, entre outros). O espectro de intervenção do Mesa Brasil Sesc se amplia, influenciando outros fatores do universo de interações e significados da fome e da pobreza, consoante seus propósitos de promoção da segurança alimentar e nutricional, como componente do desenvolvimento social.

Esse é um esforço que se faz, também, em correspondência à crescente conscientização das empresas na direção do combate ao desperdício, com a necessidade de se definirem estratégias operacionais e mercadológicas que repercutam positivamente nos cenários sociais e ambientais de seu entorno.

Enfatiza-se, ainda, mediante a captação e formação de voluntários, a capacidade de indivíduos e grupos se mobilizarem em função de objetivos que transcendem interesses particulares, compartilhando conhecimentos, ações e responsabilidades na atuação em diferentes contextos para transformação da realidade social em que estão inseridos.

A participação social tem avançado muito nos últimos anos e, nesse contexto, inúmeras entidades têm se colocado na tarefa de incorporar aspectos específicos da segurança alimentar e nutricional em sua atuação. Dentre os desafios que se apresentam à participação da sociedade civil, destacam-se: a ampla capacitação visando incorporar cada vez mais novos segmentos, principalmente a população não organizada; e o avanço para além das ações de campanha e doações de alimentos, impulsionando o desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional e de assistência social.

É nessa perspectiva que o Sesc vem atuando, de forma efetiva, em situações de calamidades públicas em todo o país. Os Departamentos Regionais conciliam as ações emergenciais e de atenção aos desalojados e desabrigados – em decorrência de situações conjunturais diversas – à sistematização de ações de empoderamento e inserção social desses grupos populacionais. O Mesa Brasil Sesc atua fortemente nesta rede de solidariedade, sensibilizando as empresas parceiras e utilizando sua logística humanitária para fins de direcionamento e entrega de donativos.

Foi, portanto, com base em valores associados à defesa da vida, à luta pela justiça, à garantia de direitos sociais e à reafirmação dos ideais de participação política e solidariedade social, que o Programa Mesa Brasil Sesc estruturou suas estratégias e vem fortalecendo suas atividades, articulando a segurança alimentar e nutricional ao desenvolvimento humano e social.

2 MISSÃO

Contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional dos indivíduos em situação de vulnerabilidade e atuar na redução do desperdício, mediante a distribuição de alimentos doados por parceiros, o desenvolvimento de ações educativas e a promoção da solidariedade social em todo o país.

3 VISÃO

Ser um Programa modelar no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, sustentável enquanto rede e reconhecido pela sociedade.

4 VALORES

- Responsabilidade – Compromisso como uma gestão ética, transparente e de confiança da organização com suas partes interessadas (parceiros e sociedade)
- Solidariedade – Cooperação mútua em prol de um objetivo comum
- Equidade – Respeito à igualdade de direitos
- Excelência – Qualidade no desenvolvimento das ações
- Sustentabilidade – Atenção permanente aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

5 MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

Os muitos desafios para a promoção da segurança alimentar e nutricional nos dias de hoje estão relacionados ao modelo de produção e distribuição das riquezas que historicamente vêm provocando enormes desigualdades entre países, e entre regiões de um mesmo país. De um lado, concentra-se a riqueza; de outro lado, a pobreza.

No Brasil, o quadro de desigualdade é marcado pelo empobrecimento dos povos do campo e pela presença de bolsões de pobreza nas grandes, médias e pequenas cidades. São populações que não dispõem de poder de compra e que, portanto, têm severa dificuldade de acesso aos alimentos, embora não haja crise de produção em nosso país.

Em um contexto de necessidades, que apresenta desigualdades, a equidade é uma construção social necessária, que reflete a qualidade de vida de uma população, traduzindo-se em bem-estar da sociedade.

Subjaz aí o entendimento de que pobreza, ainda que cause precariedade e vulnerabilidade, não é somente a falta de acesso a bens materiais, mas é também: escassez de oportunidades e de possibilidades de opção entre diferentes alternativas; e privação da participação no circuito de reciprocidade assegurador de direitos e da inserção em um mundo comum (CASTEL, 1998; SEN, 2000). A pobreza e a vulnerabilidade, quando constantes e insidiosas, resultam em um processo de invalidação social, desqualificação e dissociação, marcado pela incerteza e pela infelicidade.

Ultrapassando o enfoque estrito do crescimento econômico, as questões sociais, culturais, políticas e ambientais têm sido progressivamente abarcadas dentro das visões de desenvolvimento que levam em consideração a qualidade de vida de forma mais ampla, ou seja, como conceito multidimensional que “abrange tanto a distribuição dos bens de cidadania – os bens e direitos que uma sociedade em um dado momento julga serem essenciais – quanto a de uma série de bens coletivos de natureza menos tangível e nem por isso menos reais em suas repercussões sobre o bem-estar social” (SOUZA, 1984, p. 15).

Torna-se necessário, assim, requalificar as relações entre qualidade de vida e desenvolvimento econômico, aproximando-se da compreensão do desenvolvimento como expansão de capacidades, tal como concebida por Amartya Sen, que vê com grande importância “as liberdades substantivas – as capacidades – de escolher uma vida que se tem razão para valorizar” (SEN, 2000, p 94). O desenvolvimento é um processo contínuo conducente à implementação dessas liberdades substantivas, dessas capacidades – conceito que incorpora tanto a possibilidade de escolha dos ativos necessários ao desenvolvimento quanto a capacidade de desempenho da pessoa, requerendo a garantia de transparência, segurança protetora e oportunidades sociais.

A preocupação é com o enriquecimento das vidas humanas. Reduzir as disparidades – garantindo a construção coletiva de patamares de satisfação de necessidades básicas – e propiciar uma vida digna a toda população para que todos possam ter a chance de desenvolver ao máximo as

suas capacidades e de usar essas capacidades da melhor forma possível em todas as áreas da vida, são medidas que possibilitam o usufruto da liberdade.

Trata-se da perspectiva do Desenvolvimento Humano Sustentável, entendido como liberdade de privações, que associa política econômica e política social, de forma a incorporar as dimensões da democracia, da equidade e do desenvolvimento social.

Em conformidade com os princípios de eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica que orientam esse enfoque, erradicar a pobreza, proteger o ambiente e assegurar a sustentabilidade devem ser itens prioritários nas agendas dos diferentes segmentos governamentais, da sociedade civil e do setor empresarial. E nesse escopo, como sugerido por Maluf (2007), a incorporação da segurança alimentar e nutricional entre os objetivos que orientam as escolhas estratégicas de um país contribui para a combinação de resultados econômicos com equidade social, sustentabilidade ambiental e valorização cultural.

Na estruturação do Programa Mesa Brasil Sesc, adotou-se o enfoque contemporâneo de segurança alimentar e nutricional, cujo desenvolvimento conceitual no Brasil é marcado por processos participativos, de forma simultânea à construção de ações e políticas voltadas para a questão setorial. A II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em Olinda no ano de 2004, representa um marco paradigmático, tendo sido o lócus de aprovação da definição que incorpora contribuições advindas dos movimentos sociais e dos governos ao longo dos anos, qual seja:

Segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2004)

Percebe-se nessa definição uma base de sustentabilidade que contempla diferentes dimensões: ambiental, social, econômica e cultural, em um contexto de participação cidadã. Assim, tal perspectiva se traduz em uma forma de encaminhar políticas e programas apoiados em estratégias que incluem tanto a geração de oportunidades econômicas, como medidas que favorecem a constituição de redes de apoio social e o aumento das capacidades dos indivíduos e grupos para melhor conhecer e atuar sobre os problemas, participando ativamente das decisões da vida social.

Nesse sentido, Engel (2010) reconhece a contribuição dos projetos de segurança alimentar nos esforços para redução da pobreza, assumindo o pressuposto de que se constituem em iniciativas no campo da proteção social para os grupos mais vulneráveis.

Com base nas experiências implementadas na América Latina, a autora identifica cinco gerações de programas de redução da pobreza, categorizadas a partir de critérios relacionados ao foco da intervenção – indivíduo, família, redes comunitárias – e ao nível de integração estabelecido com referência aos propósitos de desenvolvimento humano, econômico e social.

A primeira geração está caracterizada pela simples distribuição de alimentos com foco no indivíduo, incorporando algum componente de desenvolvimento humano, expresso na melhoria das condições de saúde dos beneficiários.

A segunda geração mantém o foco no indivíduo e baseia-se na transferência condicionada de renda, repercutindo em algum nível de desenvolvimento econômico. Uma vez que o objetivo é assegurar uma renda mínima, representa também uma modalidade de proteção social.

A terceira geração caracteriza-se pela transferência condicionada de renda, combinando proteção social ao desenvolvimento humano, ao estabelecer condicionalidades relacionadas à educação e à saúde, objetivando ampliar o capital humano e alcançar resultados mais permanentes com relação à erradicação da pobreza.

Assim como a terceira, a quarta geração assume como foco a família, materializando-se em programas integrais de desenvolvimento familiar associados à transferência condicionada de recurso, de tal modo que além de viabilizar acesso à saúde e educação para crianças, jovens e demais membros da família, busca assegurar ingresso prioritário a programas de habitação e oportunidades de geração de renda. Concilia, dessa forma, finalidades de desenvolvimento humano, econômico e social.

Assiste-se atualmente ao surgimento de programas de quinta geração em que, ao objetivo de promoção familiar, agrega-se o propósito de desenvolvimento comunitário, mediante o fortalecimento das organizações locais.

O potencial dos programas de segurança alimentar e nutricional no processo de superação da pobreza é considerado a partir da premissa de que é a rede de proteção social que viabiliza, por meio do desenvolvimento de políticas assistenciais, a garantia de um patamar básico necessário à elevação dos padrões de qualidade de vida e de promoção do bem-estar coletivo. Como assinala Aranha (2008),

com o aumento da desigualdade social e a pobreza no mundo, a discussão acerca da segurança alimentar não se atém às políticas de aumento e garantia da produção alimentar. Indo além, reforça a necessidade de mecanismos capazes de intervir no processo desigual de acesso ao alimento. As questões de equidade e da justiça tornaram-se fatores fundamentais da garantia da segurança alimentar. A concepção de segurança alimentar deixa de assumir uma visão focada no alimento e passa a compor um leque de direitos sociais fundamentais à própria vida, em um contexto mais amplo de segurança social.

Consolidar a rede de proteção e promoção social é trabalhar para que todos tenham as mesmas oportunidades, numa linha de ampliação e universalização dos direitos. Para tanto, é necessária a participação de todos: governos, sociedade civil, movimentos sociais, instituições de pesquisa, formadores de opinião, comunidade internacional.

A proposta programática do Mesa Brasil Sesc fundamenta-se, ainda, na compreensão de promoção da saúde, que afirma a mútua determinação entre saúde e desenvolvimento, caracterizando-se

como estratégia ampla de intervenção para o enfrentamento dos problemas sociais que incidem sobre a saúde das populações e que desafiam os diferentes setores a uma ação compartilhada, visando à construção coletiva de uma nova forma de compreender e agir em saúde.

A introdução da concepção de saúde como elemento inseparável na relação entre padrão de vida e bem-estar, e a compreensão de que as relações existentes entre os contextos sociais, culturais, ambientais, econômicos e a saúde são particularmente complexas têm levado à construção de modelos abrangentes de determinantes sociais da saúde, sendo estes compreendidos como “fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população” (BUSS; PELEGRINI FILHO, 2007, p. 78).

Um exemplo é o modelo de Dahlgren e Whitehead (Figura 1), que dispõe os determinantes sociais de saúde em diferentes camadas, desde uma camada mais próxima dos determinantes individuais até uma camada distal, onde estão situados os macrodeterminantes. Estão aí supostos fatores biológicos, socioculturais, econômicos, ambientais e institucionais que atuam em diferentes níveis hierárquicos de causalidade, tendo em vista que a cadeia de acontecimentos que conduzem a um certo resultado de saúde inclui tanto causas proximais quanto distais.



Figura 1: Determinantes Sociais da Saúde – modelo de Dahlgren e Whitehead
 Fonte: Dahlgren; Whitehead (1991 apud COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2005)

Nesse escopo, a alimentação, cujo acesso e qualidade estão claramente influenciados por fatores socioeconômicos, comportamentais e culturais, constitui-se em um importante determinante social da saúde. No conjunto amplo de fatores sociais, Wilkinson; Marmot (2003) destacam os efeitos danosos da pobreza, da desigualdade e da exclusão social, que se fazem notar no desenvolvimento infantil, com repercussões para a vida adulta, e na imposição de sofrimento psíquico e de agravos à saúde com riscos crescentes de morte prematura. Por outro lado, assinalam as evidências que afirmam o caráter positivo das redes de apoio social no reforço da autoestima, da autoeficácia, da legitimidade política, da coesão social e da sensação de pertencimento, com importantes efeitos para a promoção da saúde.

Assim, no arcabouço da promoção da saúde, a construção da saúde e da vida com dignidade supõe a construção de políticas públicas saudáveis:

chama a atenção para a responsabilização compartilhada entre o setor público e o setor privado, incorpora a proposta de estabelecimento de parcerias entre os diversos setores e enfatiza a capacidade de pessoas e grupos se mobilizarem e se organizarem para o desencadeamento de ações políticas coletivas voltadas à intervenção sobre os determinantes da saúde em diferentes contextos e territórios. (TEIXEIRA, 2004, p. 40)

O Programa Mesa Brasil Sesc é um exemplo de materialização de alianças estratégicas entre os setores públicos e privados que influenciam um leque mais vasto de fatores organizacionais e de políticas, em um movimento de corresponsabilização para intervenção intersetorial sobre problemas ou determinantes estruturais que interferem na qualidade de vida da população.

Como destaca Barros (2010),

contamos com um conjunto grande e redes privadas, locais e muitas vezes informais, de proteção social, que podem ser uma alternativa eficaz, comparada às transferências de renda governamentais. A grande solução é aproveitar essas redes, dando-lhes apoio técnico, potencializando-as de tal forma que elas sejam um instrumento e um mecanismo que possam levar o direito à segurança alimentar de todos os brasileiros.

Uma rede vincula diferentes pessoas, coletivos e instituições que compartilham interesses, admitindo que a cooperação é a melhor maneira de alcançar as metas comuns. Esses atores geralmente possuem visões, papéis e desafios diferentes, de tal forma que diferença e interdependência, diversidade e participação são os principais aspectos que caracterizam a rede intersetorial, conformando um funcionamento que depende do desenvolvimento de valores de confiança, credibilidade e solidariedade.

A respeito das noções de credibilidade e confiança, convém assinalar sua relação com o conceito de capital social, a fim de esclarecer sua influência na dinâmica de estabelecimento das alianças intersetoriais. Nas abordagens de Bourdieu (1980) e Putnam (1993), tal conceito envolve tanto as relações estabelecidas na forma de redes ou normas sociais, como contempla os atributos culturais da reciprocidade, confiança e cooperação.

Putnam (1993) sugere que o capital social é um bem comunitário, e sua definição diz respeito às características culturais da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Em Bourdieu (2001), o capital social se apresenta como a somatória dos recursos reais e virtuais, produzida pelas redes de relacionamentos de mútuo entendimento e reconhecimento, à disposição dos indivíduos e grupos.

Dessa forma, assume o sentido de “recursos relacionais”, tais como informação, serviços, recursos econômicos, ideias, apoio mútuo, e tudo o que existe em função da ação comum e do relacionamento entre indivíduos.

Essa é uma noção relevante para o Programa Mesa Brasil, porque permite ver que os indivíduos não agem independentemente e que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada.

As estruturas e relações sociais fazem parte dos recursos, são ativos de capital de que os indivíduos podem dispor e, dessa maneira, o capital social, aliado às demais espécies de capital, se traduz em uma expressão maior que é o próprio poder, tornando possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

No ordenamento da rede, o capital social é um recurso simbólico que dinamiza a forma interdependente em que se encontram configuradas as relações, de modo a legitimar os processos de mediação entre os sujeitos e instituições, ao mesmo tempo em que se criam as condições práticas e simbólicas em que cada entidade se nutre daquilo que o outro pode oferecer.

Na estruturação do Programa Mesa Brasil Sesc, parte-se do pressuposto de que o capital social fortalece o tecido social de uma dada coletividade, ampliando suas potencialidades para o desenvolvimento sustentado. Nesse sentido, a noção de capital social também auxilia no exame de redes formais e informais, muitas vezes incipientes, assim como das associações e serviços que existem nas comunidades, voltados para as necessidades de indivíduos e famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

Para além da distribuição de alimentos, busca-se a formação de redes sociais promotoras de qualidade de vida, conjugando propósitos de: i) desenvolvimento humano, com ênfase na promoção da saúde como elemento indissociável da relação entre padrão de vida e bem estar; ii) desenvolvimento econômico, tendo em vista a maximização do uso do orçamento familiar e a articulação com programas de capacitação, crédito e inserção no mercado de trabalho; iii) desenvolvimento social, mediante ações de qualificação das entidades sociais beneficiadas, de fortalecimento das organizações de base, e de fomento à responsabilidade social empresarial e ao engajamento cidadão em trabalhos voluntários.

O entendimento de que o empoderamento se constitui em forte alavancador das condições concretas de vida alicerça a proposição e o desenvolvimento de ações socioeducativas. Convém salientar que tais ações não conformam apenas à capacitação para uma escolha informada segundo um enfoque normativo que visa a mudanças comportamentais individuais. Adota-se como referência conceitual a proposição de Labonte (1994), admitindo-se um gradiente que pode ocorrer desde o nível do empoderamento individual ao da organização comunitária e da ação macropolítica.

Os diferentes níveis do gradiente de empoderamento – individual, organizacional e comunitário – se inter-relacionam e se operam, na prática, por meio de diferentes estratégias que se interconectam: i) nível interpessoal (empoderamento pessoal); ii) nível intragrupal (desenvolvimento de pequenos grupos); iii) nível intergrupalo (organização comunitária); iv) nível interorganizacional (mediação e coalizão para advocacia e ação política).

Reconhece-se, assim, que a politização das estratégias nos campos da segurança alimentar e nutricional, promoção da saúde e do desenvolvimento social não reside exclusivamente na ação política direta. Contemplar o contexto social, político e econômico em que se conformam os problemas nutricionais e de saúde – e sua solução – importa em incluir o foco comunitário em

associação ao individual, visando à intervenção sobre os fatores sociais condicionantes dessas problemáticas.

Percebe-se, portanto, o caráter sistêmico que se deve atribuir à Segurança Alimentar, expresso: i) na dinâmica inter-relacional das diversas etapas do ciclo alimentar (produção, transformação, comercialização/distribuição e consumo) com a necessidade de implementação de medidas que visam racionalizar os processos produtivos e o consumo final, buscando a ecoeficiência plena do sistema; ii) no reconhecimento das desigualdades de acesso nos diversos níveis (mundial, nacional, regional e familiar); iii) na participação dos diferentes agentes, privados e públicos, estatais ou não, na consolidação das metas de realização do direito humano à alimentação para todos.

Parte-se do pressuposto de que as questões macroeconômicas e sociais repercutem no cotidiano da alimentação e da nutrição dos indivíduos, assim como, em uma perspectiva microssocial, se faz necessário compreender os diversos significados assumidos pela situação de (in)segurança alimentar no cotidiano dos indivíduos e grupos.

Assim, uma atuação integrada e sistêmica requer considerar tanto as diferenças sociais e seus variados níveis de oportunidades, quanto as individuais, com suas diversas necessidades nutricionais e especificidades biológicas e sociais: faixa etária, tipo de trabalho, condição de saúde, representações sociais e valores culturais, dentre outros elementos.

Esses são aspectos considerados na forma de compreender a complexidade dos fatores implicados na causalidade dos fenômenos associados à segurança alimentar e nutricional, os quais orientam a estruturação das atividades do Programa Mesa Brasil Sesc e a avaliação de sua efetividade, levando em conta indicadores relacionados à melhoria do estado nutricional e de saúde, aos ganhos de qualidade de vida, aos diferentes níveis de empoderamento, às respostas aos fatores macrossociais e à participação dos diferentes atores na consolidação da rede intersetorial.

6 INFLUÊNCIAS EXTERNAS E POLÍTICAS / PROGRAMAS RELACIONADOS

O direito à alimentação é um direito humano fundamental, previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Significa a garantia de acesso físico e econômico, de forma permanente, à alimentação adequada ou aos meios para sua obtenção.

Declaração Universal dos Direitos Humanos: Artigo XXV - 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (NAÇÕES UNIDAS, 1948).

No Brasil, o conceito de direito humano à alimentação vem sendo discutido com profundidade, especialmente desde a criação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, em 1992, que desencadeou um amplo debate sobre o combate à exclusão social no contexto da promoção da cidadania e dos direitos humanos.

Em 2010, o Congresso Nacional promulgou a Emenda 64, que altera o artigo 6º da Constituição Federal, integrando o direito à alimentação ao conjunto de direitos sociais assegurados – a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.

Esta Emenda atende a tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, no intuito de garantir que as ações de combate à fome e à miséria se tornem políticas de Estado, não sendo sujeitas a mudanças administrativas. A inclusão do direito também pode ser uma ferramenta importante para assegurar a manutenção ou criação de políticas de apoio à população vulnerável, bem como de políticas de combate à miséria.

A Carta Magna reconhece, ainda, a obrigação do Estado em garantir o direito humano à alimentação dos escolares, em seu artigo 208, que trata do direito à educação e de sua efetivação mediante o ensino fundamental público e gratuito, incluindo a implementação de Programa de Suplementação Alimentar.

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 4º, estabelece o direito humano à alimentação das crianças e adolescentes como prioridade absoluta (BRASIL, 1990). Da mesma forma, a alimentação é assegurada como direito para os idosos, conforme artigo 3º do Estatuto do Idoso (BRASIL, 1993).

No âmbito do setor saúde, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, do Ministério da Saúde (BRASIL, 1999), reconhece a obrigação do Estado brasileiro em garantir a realização do direito humano à alimentação para todos os cidadãos e busca articular todas suas propostas de intervenção no sentido de respeitar, proteger e facilitar a ação de indivíduos e comunidades em busca da capacidade de alimentar-se de forma digna, colaborando para que todos possam ter uma vida saudável, ativa, participativa e de qualidade. Sete são as diretrizes programáticas desta Política que tem como fio condutor o Direito Humano à Alimentação Adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional:

- Estímulo a ações intersetoriais com vistas ao acesso universal aos alimentos.
- Garantia da segurança e qualidade dos alimentos.
- Monitoramento da situação alimentar e nutricional.
- Promoção de práticas alimentares e estilos de vida saudáveis.
- Prevenção e controle dos distúrbios e doenças nutricionais.
- Promoção do desenvolvimento de linhas de investigação.
- Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em saúde e nutrição.

Em 2002, o tema da Segurança Alimentar e Nutricional foi assumido como uma prioridade do governo federal, com a implantação do Programa Fome Zero, que tem como propósito erradicar a fome e a exclusão social, pretendendo construir uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Visa ao desenvolvimento de uma política intersetorial a partir de diferentes minis-

térios: Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário, Agricultura, das Cidades e Meio Ambiente.

Tal Programa encontra-se estruturado em três eixos: políticas estruturais, locais e específicas. As estruturais são voltadas para o combate às causas profundas da fome e da pobreza e envolvem a geração de emprego e renda, o incentivo à reforma agrária e à agricultura familiar e a universalização da previdência social. As políticas específicas envolvem o Programa Bolsa Família, a ampliação do Programa de Assistência ao Trabalhador, a doação de cestas básicas, o combate à desnutrição materno-infantil, a vigilância sanitária, a ampliação da merenda escolar, a educação para o consumo e a educação alimentar. Já as locais consideram diferenças entre as áreas rurais – com prioridade à agricultura familiar e à produção para o autoconsumo – e urbanas, com foco na implantação de restaurantes populares, bancos de alimentos, promoção da agricultura urbana e articulação dos equipamentos de abastecimento.

A renovada preocupação do governo brasileiro com a questão alimentar e nutricional está explicitada na priorização de eliminar a fome e a desnutrição e na recriação, em 2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). Este Conselho – no qual o Sesc encontra-se representado – articula o debate entre o governo e a sociedade civil, e tem como principal atribuição assessorar o Presidente da República na formulação de políticas de Segurança Alimentar e Nutricional e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação adequada para todos.

À exemplo do que aconteceu em 2004, com a construção coletiva do desenho da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a área de Segurança Alimentar e Nutricional se firmou como política pública a partir de 2006 com a instituição da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan) – Lei nº 11.346 – em decorrência da qual foi criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e estabelecida a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). (BRASIL, 2006)

A referida Lei Orgânica expressa a natureza da segurança alimentar e nutricional (SAN) como objetivo estratégico a ser buscado com ações e políticas públicas permanentes e intersetoriais, orientadas pelos princípios da soberania alimentar e do direito humano à alimentação adequada.

Por sua vez, o Sisan é um sistema público de gestão intersetorial e participativa, que possibilita a articulação entre os três níveis de governo para a implementação das políticas de segurança alimentar e nutricional.

O texto da PNSAN define a forma de gestão, o financiamento, a avaliação e o controle social e busca assegurar o direito à alimentação adequada e saudável em todo o país, conforme previsto na Constituição Federal e na Losan.

Esse é o marco legal de referência para o Programa Mesa Brasil Sesc. São iniciativas que, reconhecendo a alimentação como um direito humano fundamental, representam o esforço de colocar a vida como um fator essencial na sociedade, avançando na trajetória para a consolidação de políticas intersetoriais caracterizadas pela transversalidade de metas e operadas sob princípios do direito social, da responsabilidade pública, da descentralização e da participação social.

■ CAPÍTULO 2

O MESA BRASIL SESC EM OPERAÇÃO

... a felicidade, o bem supremo, exige condições subjetivas e objetivas, articula o pessoal ao social, e inclui a preservação do meio ambiente.

Não se trata de viver melhor ou viver cercado de conforto. Trata-se de viver em plenitude.

Plenitude implica fazer da felicidade um projeto comunitário, coletivo. É saber construir relações de solidariedade, não de competição; de harmonia, não de hostilidade; e estabelecer com a natureza vínculos de parceria cuidadosa.

(BETTO, 2011)

1 PROGRAMAÇÃO

1.2 Bases para a programação

Necessariamente, toda mudança significativa passa pelo desejo de mudar, pelo conhecimento que a fundamenta e pelo poder que concretiza a vontade. Pensar a programação é, antes de tudo, estabelecer espaços de diálogos e trocas, a fim de analisar a realidade e buscar alternativas para o enfrentamento das dificuldades e o alcance dos objetivos de transformação pretendidos.

O ponto de partida é a compreensão conceitual a respeito dos determinantes associados à segurança alimentar e nutricional, considerando a gama de fatores envolvidos: desde elementos individuais como os hábitos alimentares e de autocuidado; passando por fatores ambientais relacionados à existência de condições adequadas de armazenamento e de preparo dos alimentos; e por fatores socioeconômicos como a renda familiar, o acesso a serviços públicos de educação, saúde, saneamento básico e habitação; até os macrodeterminantes, de caráter político-estrutural.

Estar atento ao conjunto desses condicionantes é fundamental para que sejam estabelecidos objetivos adequados aos propósitos de transformação da realidade, considerando os diferentes eixos de atuação do Mesa Brasil Sesc: combate ao desperdício, segurança alimentar e nutricional e assistência social.

Associada à compreensão conceitual, um fator fundamental para a programação é o estabelecimento de conexões entre o conhecimento técnico-científico e a realidade local, de forma a possibilitar que profissionais e representantes dos diferentes segmentos sociais contribuam com seus conhecimentos, discutindo estratégias conjuntas para o enfrentamento dos problemas associados à segurança alimentar e nutricional e à qualidade de vida.

Agir sobre uma realidade com vistas a transformá-la requer conhecê-la e estudá-la. Quando nossa percepção da situação está muito distante da realidade concreta, a nossa ação estará longe de produzir os resultados esperados, por melhores que sejam as nossas intenções.

Portanto, conhecer nossos parceiros e grupos beneficiários é mais um passo essencial do planejamento, a fim de estabelecer de forma coletiva as prioridades e identificar, entre os desafios e oportunidades, os recursos existentes para a intervenção necessária.

O quadro demonstrativo a seguir sugere um levantamento mínimo de informações necessárias ao estabelecimento da programação do Mesa Brasil Sesc, considerando o planejamento da logística de distribuição das doações, das estratégias de fortalecimento das redes de parceiros e entidades sociais e das ações de capacitação/empoderamento. A equipe deve incorporar uma visão ampla que considere as próprias condições de vida dos sujeitos e comunidades e, ainda, o contexto social de manifestação de situações individuais e coletivas de risco nutricional e doenças associadas.

QUADRO 1 – LEVANTAMENTO DE DADOS PARA A PROGRAMAÇÃO

LEVANTAMENTO DE DADOS PARA A PROGRAMAÇÃO		
DADOS		FINALIDADE
DIMENSÃO	COMPONENTES	
Aspectos socioeconômicos e de infraestrutura da localidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente físico (condições de habitação, infraestrutura sanitária básica, pavimentação, limpeza urbana etc.), com identificação das áreas de risco de insegurança alimentar e nutricional (ocupações urbanas e rurais vulneráveis). • Ambiente socioeconômico (nível de escolaridade, renda, inserção no mercado de trabalho, perfil de ocupação e de oportunidades econômicas, infraestrutura de abastecimento de alimentos e comércio etc.). • Estrutura e disponibilidade de serviços de saúde, educação (escolas, creches e centros profissionalizantes), cultura e assistência social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir prioridades de atuação com base na identificação das entidades sociais, áreas geográficas e segmentos de maior risco aos agravos nutricionais, considerando a multicausalidade da (in)segurança alimentar e nutricional.
Aspectos sanitários com ênfase na situação de (in)segurança alimentar e nutricional	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil de morbimortalidade (principais causas de doenças e mortes), com foco nos grupos com maior vulnerabilidade a enfermidades e insegurança alimentar e nutricional (agricultura de subsistência, áreas de extrativismo sazonal, povos indígenas, quilombolas, povos de matrizes africanas, povos de terreiro, desempregados, subempregados etc.). • Padrão de consumo alimentar e situação alimentar e nutricional dos grupos assistidos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Obter parâmetros para o planejamento da distribuição de alimentos às entidades sociais, agregando-se ao critério de disponibilidade quantitativa dos gêneros alimentícios, os padrões e procedimentos que favoreçam o acesso aos diferentes tipos de alimentos, com a predominância de gêneros ricos em nutrientes essenciais, conforme as necessidades diagnosticadas.
Estruturas, interesses e perfil dos segmentos atendidos	<ul style="list-style-type: none"> • Composição do segmento (gênero, faixa etária, grau de instrução, ocupação etc.). • Organização e estruturas – grupos e suas relações (redes de apoio social, solidariedade intergeracional, oportunidades de serviço voluntário e outras formas de participação social). • Capacidade de mobilização do segmento (participação em Conselhos de direito, articulação em rede e grupos de interesse). • Estratégias de segurança alimentar e nutricional disponíveis. • Estrutura comunitária e institucional de apoio às famílias com idosos, crianças, gestantes, nutrízes, pessoas com deficiência e outros em situação de vulnerabilidade social). 	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o potencial de atuação, o nível de coesão social e a oportunidade de participação cidadã. • Atuar no sentido do fortalecimento das relações de solidariedade e confiança entre pessoas e grupos, com base na investigação das características locais quanto à presença das redes sociais e comunitárias e as diferentes formas pelas quais grupos de pessoas mantêm-se em contato, estabelecem vínculos sociais e participam na definição de políticas públicas. • Favorecer a inclusão social mediante a ampliação do acesso à informação sobre programas sociais e direitos relacionados à alimentação, incentivando a inserção das famílias e indivíduos nos programas e nos equipamentos sociais disponíveis. • Informar e estimular as entidades sociais a estabelecerem parcerias locais interinstitucionais e comunitárias, no sentido de sua articulação e engajamento em redes de apoio social.

LEVANTAMENTO DE DADOS PARA A PROGRAMAÇÃO		
DADOS		FINALIDADE
DIMENSÃO	COMPONENTES	
Aspectos socioculturais e valores dos segmentos atendidos	<ul style="list-style-type: none"> • Representações de saúde dos diferentes grupos que compõem a população atendida (incluindo as representações que se atribuem aos serviços de saúde). • Sistemas e códigos culturais (crenças, valores, tabus, preconceitos etc.), com ênfase nas percepções, práticas alimentares aceitas e valores associados à alimentação das famílias, à alimentação da gestante, da nutriz, do pré-escolar, do escolar, do adolescente, do adulto e do idoso. • Objetivos, lógicas e linguagens associadas ao processo saúde-doença e à forma de resolver seus problemas de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Programar as ações educativas mais adequadas, definindo a programação temática e a metodologia de abordagem dos temas de modo coerente com a cultura alimentar predominante e as necessidades de aprendizagem dos grupos atendidos. • Subsidiar a programação de ações de nutrição e promoção de práticas alimentares saudáveis que respeitem a diversidade étnica, racial e cultural dos grupos atendidos.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Não se deve perder de vista a importância de observar, antes de iniciar o trabalho, como a entidade social se organiza e cuida das pessoas que estão sob sua assistência. Além disso, é certo que funcionários, voluntários, famílias e diferentes grupos sociais atendidos têm muito a ensinar sobre suas competências.

2

MODALIDADES

O acesso aos alimentos é a referência principal do Mesa Brasil Sesc, entendendo-se que, como expressão do direito humano à alimentação, representa a síntese mais significativa das interações entre os diferentes âmbitos da segurança alimentar e nutricional.

Historicamente, a ideia dos bancos de alimentos e da colheita urbana remonta à década de 1960 e tem como local de origem os Estados Unidos. Desde então, ganhou impulso e cruzou fronteiras, alcançando o Canadá e a Europa, além da América Latina. A experiência internacional serviu de base para as iniciativas do Sesc nesse campo que, inicialmente, adotou a prática da colheita urbana, incorporando posteriormente também o modelo de banco de alimentos.

Essas duas modalidades – o banco de alimentos e a colheita urbana – constituem uma peculiaridade do Mesa Brasil Sesc, na organização de sua Rede Nacional de Bancos de Alimentos, cuja abrangência engloba de forma indireta a cadeia de produção agroindustrial (produção, circulação e distribuição) e diretamente o consumo, a utilização biológica dos alimentos e suas relações com a saúde.

Assim, ao lado da concepção logística tradicional do banco de alimentos, caracterizada pelo recolhimento, seleção e estocagem de gêneros alimentícios que são buscados pelas entidades

sociais cadastradas, o Mesa Brasil Sesc também avançou nas tecnologias e procedimentos de recolhimento e imediata distribuição dos gêneros a tais organizações (marca diferencial da modalidade colheita urbana).

Destacam-se em ambas as modalidades os cuidados especiais com a qualidade no transporte, de forma a preservar a integridade e segurança dos alimentos até a destinação final.

A dinâmica de funcionamento do banco de alimentos permite maior flexibilidade no processo, tendo em vista que supõe área e tempo para nova triagem e separação dos gêneros doados. Por outro lado, requer uma estrutura mais complexa, pois coleta no doador, armazena e repassa para as entidades.

A colheita urbana caracteriza-se por ser ágil e demandar menos recursos para implantação e manutenção, uma vez que, nela, não se estocam alimentos – a entrega das doações é feita de forma imediata, com base em roteiros predeterminados de coleta e destinação dos gêneros, de modo a tornar a relação cotidiana com o doador um componente da logística de operação.

De todo modo, considerando a doação de quantidades significativas de gêneros alimentícios, faz-se necessária a criação de uma área de armazenamento temporário também na modalidade colheita urbana. São espaços estratégicos para uma distribuição posterior.

Convém destacar que não é o fato de se restringir ao perímetro urbano que caracteriza a denominação colheita urbana. A coleta dos gêneros pode igualmente acontecer na área rural. A imediata distribuição é, de fato, o aspecto que lhe distingue e que traz a vantagem de tornar mais frequente a presença do Programa na comunidade beneficiária, apesar de, eventualmente, as entidades sociais retirarem as doações em áreas de armazenamento temporário.

QUADRO 2 – COMPARATIVO ENTRE AS MODALIDADES OPERACIONAIS

MODALIDADES OPERACIONAIS – QUADRO COMPARATIVO		
MODALIDADES CARACTERÍSTICAS	BANCO DE ALIMENTOS	COLHEITA URBANA
Objetivos centrais	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar a melhoria quantitativa e qualitativa das refeições servidas em entidades sociais e complementar a alimentação de populações em situação de vulnerabilidade alimentar, adotando-se parâmetros relacionados ao enfoque de segurança e diversidade alimentar e nutricional. • Contribuir para o combate ao desperdício de alimentos, a racionalização do consumo dos recursos naturais e a utilização viável dos excedentes da cadeia de produção e de produtos cujo descarte tem impacto ambiental significativo. 	
Composição da equipe	Coordenador, nutricionista, assistente social, auxiliar administrativo, motorista, auxiliar de serviços gerais, auxiliar de operações, estagiários, entre outros.	
Doadores	Áreas de produção, distribuição e comercialização de alimentos (indústrias, supermercados, varejões, centrais de abastecimento e produtores rurais, feiras, dentre outros).	

MODALIDADES OPERACIONAIS — QUADRO COMPARATIVO		
MODALIDADES CARACTERÍSTICAS	BANCO DE ALIMENTOS	COLHEITA URBANA
Receptores	Entidades sociais, legalmente constituídas ou em processo de legalização, não governamentais e sem fins lucrativos, que desenvolvem trabalho socioeducativo.	
Relação com as entidades sociais	Inclusão após cadastro inicial e visita técnica, mediante avaliação técnica das áreas do Serviço Social e Nutrição; visitas periódicas e monitoramento sistemático; definição conjunta das metas de sustentabilidade e da programação educativa.	
Relação com o voluntariado	Mobilização de voluntários para atuação nos diversos níveis operacionais, administrativos e técnicos.	
Gêneros alimentícios / Produtos de higiene e limpeza	Hortifrutigranjeiros, produtos industrializados ou semiprocessados.	
Dinâmica de funcionamento	Determinação prévia de roteiros, pré-seleção e coleta no doador, seleção, manuseio, reembalagem e armazenamento dos gêneros doados que são retirados pelas entidades sociais beneficiadas.	Determinação prévia de roteiros dos doadores e receptores, seleção, coleta e distribuição imediata dos produtos doados.
Infraestrutura	Veículos exclusivos do Mesa Brasil Sesc para coleta das doações, área e equipamentos para seleção e estocagem seca e refrigerada dos gêneros doados.	Veículos exclusivos para coleta e distribuição dos gêneros e área de armazenamento temporário.*

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

(*) Espaço próprio do Sesc, consignado ou locado para fins de armazenamento eventual de alimentos.

Independentemente dos diferenciais de organização e funcionamento dessas estruturas operacionais do Mesa Brasil Sesc, os parceiros das áreas de produção, distribuição e comercialização de alimentos que compõem a rede têm a possibilidade de participar sem nenhum custo adicional, uma vez que disponibilizam apenas o que seria descartado.

Esse é um aspecto básico do Programa: sensibilizar e mobilizar potenciais doadores, alertando para a situação injusta e desnecessária que o desperdício ocorrido nesses setores representa, frente ao número expressivo de pessoas em situação de insegurança alimentar.

A capacitação é um eixo transversal a essas linhas operacionais, com o desenvolvimento de ações educativas direcionadas aos profissionais, voluntários e usuários das entidades sociais e doadores em um movimento de empoderamento, corresponsabilização e autonomia.

O Sesc desenvolve assim um papel mediador fundamental, facilitando o processo e catalisando diferentes atores na ordenação de uma rede de solidariedade a favor da vida e da Segurança Alimentar e Nutricional.

3 LOGÍSTICA

Devido à complexidade das orientações e à forte regulamentação que padroniza os procedimentos operacionais, relacionando logística, infraestrutura e segurança de alimentos, este conteúdo será futuramente abordado em um documento específico, denominado “Manual de Boas Práticas”. No entanto, neste Guia serão apresentadas informações para a compreensão da dinâmica de coleta, seleção e distribuição de doações nas modalidades banco de alimentos e colheita urbana.

A logística refere-se ao planejamento, implementação e controle do fluxo de doações, considerando as variáveis de integridade dos alimentos, validade dos produtos e as necessidades de doadores e entidades sociais.

Nesse processo, a relação custo x benefício é fator transversal às análises que levam à tomada de decisões, consoante a intenção de que as operações do banco de alimentos e da colheita urbana sejam realizadas com eficácia e eficiência de recursos físicos, humanos e financeiros.

No planejamento, inúmeras variáveis devem ser consideradas. O dimensionamento de estoques e veículos estará diretamente ligado ao volume das doações. Mas como estimar este dimensionamento sem precisar a quantidade de alimentos que serão doados?

A decisão deve ser baseada no levantamento de dados e posterior diagnóstico situacional da região onde estiver implementada a Unidade do Mesa Brasil Sesc, considerando critérios como a base potencial de doadores, as características de suas doações e a base potencial de beneficiários do Programa.

Os espaços e equipamentos devem ser projetados em conformidade com a legislação vigente (Anexo 2), garantindo-se que suas dimensões estejam de acordo com as necessidades de acondicionamento dos alimentos com integridade.

Ainda que o objetivo central do banco de alimentos seja o repasse das doações às entidades sociais ou famílias, deve-se levar em conta que todas as doações serão armazenadas. Nesse sentido, os espaços que possibilitam ampliação e equipamentos modulares são considerados mais indicados, pois permitem crescimento dos estoques.

Também na modalidade colheita urbana, como assinalado previamente, é importante considerar a organização de espaços estratégicos de armazenamento, tendo em vista as doações que eventualmente cheguem em horário incompatível com sua distribuição imediata, ou ainda as situações desencadeadas por grandes doações.

No que diz respeito à frota, é imprescindível conhecer o potencial dos doadores para dimensionar o quantitativo de veículos e sua capacidade. Sugere-se o uso de veículos de menor porte, tendo em vista sua maior mobilidade em áreas urbanas e um melhor acesso aos doadores e entidades sociais. Outro ponto relevante diz respeito às legislações que limitam a circulação de veículos de grande porte nos centros urbanos. Estas limitações são baseadas em tonelagem e horários de intenso tráfego. Assim, veículos como vans, furgões ou pequenos utilitários de 2 a 4 toneladas são as melhores opções.

3.1 COLETA E SELEÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

- Conforme acordo com os doadores de alimentos, são estabelecidos roteiros logísticos, relacionando-se a disponibilidade de produtos e a roteirização dos veículos que compõem a frota do programa. No entanto, as rotas podem sofrer ajustes, conforme disponibilidade de doações eventuais.
- A sistematicidade com que será realizada a coleta (diária, semanal, quinzenal) é estabelecida com base na relação entre a disponibilidade de produtos e os espaços de armazenamento disponíveis (o doador poderá armazenar produtos para a coleta em data próxima, desde que sejam respeitados os aspectos de propriedade para o consumo, como a data de validade). Existem alguns acordos de parceria em que o doador entra em contato apenas quando dispõe de produtos para retirada.
- O veículo deve estar com o compartimento para transporte de alimentos previamente higienizado, portando monoblocos também higienizados, conforme a legislação vigente (Boas Práticas de Transporte de Alimentos).
- Não existe cor pré-definida para os monoblocos, porém sugere-se cor clara, para facilitar a visualização de possíveis resíduos/sujeiras. Este material deve estar devidamente identificado com o nome da Unidade de Programa.
- Em alguns casos, o uso de sacos plásticos dentro dos monoblocos pode ser necessário para a garantia da integridade do produto. Este uso deve ser realizado em situações específicas, uma vez que levam anos para serem degradados. Cabe ao Programa orientar quanto ao descarte adequado, reduzindo os impactos ambientais.
- Todo alimento doado será selecionado no local de retirada e aquele impróprio para o consumo deve permanecer nas instalações do doador para descarte. Em hipótese alguma os alimentos fora dos padrões de consumo devem ser carregados nos veículos do Programa, pois podem contaminar os alimentos que serão destinados.
- Após seleção, o produto deve ser pesado. Uma estimativa de peso pode ser utilizada conforme padrão de monobloco e densidade do alimento.
- Após pesagem ou estimativa de peso, preenche-se o recibo de doação de alimentos (Anexo 3). Este deve ser feito em três vias, sendo que a primeira ficará com o doador e as outras no Programa (a segunda para levantamento e arquivo e a terceira, anexada no próprio bloco).

3.2 DISTRIBUIÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Uma vez finalizada a rota de coleta de doações, os procedimentos serão diferentes para as modalidades banco de alimentos e colheita urbana:

Na modalidade colheita urbana, a equipe operacional receberá do nutricionista a confirmação da destinação dos alimentos arrecadados. Esta rota de entrega também será pré-definida, mas poderá sofrer ajustes conforme os tipos e quantidades de alimentos coletados. A definição desta rota leva em consideração as entidades que se encontram mais próximas dos doadores agendados para este dia, com o objetivo de evitar desperdício de recursos e tempo. Também é importante considerar os dias e horários de funcionamento das entidades, e a capacidade de armazenamento das mesmas.

O nutricionista considerará as informações cadastrais das entidades e o perfil dos usuários atendidos por ela, para definir o quantitativo a ser distribuído. É importante lembrar que alguns produtos não poderão ser destinados a clientela especiais (por exemplo, um centro que apoia diabéticos não poderá receber produtos industrializados com alto teor de açúcar ou alimentos em conserva para comunidades terapêuticas, entre outros). Estas informações devem estar claras no cadastro das entidades.

Na entrega, os alimentos devem ser conferidos e a quantidade registrada no Recibo de Cessão de Alimentos, em 3 vias (Anexo 4).

No caso do banco de alimentos, organiza-se um cronograma de retirada, definindo as entidades que irão retirar as doações ao longo da semana. No planejamento da distribuição, deverão ser considerados os produtos que se encontram em estoque e os que foram doados no dia. A prioridade é dos itens que apresentam alto grau de maturação ou então próximos do vencimento. Os mesmos aspectos, levados em consideração na distribuição pela modalidade colheita urbana, farão parte da pauta de análise:

- Perfil da clientela da entidade.
- Necessidades especiais como presença de patologias.
- Número de pessoas atendidas.
- Número de refeições servidas.
- Dias de funcionamento.
- Espaço para armazenamento.

3.3 RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE GRANDES DOAÇÕES

No caso das grandes doações, estas geralmente são transportadas em veículos de maior porte, adequando-se aos volumes coletados.

Por se tratar de grandes quantidades, deve-se estar atento aos seguintes procedimentos: conferir nota fiscal e quantidade de produtos recebidos, lote e data de validade, condições da carga e certificação; utilizar equipamentos apropriados para a descarga como paleteiras e equipamentos de proteção individual (EPI); armazenar o produto de acordo com suas especificidades.

Doações de arroz, feijão e farinha vêm acondicionadas, geralmente, em sacas de 60 quilos. É importante destacar que, muitas vezes, por serem fruto de aquisições da agricultura familiar, estas sacas foram reaproveitadas e o estado de integridade das mesmas pode não ser adequado. Algumas sacas podem se romper no transporte ou mesmo durante o processo de descarga. Nesse contexto, torna-se necessário traçar algumas estratégias para redução do desperdício, como a instalação de uma lona anexa ao caminhão para que os grãos das sacas que se rompem não caiam no chão, podendo ser reaproveitados.

Doações de produtos industrializados geralmente são paletizados e os produtos podem estar amarrados em fardos. Para acondicionamento, sugere-se que os fardos sejam desfeitos, possibilitando um melhor arranjo do estoque.

Na modalidade banco de alimentos, já são previstos os espaços de armazenamento de grandes doações, facilitando o recebimento de doações consolidadas. É importante, contudo, avaliar o risco de rompimento das embalagens ou de se constituírem fonte de contaminação de outros produtos, e, nesses casos, verificar a possibilidade de se dispor de um local exclusivo para esse tipo de estocagem, ou pelo menos que seja separado de gêneros prontos para o consumo.

A modalidade colheita urbana pode receber grandes doações, mas é preciso prever espaços estratégicos de acondicionamento de produtos, em conformidade com a legislação vigente. Estes espaços poderão ser negociados através de parcerias locais, minimizando-se os custos com a terceirização (Anexo 5).

QUADRO 3 – RESUMO DO EIXO DE ATUAÇÃO COMBATE À FOME E AO DESPERDÍCIO

EIXO DE ATUAÇÃO: COMBATE À FOME E AO DESPERDÍCIO	
Objetivos centrais	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar a melhoria quantitativa e qualitativa das refeições servidas em entidades sociais para populações em situação de insegurança alimentar, adotando-se parâmetros relacionados ao enfoque de segurança e diversidade alimentar e nutricional. • Contribuir para o combate ao desperdício de alimentos, a racionalização do consumo dos recursos naturais e a utilização viável dos excedentes da cadeia de produção, reduzindo o impacto ambiental.
Público	<ul style="list-style-type: none"> • Entidades sociais, famílias e grupos populacionais mais vulneráveis à insegurança alimentar. • Empresas das áreas de produção, distribuição e comercialização de alimentos e de produtos de cuidado à saúde (pessoal e dos ambientes).
Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar visitas para cadastro das receptoras e captação e fidelização de doadores; • Conhecer o perfil da população atendida, as condições de atendimento e o volume de alimentos consumidos, entre outras informações consideradas relevantes para definição do grau das necessidades reais. • Captar, selecionar, armazenar e distribuir os gêneros alimentícios e outros produtos às entidades receptoras, assegurando padrões e procedimentos que favoreçam o acesso dos grupos beneficiados aos diferentes tipos de alimentos, com a correta predominância de gêneros ricos em nutrientes essenciais, adequados às suas necessidades. • Realizar visitas periódicas de acompanhamento e apoio técnico às entidades receptoras e parceiros doadores

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

4 BENEFICIÁRIOS

4.1 INDIVÍDUOS ASSISTIDOS POR ENTIDADES SOCIAIS

Consideram-se público prioritário do Mesa Brasil Sesc os indivíduos assistidos por entidades sociais, inseridos nas camadas populacionais em situação de vulnerabilidade.

A ação destas entidades é de extrema importância, dado ao perfil socioeconômico e padrão nutricional das pessoas por elas atendidas. Existem, portanto, para prestar serviços socioassistenciais, apoiar lutas contra inúmeras adversidades da vida e na defesa de direitos, e para mobilizar forças capazes de promover mudanças nas condições socioeconômicas geradoras da desigualdade e da exclusão.

São consideradas entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários, sem fins lucrativos, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos (BRASIL, 1998).

Dividem-se em específicas e não específicas. As específicas são aquelas constituídas sem fins lucrativos e que realizam, de forma continuada, serviços, programas e projetos de proteção social e de defesa de direitos socioassistenciais, conforme preconizado na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), dirigidos a cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.

Quanto às não específicas, estas atuam prioritariamente em outras áreas sociais das políticas públicas, como educação, saúde, cultura e esportes, entre outras, mas que mantêm, de forma continuada, algum serviço ou ação de assistência social, dirigido ao usuário da assistência social (BRASIL, 2006).

Para serem atendidas pelo Programa, recomenda-se que as entidades sociais estejam registradas ou em processo de registro no Conselho Municipal de Assistência Social, ou em outros Conselhos de Direitos e Controle Social. É preciso também que a característica da assistência por elas promovida inclua a produção e o fornecimento de refeições exclusivamente em suas dependências.

Faz parte dos propósitos do Mesa Brasil Sesc contribuir para que tais organizações aprimorem suas condições de exercitar os papéis sociais que lhes são intrínsecos, promovendo sua sustentabilidade e autonomia.

4.2 FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Se assumimos como ponto de partida para a programação os fatores determinantes da segurança alimentar e nutricional, não podemos perder de vista que o contexto nacional atual é marcado por um grande número de grupos familiares de baixa renda, cuja situação de vida exige o

enfrentamento de diferentes vulnerabilidades associadas à miséria, tais como a criminalidade e o abuso de álcool e outras drogas. Os novos arranjos familiares frequentemente sobrecarregam as mulheres, muitas vezes idosas, que invariavelmente acumulam atribuições como o preparo dos alimentos e o cuidado das crianças, e ainda se tornam a chefe da casa.

Assim, nos últimos anos, além das doações repassadas às entidades sociais – com complementação alimentar de todas as pessoas por elas assistidas –, o Mesa Brasil Sesc tem desenvolvido ações voltadas a atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, em seus próprios territórios.

Entende-se território como espaço de permanente construção, produto de uma dinâmica social onde se tencionam sujeitos sociais postos na arena política. Uma vez que essas tensões são permanentes, o território nunca está acabado, mas, ao contrário, em constante construção e reconstrução (CALDEIRA, 2004).

Como estratégia para o desenvolvimento deste trabalho comunitário, que requer abordagem técnica e logística operacional diferenciadas, o Mesa Brasil Sesc conta com a parceria de entidades mediadoras (associações de moradores, igrejas, pastorais, entre outras), que fazem o elo entre o Programa e o público beneficiado, responsabilizando-se pelo cadastro das famílias e pela distribuição dos gêneros alimentícios e demais produtos.

Em função de objetivos mais amplos de inclusão social de grupos em condições adversas do ponto de vista social e de saúde, busca-se fortalecer a função protetiva das famílias e favorecer a coesão e a eficácia social, mediante o desenvolvimento de uma programação educativa de caráter continuado, voltada às entidades mediadoras, visando à formação de agentes multiplicadores. Tais agentes encontram, assim, apoio técnico do Mesa Brasil Sesc para atuação junto à comunidade em que estão inseridos.

4.3 VÍTIMAS DE CALAMIDADES PÚBLICAS

Situações de natureza emergencial, como desastres naturais e calamidades públicas (incêndios, desabamentos, deslizamentos e alagamentos, dentre outras), exigem respostas imediatas da sociedade no sentido de atender, com agilidade e efetividade, o maior número possível de pessoas atingidas.

Os marcos normativos nacionais preveem a atuação do poder público na organização de serviços e provisão de ações de apoio e proteção a indivíduos e famílias que tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados¹ – a grande maioria em situação prévia de vulnerabilidade social.

1. Cabe aqui uma distinção entre os termos *desabrigado* e *desalojado*, conforme definição da Secretaria Nacional de Defesa Civil: *desabrigado* é aquele que perdeu a sua unidade de habitação e está num abrigo público. Já *desalojado*, é aquela pessoa ou família que saiu de casa – não necessariamente a perdeu – e não está em abrigo público, mas sim na casa de um parente ou em situação parecida. (CASTRO, 2004)

Em geral, são acolhidos em abrigos improvisados (escolas, quadras esportivas e igrejas, dentre outros), a fim de se garantir que tenham acesso a um espaço provisório de acolhida para cuidados pessoais, repouso, alimentação, ou possam dispor de condições para acessar demais alternativas de acolhimento. Nesses locais, recebem dos órgãos governamentais e demais setores da sociedade provisões de assistência básica, como alimentação, vestuário, medicamentos e material de higiene e limpeza.

Quando uma tragédia devasta uma região, uma força-tarefa entra em ação para que a ajuda chegue o mais rápido possível às populações vitimadas. O Sesc, como entidade voltada para as questões sociais, vem desenvolvendo, desde 2004, ações de ajuda humanitária. Em 2008, lançou a campanha Sesc Solidário, mediante a qual são mobilizados recursos em todo o país para assistência aos desabrigados e desalojados por acontecimentos de desastres naturais.

As ações emergenciais mobilizam todo o público interno do Sesc, cabendo ao Mesa Brasil Sesc, com experiência no gerenciamento de doações, coordenar a campanha, sensibilizando e articulando seus parceiros e cedendo sua infraestrutura (recursos humanos, espaço de armazenagem, transporte etc.) para direcionamento e entrega dos donativos provenientes de diferentes pontos do país (Anexo 6).

Uma grande rede de solidariedade se forma por meio do Sesc Solidário, unindo servidores, empresas, colaboradores e voluntários empenhados em disponibilizar, acondicionar, separar, transportar e distribuir donativos com rapidez para as populações atingidas.

Parcerias com órgãos públicos são fundamentais neste processo. Por meio da Secretaria de Assistência Social do município são identificadas as áreas mais atingidas e mapeados os abrigos públicos. A Defesa Civil e o Exército Brasileiro são parceiros estratégicos, dispondo de meios e recursos para fazer chegar os donativos às comunidades isoladas e de acesso extremamente difícil.

Trata-se de um trabalho de logística humanitária, entendida como ramo da logística responsável por todos os processos envolvidos na mobilização de pessoas, recursos e conhecimentos para ajudar comunidades afetadas por desastres naturais.

5 FORMAÇÃO DE REDES

5.1 IDENTIFICAÇÃO, CAPTAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE DOADORES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Um dos principais objetivos do processo de mediação implementado na captação e fidelização de parceiros é conseguir uma maior sensibilização com relação às consequências das decisões políticas e das práticas organizacionais para a segurança alimentar e nutricional e a sustentabilidade ambiental, a fim de mobilizar diferentes setores na direção de políticas públicas e práticas saudáveis destinadas a garantir as condições básicas e os recursos indispensáveis à melhoria do acesso à alimentação saudável e à qualidade de vida como um todo.

No meio empresarial, tal mobilização vincula-se à filosofia da responsabilidade social, seja por razões instrumentais, associadas a conquistas de vantagens competitivas, seja por motivações éticas, relacionadas à construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo. Na conjunção das duas vertentes estão as iniciativas de investimento no capital humano, na comunidade local e nas relações com a sociedade, conciliando as expectativas de empresas, governos, consumidores, comunidades e trabalhadores.

Joana Garcia, em *O negócio do social*, diz que “a campanha pela responsabilidade social das empresas inclui práticas de filantropia empresarial mas não se restringe a elas. Mesmo considerando que uma empresa socialmente responsável não está obrigada a realizar doações nem outra forma de atendimento assistencial, a filantropia empresarial, nos moldes como hoje é exercida, é uma referência significativa.” (GARCIA, 2004)

Nessa medida, o cenário atual é caracterizado pelo crescimento da participação das empresas privadas na área social, através de doações e apoios cada vez mais diversificados a projetos que são voltados não apenas aos seus empregados, mas às comunidades em que estão situadas. Também tem aumentado o quantitativo de empresas que, para realizar seus projetos comunitários, passam a buscar parcerias com órgãos governamentais e/ou organizações sociais sem fins lucrativos que possuam credibilidade e capacidade para a realização bem-sucedida desses projetos.

A mobilização de parcerias com os diversos atores envolvidos em toda a cadeia de produção, comercialização e utilização dos alimentos, bem como com outras redes de proteção social, constitui-se, assim, em um eixo operacional básico do Mesa Brasil Sesc.

O Mesa Brasil Sesc compartilha com o conceito de parceria de Marlova Jovchelovitcha Noletto (2004): “significa uma associação em que a soma das partes representa mais do que o somatório individual de seus membros”. Por meio da parceria, há um fortalecimento mútuo para se atingir um determinado fim. O parceiro define-se como aquele que é semelhante, par. Estabelece um significado de união profunda, usando inclusive a ideia de cumplicidade, que é, literalmente, a coautoria em alguma ação.

Existem dois níveis básicos de parceria para doação de gêneros alimentícios: nacional e local. As parcerias nacionais viabilizam grandes volumes de doações, possibilitando uma distribuição mais equânime de produtos entre os Departamentos Regionais, considerando-se aspectos como quantitativo e tipo de produto doado, data de vencimento, local de retirada, custo e benefício da operação logística, localização geográfica do destino etc. São parcerias estratégicas que potencializam as articulações locais, na medida em que as corporações comerciais promovem o engajamento de suas filiais e, dessa forma, outras empresas de menor porte também se mobilizam.

Para além dessa estrutura de base – cuja consolidação depende fortemente da atuação do Departamento Nacional –, a formação de parcerias locais é fundamental, a fim de sedimentar a mobilização de diferentes instâncias nos esforços para a melhoria da conjuntura que se pretende transformar.

Esse é um processo que exige esforços contínuos e sistemáticos das coordenações e equipes do Programa e demanda o apoio político das instâncias de gestão dos Departamentos Regionais. São vários os mecanismos e recursos que precisam ser garantidos visando lograr êxito nesse percurso, que se inicia com a identificação dos potenciais doadores e caminha para a fidelização das parcerias firmadas. Dentre eles, podemos destacar:

a) Identificação

Na identificação dos potenciais doadores, temos aspectos principais a considerar: a motivação do doador, sua capacidade de doar e a natureza ou as características de seus produtos.

O que está em jogo na motivação é a combinação de vínculo e interesse, ou seja, a ligação que o doador tem com o trabalho do Mesa Brasil Sesc (pela afinidade de propósitos ou pela experiência positiva e direta com os serviços do Sesc) e o quanto se sente “recompensado” pela doação que venha a fazer.

Do ponto de vista do planejamento, essa identificação inicial serve de base para a criação de oportunidades que fortaleçam gradativamente o interesse de doadores e demais parceiros.

Ao lado da motivação deve estar a capacidade de doar – qual é o volume e quais são as características da doação que se avalia que a empresa tem condição de fazer.

Classificar parceiros e potenciais doadores com base nesses atributos – vínculo, interesse e capacidade – possibilita identificar aqueles mais dispostos a apoiar o trabalho e com mais recursos para fazê-lo.

Decerto, alinhado às características do Programa, é importante priorizar a captação de doadores que nos destinam, além de produtos fora dos padrões de comercialização, mas ainda próprios para o consumo, os seus excedentes de produção, pois um dos pilares do Mesa Brasil Sesc é o combate ao desperdício de alimentos em todas as fases da cadeia produtiva.

Quando falamos em doadores em potencial, devemos considerar não apenas as grandes empresas ou centrais de abastecimento, mas também doadores de pequeno e médio porte, entre os quais, comerciantes, produtores e agricultores, pois influenciam positivamente nas ações do Programa e atuam diretamente nessa engrenagem de mobilização contra o desperdício e a fome.

Cabe salientar que as campanhas de arrecadação de alimentos, apesar de potencializarem os resultados do Mesa Brasil Sesc e estreitarem os laços com os parceiros, devem ser eventuais, uma vez que não estão relacionadas ao foco do Programa.

Portanto, para que o Mesa Brasil Sesc consiga manter as suas bases de sustentação, ratifica-se a importância de atuarmos na constante captação e fidelização de doadores sistemáticos e que estejam alinhados com as diretrizes do combate ao desperdício, para que consigamos alcançar os objetivos e metas traçados.

É importante que as instâncias de gestão no Departamento Regional também se envolvam, tanto na identificação de possíveis doadores e na organização de atividades de captação de parceiros, como na facilitação de contatos com potenciais doadores, a fim de mobilizar seu interesse em participar da rede de solidariedade Mesa Brasil Sesc.

A partir da identificação dos doadores em potencial, é necessário dedicar tempo para conhecê-los melhor, pesquisando dados acerca de seu perfil empresarial, o tipo de produto que comercializam e as características do seu desperdício, dentre outros aspectos que possam contribuir para: determinar com quem se terá as maiores chances de sucesso ao fazer uma solicitação; estabelecer quais aspectos do Programa podem interessar mais e conquistar o apoio; prever o volume e a frequência da doação.

b) Captação

A ideia de construir alianças é bem mais ampla do que ir atrás de um doador para o Programa. Construção de alianças nos leva a pensar em união de esforços de pessoas e organizações com interesses comuns. É necessário identificar quais são os caminhos para construir parcerias, somar forças e descobrir formas de otimizar recursos, conhecimentos e potencialidades.

Noletto (2000), no texto “Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática”, trata de alguns aspectos interessantes sobre a captação de parcerias. Ela propõe uma metodologia com quatro etapas: identificação, valorização, negociação e implementação.

Essas quatro etapas compreendem oito passos ou atividades que devem ser seguidos para facilitar a formação de parcerias:

- 1 - Definir estratégias e objetivos.
- 2 - Avaliar parceiros em potencial.
- 3 - Avaliar as possibilidades e o que oferecer em troca.
- 4 - Definir a oportunidade.
- 5 - Avaliar o impacto da ação conjunta.
- 6 - Avaliar o poder de “barganhar”.
- 7 - Planejar a integração.
- 8 - Implementar a integração.

Segundo a autora, examinar oportunidades de parcerias sem definir estratégias e objetivos é um erro grave. Precisamos saber por que e como queremos uma parceria ou uma aliança estratégica (NOLETO, 2000).

No Mesa Brasil Sesc, o trabalho de captação de parcerias é permanente e requer, por parte da equipe, a definição de estratégias, dentre elas: mala direta, contatos telefônicos, eventos sociais, culturais e promocionais, feiras, palestras, contatos com associações e sindicatos de classes etc.

Faz-se necessária ainda a sistematização de procedimentos, para eficácia da ação, dentre os quais:

- Identificar a necessidade do programa.
- Mapear e listar os potenciais doadores.
- Conhecer o perfil do doador.
 - Identificar a pessoa do contato que será um facilitador junto ao potencial doador.
 - Agendar visita.
- Definir quem fará a visita, considerando:
 - O perfil do representante de acordo com a empresa a ser visitada.
 - Características do representante, como apresentação pessoal, pontualidade, descrição, objetividade, segurança nas informações, organização e desinibição.
 - O conhecimento do histórico do programa.

A visita deverá ser realizada preferencialmente pela Coordenação acompanhada da assistente social e nutricionista; é importante que as ideias estejam alinhadas para evitar divergências na abordagem.

Alguns aspectos importantes no êxito da abordagem do potencial doador são:

- Apresentação objetiva do Programa (doação de alimentos e ação educativa).
- Importância da responsabilidade social na empresa.
- Papel facilitador do Programa, bem como a responsabilidade mútua durante todo o processo.
- Entrega de material: folder, vídeo, material educativo, publicações etc.
- Apresentação da proposta de parceria.
- Agendamento de posterior contato.

Com base em experiências de diferentes organizações e das próprias equipes dos Departamentos Regionais, descrevemos algumas dicas que podem ser úteis na elaboração da programação de contatos e visitas:

- O uso de mala direta possibilita a sensibilização e a publicidade a respeito da causa promovida pelo Programa e pode ajudar a envolver mais pessoas, incentivando-as a participar de eventos, encaminhar demandas, ou envolver amigos e outros parceiros de sua própria rede.
- Os contatos telefônicos são mais apropriados para situações como: abordagem mais sucinta do Programa, o agendamento de reunião, agradecimento das doações recebidas etc.
- Nas reuniões, evidencie a credibilidade do Programa. Dê exemplos da capacidade de atuação do Mesa Brasil Sesc, a sua experiência acumulada na área, e forneça detalhes a respeito de sua operacionalização. Apresente resultados de avaliações já realizadas e não afirmações generalizadas.

- Após a aceitação da proposta, agradecer é essencial. Aproveite para convidar os funcionários das instituições parceiras para conhecer o Programa ou se disponha a fazer uma apresentação do trabalho e de seus resultados em uma reunião de gerência ou diretoria, quando apropriado.
- Utilize-se dos argumentos já sistematizados acerca dos benefícios que o engajamento em projetos sociais pode trazer para as empresas.

QUADRO 4 – ARGUMENTOS PARA CAPTAÇÃO DE EMPRESAS PARCEIRAS

POR QUE É INTERESSANTE PARA AS EMPRESAS PARTICIPAREM DE PROGRAMAS SOCIAIS DE COMBATE À FOME E AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS?	
DIMENSÃO	ARGUMENTOS
Sob o ponto de vista da responsabilidade social	<p>A responsabilidade social envolve várias ações das empresas, tais como a política trabalhista (com salários justos, ambiente saudável, benefícios e plano de carreira), a relação com os fornecedores, a concorrência leal, a qualidade do produto, o preço de venda justo, a proteção do meio ambiente e as ações sociais.</p> <p>Nesse contexto, a participação em um programa de combate à fome e à desnutrição alinha-se às ações socialmente responsáveis, contribuindo para a criação de uma imagem positiva da empresa. A empresa certamente terá mais credibilidade e será mais bem aceita na sua comunidade. E o consumidor mais consciente dará preferência a seus produtos. Isto já é uma tendência atual do consumo e não significa que a empresa passe a ser vista como boazinha, mas como responsável e integrada a sua comunidade.</p> <p>Por outro lado, o Sesc, que administra o MBS, pode ser considerado o braço social das empresas do comércio e serviços. Por questão de custos e experiência, torna-se extremamente interessante que estas empresas, ao invés de montarem seus próprios programas de combate à fome, se integrem a esta rede nacional de solidariedade, com a qual, na verdade, já possuem uma relação de identidade. É também uma oportunidade de se realizar um trabalho de marketing com pouco investimento.</p>
Sob o ponto de vista da cidadania empresarial	<p>Entende-se cidadania empresarial como a expressão da responsabilidade social da empresa em relação à comunidade em que ela está inserida. São iniciativas que têm por objetivo apoiar à educação, a saúde, a assistência social, a segurança alimentar e outras políticas públicas.</p> <p>Assim, a empresa assume o papel de protagonista na construção de uma sociedade mais justa, menos desigual, onde as responsabilidades são compartilhadas pelos diversos segmentos sociais que buscam soluções para os problemas que atingem a todos, dentre eles a fome e a pobreza.</p> <p>Há razões sociais e econômicas para as empresas investirem em programas de combate à fome:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por ser a alimentação adequada um direito básico de todo o ser humano, e não uma concessão da sociedade ou uma caridade das pessoas. A empresa estaria assumindo uma postura ativa, nesta perspectiva. • Por ser um imperativo ético – não é possível conviver com tamanha exclusão social, com tantas consequências para os cidadãos e para o país. • Por gerar maior estabilidade política e social, base de todo o desenvolvimento. • Por representar um investimento econômico que gera maior produtividade, maior expectativa de vida e maior mercado consumidor. • Por permitir uma educação mais exitosa, com melhores resultados na aprendizagem, repercutindo também em profissionais mais competentes.

POR QUE É INTERESSANTE PARA AS EMPRESAS PARTICIPAREM DE PROGRAMAS SOCIAIS DE COMBATE À FOME E AO DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS?	
DIMENSÃO	ARGUMENTOS
Sob o ponto de vista econômico	<p>A participação no Programa não requer nenhum custo adicional, uma vez que a empresa estará disponibilizando seu excedente alimentar que, de alguma forma, seria descartado.</p> <p>A alimentação adequada está ligada a um melhor desenvolvimento intelectual, com melhoria nas habilidades e na capacidade de aprender e, conseqüentemente, maior facilidade para se candidatar a um emprego e poder desempenhar mais adequadamente suas funções laborais.</p> <p>A correta alimentação implicará, com certeza, na diminuição das despesas com o sistema público de saúde, uma vez que a desnutrição é responsável por uma série de distúrbios e doenças. E para as empresas, implicará em menos custos acarretados pela ausência de seus funcionários no trabalho por motivo de doença.</p> <p>Redução de gastos com descarte de produtos.</p> <p>Isenção de tributos, pelo Programa Fome Zero.</p>
Sob o ponto de vista do relacionamento com o seu público interno	<p>A empresa que participa de programas com o foco no controle do desperdício tem a oportunidade de desenvolver programas internos para trabalhar, com seus funcionários, temas como consumo consciente e preservação ambiental, tanto no nível da empresa quanto no âmbito doméstico.</p> <p>Além disso, pode ser incentivado o voluntariado empresarial – a consciência social e solidária – motivando e apoiando os funcionários a se dedicarem a uma ação solidária em benefício da melhoria da qualidade de vida da comunidade.</p>

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Ao conquistar um novo parceiro, é imprescindível o preenchimento da ficha de cadastro do doador (Anexo 7) com os seus principais dados, seja pessoa física ou jurídica.

Cabe um destaque para a formalização da parceria através da assinatura de um termo jurídico, com as atribuições de ambas as partes (Anexo 8). Este documento, firmado em âmbito nacional ou regional, se aplica geralmente a parcerias com grandes empresas do ramo de alimentação, cujas filiais, unidades fabris, centros de distribuição e lojas de atacado e varejo irão doar sistematicamente. Sua vigência pode ter tempo indeterminado ou ser renovada periodicamente, conforme entendimentos mútuos.

c) Fidelização

Não podemos perder de vista que o Mesa Brasil Sesc é uma rede de solidariedade que tem como base de sustentação a parceria com diversos setores da sociedade.

Neste sentido, ganha relevância a definição de “rede social”, composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. Tem como característica fundamental a abertura e porosidade, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes.

No Mesa Brasil Sesc, a fidelização de parceiros, na busca de um relacionamento de longo prazo, é uma estratégia fundamental para o fortalecimento da rede; para que aconteça, portanto, é

preciso conhecer todos os atores, identificando suas características, necessidades e desejos, e utilizando essas informações para estreitar os elos e a relação de confiança e cumplicidade.

Neste contexto, a socialização dos resultados com os parceiros é de extrema importância, pois quando se discutem com os envolvidos os efeitos quantitativos e qualitativos da sua participação e os impactos para a vida das pessoas e instituições que se beneficiam com as ações, amplia-se o sentido da cooperação, solidariedade e transparência.

É importante instituir uma dinâmica de acompanhamento que assegure que todos os envolvidos estejam informados sobre o andamento das ações, possibilitando identificar onde estão os êxitos e as falhas do Programa, com vistas às decisões e soluções coletivas. As ações para compartilhar práticas, fortalecer a rede e ampliá-la devem se fazer presentes de forma sistemática, compondo um programa de valorização de doadores.

Da mesma forma, é preciso definir estratégias que permitam fidelizar os parceiros já conquistados pelo Programa, dentre as quais: distribuição de periódicos, informativos e outras publicações; encontro anual com entrega de Certificado de Mérito Comunitário, divulgação de matérias nas mídias digitais da instituição, carta de agradecimento nas doações atípicas e/ou eventuais.

Vale destacar que os relatórios e eventos de prestação de contas são estratégias importantes no esforço permanente de fidelizar parceiros, atualizando-os regularmente sobre as conquistas mútuas e os resultados alcançados.

QUADRO 5 – QUADRO-RESUMO DO EIXO DE ATUAÇÃO MOBILIZAÇÃO DE PARCEIROS

EIXO DE ATUAÇÃO: MOBILIZAÇÃO DE PARCEIROS	
Objetivo central	Mobilizar e articular sujeitos e instituições para o engajamento efetivo na rede de combate à fome e ao desperdício.
Público	Produtores agropecuários, agricultores familiares, cooperativas agrícolas, hortifrutigranjeiros, indústria da alimentação, centrais de abastecimento, atacadistas, supermercados, padarias, mercearias, empresas das áreas de produção, distribuição e comercialização de alimentos.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar/mapear potenciais doadores e sensibilizar atores estratégicos para consolidação da rede de parceiros contra a fome e o desperdício. • Elaborar materiais e desenvolver estratégias de divulgação que permitam à sociedade conhecer os objetivos do programa e que incentivem as doações de alimentos. • Atuar permanentemente na captação de parceiros doadores e cadastrá-los. • Pactuar compromissos relativos à consolidação do fluxo de recepção e doação de alimentos e de produtos de cuidado à saúde. • Estudar e implementar alternativas viáveis de combate ao desperdício de alimentos por parte de empresas e cidadãos. • Identificar necessidades de capacitação dos doadores, a fim de garantir as condições de higiene e segurança dos alimentos, bem como o combate ao desperdício, e pactuar o programa de ações correspondente. • Elaborar e disponibilizar relatório acerca do destino das doações, prestando contas aos doadores de forma sistemática e difundindo os resultados do Programa. • Realizar o encontro anual da rede, visando à prestação de contas, ao intercâmbio de experiências, à fidelização de parceiros e à captação de novos doadores.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

5.2 PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES SOCIAIS

Assim como em outros países, ocorre no Brasil o crescimento do Terceiro Setor, representado pelas organizações sociais, sem fins lucrativos, formadas a partir de iniciativas voluntárias que não pertencem ao setor privado (mercado) nem ao setor estatal (Estado), ainda que se situem em uma esfera de atuação com finalidade pública.

Embora existam no Brasil desde o período colonial, foi na década de 1990 que as entidades dotadas com estas características cresceram de forma significativa. A campanha “Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, dirigida pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, foi um marco pela sua abrangência e poder de mobilização. O Terceiro Setor vem se expandindo em várias áreas, com o crescimento quantitativo e qualitativo especialmente das organizações não governamentais (ONGs), objetivando atender à demanda por serviços socioassistenciais requisitados por uma quantidade expressiva da população que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social.

Desde a sua implantação, em 2003, o Mesa Brasil Sesc, a exemplo de bancos de alimentos já implantados em Unidades do Sesc, elegeu as entidades sociais, centros de educação infantil, casa de passagem, serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, instituições de longa permanência e comunidades terapêuticas, dentre outras, como espaços prioritários para a doação de alimentos e o desenvolvimento de ações educativas.

A despeito de contarem com estruturas jurídicas e físicas heterogêneas, tais organizações possuem condições mínimas para o diagnóstico do público beneficiário e para o preparo dos alimentos, garantindo melhores condições de acondicionamento, manipulação e distribuição dos alimentos doados.

Neste sentido, as entidades sociais são, ao mesmo tempo, beneficiárias e parceiras do Mesa Brasil Sesc, em uma prática onde imperam a transparência e a agregação de forças no combate à fome e ao desperdício de alimentos.

A partir dessa compreensão, busca-se valorizar o potencial de desenvolvimento que elas mesmas possuem, provendo apoio técnico e estimulando o seu fortalecimento institucional e a sua articulação em rede.

Para que sejam integradas ao Programa, é importante o cumprimento de requisitos básicos: realizar trabalho social efetivo e sistemático; estar legalmente registrada e documentada; participar de conselhos de direitos e controle social; possuir cozinha/refeitório com mínima estrutura para receber as doações; não possuir vínculo político-partidário; preparar e servir refeições dentro do próprio local; não servir refeições na rua ou atender com fornecimento de cestas básicas.

Suas responsabilidades com o Mesa Brasil Sesc consistem em condicionalidades para sua permanência: não repassar as doações a outras instituições; não comercializar ou permutar alimentos fornecidos pelo Programa; não distribuir as doações a funcionários e voluntários

da instituição; participar regularmente dos cursos, treinamentos e demais ações educativas consoante programação acordada a cada ano; permitir a visita e o acompanhamento de técnicos do Programa à entidade; entregar anualmente, no momento do cadastramento ou sempre que necessário, a documentação solicitada.

Além de contatos frequentes na forma de visitas e reuniões por parte da equipe técnica do Programa, são elaborados instrumentos com vistas a favorecer o acompanhamento e monitoramento das ações. Como exemplo, podemos citar o Termo de Cooperação entre o Mesa Brasil Sesc e todas as entidades assistidas, com o objetivo de registrar as respectivas atribuições e outras questões importantes ao êxito das ações integradas.

5.3 MOBILIZAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS

De uma forma geral, em diversos segmentos da sociedade, ressurgiu a vontade de participar e de praticar ações que antes seriam classificadas como “caridade”, mas que hoje resgatam o sentido original do conceito de “solidariedade”, ou seja, a preocupação genuína com o bem-estar social para além das retribuições pessoais imediatas. Ao contrário das práticas de tutela e assistencialismo, tomam corpo as práticas sociais solidárias, encaminhadas segundo o propósito de fortalecer a autonomia das comunidades e capacitá-las para resolver os problemas evidenciados, intervindo sobre as causas que os determinam. E é nesse contexto valorativo que se vê aumentar o interesse dos cidadãos pela prática do voluntariado, também presente como eixo de atuação do Mesa Brasil Sesc.

A mobilização de voluntários tem respaldo no pressuposto de que a atividade voluntária, nos marcos da solidariedade, é elemento importante para aqueles que buscam a justiça social, reconhecendo-se que o enfrentamento dos problemas sociais supõe articular: as disposições governamentais com as iniciativas sociais; os recursos institucionais, com as dinâmicas comunitárias; e a competência técnica, com as habilidades e singularidades pessoais.

O estímulo às práticas voluntárias na resolução de problemas que dizem respeito a todos é entendido como medida importante para a valorização das relações afetivas – no sentido da confiança social – e para a construção do dinamismo social participativo, na direção do fortalecimento da cidadania.

É aconselhável que a entidade interessada em captar voluntários esteja sempre divulgando o seu trabalho. Isso porque sempre existem novos projetos a serem implantados, objetivos a serem ampliados ou desejo de se atender a um público maior. Além disso, é preciso garantir o número de voluntários atuantes, pois as pessoas se desgastam, têm novas preocupações ou oportunidades e, muitas vezes, surgem mudanças que impedem a continuidade da dedicação a uma dada causa social.

Os métodos de captação de voluntários podem ser diversos, entretanto são sempre determinados em função dos objetivos e expectativas das pessoas a quem se quer atingir. A instituição precisa, antes de qualquer coisa, saber que público quer captar, que tipo de voluntários irá satisfazer as suas necessidades. Só assim pode-se determinar onde e que tipo de estratégias utilizar: propaganda nos meios de comunicação (rádio, TV, jornais), materiais impressos, internet etc.

Por outro lado, os voluntários desejam encontrar serviços através dos quais possam ter a oportunidade de dar parte de seu tempo livre e conseguir uma autêntica satisfação. Além das donas de casa, que representam um grande quantitativo de voluntariado, existem outros que se sentem motivados a concretizar ações de cunho social: aposentados, membros de igrejas, grupos de autoajuda e associações de bairro, entre outros segmentos.

No Mesa Brasil Sesc os voluntários podem atuar em três áreas distintas: técnica, operacional e administrativa. No entanto, considerando a rotina de atividades do Programa, estão envolvidos, em sua maioria, na realização de ações educativas e na seleção e acondicionamento de alimentos.

Para atender à necessidade de sistematizar e dinamizar o trabalho voluntário no Mesa Brasil Sesc, o Departamento Nacional publicou dois documentos orientadores: o Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado (SESC, 2007) e o Manual do Voluntário (SESC, 2007a).

O Manual de Procedimentos e Gestão do Voluntariado (SESC, 2007) destina-se a instrumentalizar os coordenadores e equipes de execução do Programa nos diferentes Departamentos Regionais, proporcionando às equipes um material de caráter objetivo e de consulta permanente na estruturação organizacional e metodológica dos projetos de voluntariado – seus aspectos de planejamento, acompanhamento e avaliação.

Já o Manual do Voluntário visa promover a ambientação e integração desse parceiro ao Programa, esclarecendo os propósitos e o escopo de atuação do Mesa Brasil Sesc, bem como explorando informações que dão sentido à prática do voluntariado, incluindo seus direitos e responsabilidades, a fim de criar condições para que cada voluntário colabore de modo consciente e responsável.

Cabe destacar a importância do preenchimento da ficha cadastral do voluntário e da assinatura do “Termo de Adesão ao Serviço Voluntário”, acompanhado da “Lei do Serviço Voluntário”, nº 9.608/1998 (Anexo 9), que determina, dentre outros aspectos relevantes, a impossibilidade de remuneração e a inexistência de vínculo empregatício, obrigação trabalhista e previdenciária.

QUADRO 6 – QUADRO-RESUMO DO EIXO DE ATUAÇÃO MOBILIZAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS

EIXO DE ATUAÇÃO: MOBILIZAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS	
Objetivo central	Incentivar e promover a ação voluntária como forma de participação no desenvolvimento da comunidade.
Público	Adolescentes, adultos e idosos de diferenciados níveis de formação e tipos de ocupação.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir para grupos sociais diversos os princípios éticos, políticos e programáticos do Programa, a fim de captar voluntários para atuação em diferentes níveis. • Selecionar e inscrever os voluntários. • Capacitar os voluntários, trabalhando conteúdos instrumentais e conceituais, para que participem consciente e criticamente das ações do MBS. • Supervisionar e motivar as ações dos voluntários, prestando apoio técnico e atuando permanentemente para a integração dos voluntários junto às equipes do Sesc. • Fornecer certificado de voluntário.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

6 RELAÇÃO COM AS ENTIDADES SOCIAIS

6.1 PRÉ-CADASTRO E CADASTRO

A doação dos produtos é direcionada, prioritariamente, a entidades sociais que oferecem serviço de alimentação aos seus beneficiários e possuem espaço próprio para o preparo dessas refeições. Elas são integradas ao Programa conforme haja disponibilidade de alimentos, em função do volume de gêneros alimentícios doados. É esse também o parâmetro básico para se determinar a quantidade a ser entregue e a frequência do atendimento a cada instituição, considerando-se a relação entre essas condições estruturais do Programa e os diferenciais de situação de vulnerabilidade apresentados pelas organizações cadastradas.

As entidades sociais chegam ao Mesa Brasil Sesc através de diversos mecanismos, a maioria espontâneos, como divulgação informal no “boca a boca”, ou mesmo através de mídias e anúncios nos âmbitos nacional e local.

Para a inclusão progressiva das entidades sociais, é necessária a implementação de uma rotina de pré-cadastro e cadastro, considerando aspectos como abrangência da Unidade de Programa, ordem de prioridade de atendimento, frequência e quantitativo de doação de gêneros, disponibilidade para participação nas ações educativas etc.

O pré-cadastro é o primeiro contato estabelecido entre o Mesa Brasil Sesc e as entidades sociais, possibilitando a configuração de um perfil inicial de cada uma dessas instituições, mediante o registro dos aspectos gerais de identificação no Formulário de Pré-Cadastro de Entidades Sociais (Anexo 10). Por meio de entrevista com o gestor, a equipe técnica do Mesa coleta as

informações cadastrais básicas e verifica a situação em relação aos critérios de elegibilidade para entrada no Programa.

QUADRO 7 – PARÂMETROS DE ELEGIBILIDADE DAS ENTIDADES SOCIAIS

PROCESSO DE ELEGIBILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS	
COMPONENTES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Mecanismos de recrutamento	Anúncios na mídia e divulgação informal. Divulgação no site do Sesc/ Programa MBS e durante as ações educativas.
Características sociodemográficas e padrão de necessidades nutricionais dos beneficiários pretendidos	Segmentos populacionais assistidos por entidades sociais pré-cadastradas no MBS, com maiores necessidades nutricionais (gestantes ou lactantes, crianças menores de 6 anos, idosos) e residentes em áreas com maior perfil de vulnerabilidade à pobreza (famílias que agregam baixos níveis de renda familiar, chefes de família pouco escolarizados e maior presença de crianças e adolescentes).
Requisitos de elegibilidade das entidades sociais	<p>Obrigatórios</p> <p>Regularidade da documentação legal (CNPJ; estatuto social; ata de assembleia da eleição da diretoria (atualizada); plano de trabalho anual ou projeto ético político pedagógico; registro no Conselho Municipal de Assistência Social ou em outros Conselhos de direito; e alvará sanitário.</p> <hr/> <p>Importantes</p> <p>Produção e fornecimento de refeições em suas dependências;</p> <p>Realização de trabalhos socioeducativos sistemáticos.</p>

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Cabe destacar que, caso a entidade não se enquadre no perfil de atendimento do Programa, deverá ser informada e, se possível, orientada a buscar parcerias com outros órgãos que possam atender às suas necessidades de assistência social e alimentar.

Inicialmente, será efetuado o pré-cadastro. Neste caso, a entidade receberá a relação dos documentos que deve entregar para, após isto, receber a visita técnica. Esta visita técnica tem por objetivo a análise da situação de vulnerabilidade do público beneficiário para fins de organização do fluxo de entrada do atendimento sistemático no Programa. Uma vez realizada a visita, as entidades estarão aptas ao atendimento eventual em casos de grandes quantitativos de doação.

Deve-se considerar a importância de se estabelecer um limite de entidades em lista de espera, de forma a evitar um prazo longo entre o pré-cadastro e a primeira visita técnica. Soma-se a isto o fato de não se gerar expectativas quanto ao pronto atendimento no Programa.

QUADRO 8 – PARÂMETROS DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS

PARÂMETROS DE ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS		
EIXOS	PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Vulnerabilidade social	Localização da entidade social	Perfil de vulnerabilidade socioeconômica da população residente na área de localização da entidade (presença, nessas localidades, de famílias que agregam baixos níveis de renda familiar, chefes de família poucos escolarizados e maior presença de crianças e adolescentes).
		Características da área de localização quanto às condições de infraestrutura sanitária básica.
	Perfil socioeconômico do público beneficiário	Renda familiar do segmento atendido.
		Grau de escolaridade do segmento atendido.
Mínimos de proteção social	Acesso do público beneficiário aos programas de proteção social.	
Vulnerabilidade alimentar e nutricional	Padrão de necessidades nutricionais dos segmentos atendidos	Presença dos segmentos com maiores necessidades nutricionais (gestantes ou lactantes, crianças menores de 6 anos, idosos).

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Tal abordagem, *in loco*, resultará na emissão de parecer técnico, com a avaliação realizada pelo Serviço Social e Nutrição e os dados, assim sistematizados, fornecerão parâmetros para posterior avaliação do resultado/impacto das ações do Programa. Acima de tudo, entendemos que esse é um instrumento de diálogo com as equipes das organizações sociais, permitindo dar uma direção aos compromissos de parceria firmados com o Mesa Brasil Sesc.

Na medida em que a ampliação da rede de parceiros – principalmente os sistemáticos – vai tornando possível ao Mesa Brasil Sesc incorporar novas entidades sociais em sua logística de distribuição de gêneros alimentícios, será dada prioridade àquelas entidades com público em situação de maior vulnerabilidade. Será realizada uma nova entrevista com a equipe técnica para atualização dos dados cadastrais e assinatura do Termo de Cooperação (Anexo 11).

O Termo de Cooperação é um documento firmado entre o Mesa Brasil Sesc e as entidades sociais assistidas, numa perspectiva de dar maior transparência à parceria e pactuar processos. Recomenda-se que o referido instrumento tenha um prazo de vigência de 24 meses, podendo ser renovado conforme interesse de ambas as partes.

QUADRO 9 – QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ENTIDADES SOCIAIS

PROCESSO DE INCLUSÃO DE ENTIDADES SOCIAIS	
COMPONENTES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Mecanismos de pré-cadastro de entidades sociais	Pré-cadastro de instituições localizadas na área de abrangência do MBS, respeitando-se os limites de capacidade de atendimento pelo Programa e os critérios de elegibilidade. Formação de lista de espera. Visita inicial para priorização de cadastro por situação de vulnerabilidade, com emissão de parecer técnico dos profissionais de Nutrição e Serviço Social.
Instrumentos	Formulário de Pré-cadastro e Cadastro de Entidades Sociais.
Mecanismos de cadastro de entidades sociais	Entrevista para atualização dos dados cadastrais e entrega da documentação com posterior assinatura do Termo de Cooperação.
Instrumentos	Formulário de Cadastro e Termo de Cooperação.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Assim, para a conclusão do cadastro será necessário:

1. Atualização do Formulário de Cadastro de Entidades Sociais, com verificação dos dados resultantes da visita inicial feita pelo(a) nutricionista e pelo(a) assistente social do Programa.
2. Assinatura do Termo de Cooperação com período de vigência bienal.
3. Recebimento da documentação da entidade social para seu arquivamento junto ao Formulário de Pré-cadastro e de Cadastro, preenchida e assinada, na Unidade Operacional.
4. A documentação legal necessária para a conclusão do cadastramento compreende:
 - a) CNPJ.
 - b) Estatuto social.
 - c) Ata de assembleia da eleição da diretoria (atualizada).
 - d) Plano de trabalho anual ou projeto ético-político-pedagógico (documento que explique as atividades da entidade social, assinado pelo responsável pela organização – coordenador, diretor ou assistente social).
 - e) Inscrição em conselhos de direitos.

Observa-se que: as instituições sociais que funcionam como Casa-Abrigo, deverão apresentar o cadastro no Conselho Municipal, Estadual ou Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; no caso de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o cadastro no Conselho de Assistência Social ou demais conselhos de direito será substituído pelo Certificado de Qualificação como OSCIP, expedido pelo Ministério da Justiça; já no caso dos centros de educação infantil, deverá ser apresentado o cadastro no Conselho Municipal, Estadual ou Federal de Educação.

6.2 ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento sistemático das entidades sociais é feito mediante a realização de visitas técnicas, buscando-se estabelecer uma dinâmica contínua de comunicação com as equipes dessas organizações, a fim de fortalecer os acordos e compromissos de parceria, avaliar os efeitos das ações implementadas e verificar as necessidades de ajustes e reformulações da programação.

Entende-se acompanhamento como procedimento técnico, de caráter continuado e por período de tempo determinado, no qual se faz necessário o estabelecimento de vínculos entre profissionais e beneficiários. No caso do acompanhamento do Programa às entidades, recomenda-se que as visitas de acompanhamento aconteçam no mínimo duas vezes por ano, com periodicidade semestral.

Nesse sentido, é fundamental que as visitas sejam realizadas com regularidade e vivenciadas pelas equipes das entidades como oportunidades de diálogo e troca – e não como um procedimento burocrático ou como mera fiscalização, que acaba por gerar uma postura de prestação de contas pura e simples.

Em tais oportunidades, é possível observar e discutir vários aspectos do funcionamento das entidades sociais relacionados aos objetivos estabelecidos com relação à segurança dos alimentos, tais como: os gêneros alimentícios utilizados e as características dos cardápios adotados; o desempenho dos manipuladores de alimentos quanto à correspondência de suas práticas com as normas e procedimentos operacionais; as condições higiênico-sanitárias existentes; a análise sensorial das refeições preparadas; a aceitação dos cardápios planejados, dentre outras dimensões da promoção da alimentação saudável.

Da mesma forma, as visitas possibilitam verificar e discutir estratégias acerca do desempenho da entidade no sentido da defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, formação de redes etc.

São momentos, ainda, para a avaliação com a equipe sobre sua participação nas ações acordadas com o Mesa Brasil Sesc e os respectivos efeitos, discutindo sobre os avanços alcançados ou as dificuldades encontradas com relação às metas traçadas inicialmente. Nesse sentido, as visitas técnicas subsidiam constantemente a programação e fornecem subsídios para o planejamento de ações educativas e de desenvolvimento de capacidades, em geral.

É importante lembrar que o registro desse acompanhamento deve ser garantido, adotando-se para isso o Formulário de Cadastro e o Formulário de Acompanhamento. Uma vez registradas, tais informações podem ser objeto de análise pela equipe, a fim de verificar as entidades sociais que se encontram em níveis semelhantes de desenvolvimento de sua sustentabilidade institucional, possibilitando definir áreas temáticas prioritárias para a programação educativa e assuntos de interesse comum que orientem a formação dos grupos de participantes das ações.

Também é possível identificar, dessa forma, aquelas organizações que apresentam experiência exitosa em alguma área específica ou que avançaram em suas iniciativas de participação e articulação política, podendo servir de referência para as demais entidades sociais.

Estaremos atentos aos aspectos relacionados ao desafio do fortalecimento institucional dessas entidades e sua relação com a consecução dos objetivos e ações do Programa. O ponto de partida é o entendimento de que a sustentabilidade das organizações sociais requer um processo contínuo e sistemático de construção de equilíbrio entre as distintas dimensões que as compõem, quais sejam:

- A dimensão sociopolítica, focada nos vínculos sociais e políticos que conferem legitimidade e força à entidade.
- A dimensão técnico-gerencial, referente à qualidade da equipe, do trabalho e do sistema de gestão.
- A dimensão financeira, relativa à mobilização e ao uso de recursos.

Tomaremos essas dimensões como eixos orientadores de nossa análise, caracterizando a situação das organizações sociais quanto aos principais parâmetros de referência em cada um dos eixos.

QUADRO 10 – PARÂMETROS DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DAS ENTIDADES SOCIAIS

PARÂMETROS DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DAS ENTIDADES SOCIAIS		
EIXOS	PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Dimensão sociopolítica	Base social e legitimidade	Situação legal da entidade.
		Participação em redes de relacionamento, incluindo a participação em Conselhos de direito.
		Participação e regularidade do trabalho voluntário.
	Capacidade de intervenção em uma dada realidade	Constituição de programas conceitual e metodologicamente embasados.
		Infraestrutura para fornecimento de refeições, excetuando-se as entidades mediadoras
		Qualidade das práticas alimentares.
Dimensão técnico-gerencial	Qualificação técnica da equipe	Titulação dos membros da equipe.
		Investimento na capacitação da equipe nos níveis gerencial, técnico e operacional.
	Processo estratégico da organização	Realização de planejamento estratégico.
		Nível de participação da equipe e parceiros no planejamento estratégico.
Dimensão financeira	Diversificação de fontes de financiamento e parceiros financiadores	Existência de projetos financiados e/ou parcerias estabelecidas com esse fim.
	Comprometimento da receita da entidade com alimentação	Parcela da receita mensal da entidade comprometida com a alimentação.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

A adoção desse conjunto de parâmetros viabiliza a categorização das entidades sociais em um gradiente de desenvolvimento que tanto serve de base para a definição de prioridades de atendimento, quanto atua como um norte para a avaliação do impacto das ações do Programa Mesa Brasil Sesc.

Nesse sentido, propomos que a categorização das entidades seja feita na segunda visita técnica, segundo a compreensão de que existem estágios de evolução a serem percorridos na direção da construção da “imagem-objetivo” de cada eixo potencial de desenvolvimento. Quanto menor a frequência de evidências no momento inicial, mais deficitária será a situação da entidade e, portanto, maior será o grau de prioridade para atendimento pelo Programa.

Para viabilizar esse registro, o Formulário de Cadastro e o Formulário de Acompanhamento de Entidades Sociais são estruturados com base nas matrizes referenciais de análise anteriormente apresentadas, reservando espaço para detalhamento dos dados que materializam as evidências e para os comentários que subsidiam o parecer técnico final.

Esse instrumento será adotado ao longo de todo o período de parceria da entidade com o Programa, de modo a possibilitar o registro de sua evolução quanto aos diferentes eixos de desenvolvimento potencial. Os estágios alcançados no caminho da “imagem-objetivo” serão alvo de constante e sistemática problematização pela equipe do Mesa Brasil Sesc com a equipe da entidade social, a fim de traçar novas metas, reformular estratégias, potencializar recursos e, dessa forma, contribuir para o fortalecimento progressivo dos níveis de sustentabilidade de cada organização.

QUADRO 11 – RESUMO DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES SOCIAIS

PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES SOCIAIS	
COMPONENTES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Requisitos de permanência	Participar dos cursos, treinamentos e demais ações educativas consoante programação acordada a cada ano; permitir a visita e o acompanhamento de técnicos do Programa à entidade; entregar, sempre que necessário, a documentação solicitada; não repassar as doações a outras instituições; não utilizar as doações para fins político-partidários; não vender os alimentos fornecidos pelo Programa ou distribuir para funcionários e voluntários da entidade.
Instrumentos de acompanhamento	Formulário de Cadastro e Formulário de Acompanhamento de Entidades Sociais.
Mecanismos de acompanhamento	Visitas e reuniões de supervisão técnica.
Parâmetros de análise e desenvolvimento potencial das entidades sociais	Base social e legitimidade; capacidade de intervenção em uma dada realidade; qualificação técnica da equipe; processo estratégico da organização; diversificação de fontes de financiamento e parceiros financiadores; e comprometimento da receita da entidade com alimentação.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

6.3 DESLIGAMENTO

O desligamento das entidades sociais pode ser condicionado por duas ordens distintas de determinação. Uma diz respeito ao descumprimento de algumas condicionalidades para permanência no Programa, listadas no item 6.1 deste capítulo.

Por outro lado, o desligamento pode ser determinado pelo avanço das condições de sustentabilidade das entidades sociais, que as habilita a prescindir da contribuição do Mesa Brasil Sesc para dar continuidade à sua missão. E nesse caso, tais organizações podem continuar fazendo parte da rede de solidariedade, não mais como beneficiárias, mas como polos de referência e multiplicação de conhecimentos e práticas, na direção do desenvolvimento de capacidades das demais entidades sociais assistidas.

É importante salientar que o processo de desligamento é gradativo, podendo utilizar como estratégia a mudança paulatina da condição de sistemática para eventual, com aplicação prévia de carta de advertência, até o desligamento definitivo.

Deve-se aplicar o Termo de Desligamento (Anexo 12) para fins de arquivo no prontuário da respectiva entidade.

QUADRO 12 – RESUMO DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO DAS ENTIDADES SOCIAIS

PROCESSO DE DESLIGAMENTO DAS ENTIDADES SOCIAIS	
COMPONENTES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Desligamento compulsório	Descumprimento de algum dos requisitos importantes para a permanência (vide Quadro 10).
Condições de desligamento programado	Avanço das condições de sustentabilidade das entidades sociais, em suas diferentes dimensões (sociopolítica, técnico-gerencial e financeira).
Mecanismos de desligamento programado	Mudança de categoria para a classificação de recebimento de gêneros alimentícios de modo eventual. Carta de advertência Incorporação na Rede como polo de referência e multiplicação de conhecimentos e práticas, na direção do desenvolvimento de capacidades das demais entidades sociais assistidas.
Instrumentos	Termo de Desligamento.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

7 RELAÇÃO COM AS ENTIDADES MEDIADORAS

7.1 PRÉ-CADASTRO E CADASTRO

No caso do atendimento a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, a distribuição de alimentos é feita com a parceria de entidades mediadoras (associações comunitárias, serviços socioassistenciais, pastorais, igrejas etc.), cadastradas pelo Mesa Brasil Sesc, a partir dos mesmos critérios adotados para as entidades sociais beneficiadas, com exceção para a exigência de que produzam e forneçam refeições em suas dependências. Em substituição, observam-se as condições das entidades mediadoras distribuírem os alimentos às famílias, com garantia de integridade. Sinalizamos que os termos de pré-cadastro e cadastro são os mesmos das entidades sociais (Anexo 10).

QUADRO 13 – PARÂMETROS DE ELEGIBILIDADES DAS ENTIDADES MEDIADORAS

PROCESSO DE ELEGIBILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS	
COMPONENTES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Mecanismos de recrutamento	Anúncios na mídia e divulgação informal.
Características sociodemográficas e padrão de necessidades nutricionais dos beneficiários pretendidos	Segmentos populacionais assistidos por entidades mediadoras pré-cadastradas no MBS, com maiores necessidades nutricionais (gestantes ou lactantes, crianças menores de 6 anos, idosos) e residentes em áreas com maior perfil de vulnerabilidade socioeconômica (famílias que agregam baixos níveis de renda familiar, chefes de família pouco escolarizados e maior presença de crianças e adolescentes).
Requisitos de elegibilidade das entidades sociais	Regularidade da documentação legal (CNPJ; estatuto social; ata de assembleia da eleição da diretoria (atualizada); plano de trabalho anual ou projeto ético político pedagógico; registro no Conselho Municipal de Assistência Social ou em outros conselhos de direito. Responsabilizar-se pelo cadastro das famílias e pela distribuição adequada dos alimentos doados.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Tais entidades mediadoras se responsabilizam pelo cadastro e pela distribuição gratuita às famílias, visando proporcionar o acesso regular e seguro aos alimentos.

Cabe destacar que o nutricionista poderá auxiliar os gestores/funcionários das entidades mediadoras no cálculo do *per capita* para distribuição dos gêneros alimentícios às famílias, considerando, em média, quadro pessoas por família.

Nesse sentido, para que sejam incluídas no Programa, é necessário que apresentem a relação de famílias cadastradas que pretendem atender com a distribuição de alimentos, fornecendo informações que evidenciem as condições de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e

nutricional dos grupos familiares a serem beneficiados (agricultura de subsistência, áreas de extrativismo sazonal, povos indígenas, populações tradicionais, desempregados, subempregados etc.).

Assim, as metodologias de pré-cadastro e cadastro são similares à apresentada anteriormente, no que se refere aos parâmetros de vulnerabilidade dos beneficiários (Quadro 8), ao processo de inclusão de entidades (Quadro 9) e ao processo de conclusão de cadastro envolvendo os procedimentos de atualização dos dados cadastrais, recebimento de documentação e assinatura do Termo de Cooperação de Entidades Mediadoras (Anexo 13).

Cabe destacar que a lista de espera das entidades mediadoras deverá ser diferenciada da lista de espera das entidades que preparam e servem refeições, dada a especificidade do atendimento a famílias, quanto à logística de distribuição envolvendo a participação das lideranças comunitárias na distribuição, a perecibilidade dos alimentos, a capacidade de armazenamento nas residências etc.

7.2 ACOMPANHAMENTO

Os parâmetros de análise e desenvolvimento potencial das entidades mediadoras se assemelham aos adotados para as entidades sociais com as quais o Programa estabelece compromissos relacionados à complementação das refeições por elas produzidas e fornecidas em dependências próprias. Contudo, considerando que a intencionalidade da ação se volta para o reforço da capacidade dessas entidades para intervenção sobre os fatores comunitários condicionantes da segurança alimentar e nutricional, serão priorizadas as dimensões sociopolítica e técnico-gerencial, conforme detalhamento no Quadro 14, conforme detalhamento a seguir.

QUADRO 14 – PARÂMETROS DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DAS ENTIDADES MEDIADORAS

PARÂMETROS DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DAS ENTIDADES MEDIADORAS		
EIXOS	PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Dimensão sociopolítica	Base social e legitimidade	Situação legal da entidade.
		Participação em redes de relacionamento, incluindo a participação em conselhos de direito.
		Participação e regularidade do trabalho voluntário.
	Capacidade de intervenção em uma dada realidade	Constituição de programas conceitual e metodologicamente embasados.
		Infraestrutura para distribuição dos alimentos aos indivíduos e famílias, com garantia de integridade.
		Regularidade e qualidade das práticas educativas e de mobilização do associativismo no seu território de abrangência.
		Sistema de referência e contrarreferência com serviços de saúde e de assistência no seu território de abrangência.

PARÂMETROS DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO POTENCIAL DAS ENTIDADES MEDIADORAS		
EIXOS	PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Dimensão técnico-gerencial	Qualificação técnica da equipe	Titulação dos membros da equipe.
		Investimento na capacitação da equipe nos níveis gerencial, técnico e operacional.
	Processo estratégico da organização	Realização de planejamento estratégico.
		Nível de participação da equipe e parceiros no planejamento estratégico.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Convém assinalar que, em muitos casos, as entidades sociais cadastradas para recebimento de gêneros alimentícios para produção das refeições servidas aos seus beneficiários também atuam como entidades mediadoras da distribuição de alimentos às famílias – e nesses casos, a logística de distribuição de alimentos organizada pelo Programa segue parâmetros condizentes com as duas vertentes de participação dessas organizações na rede Mesa Brasil Sesc.

Reconhecendo a penetração e a abrangência que as entidades já inseridas nas comunidades têm condições de alcançar, o Mesa Brasil Sesc faz opção por fortalecer os vínculos e as redes já construídas, desenvolvendo ações de capacitação e acompanhamento técnico de representantes das entidades mediadoras, com o objetivo de formar agentes multiplicadores para atuação no campo da segurança alimentar e nutricional.

No que diz respeito à distribuição dos gêneros alimentícios, o acompanhamento requer das entidades o Cadastro das Famílias (Anexo 14), formulário que viabiliza o registro de informações relativas à identificação dos segmentos populacionais beneficiados com os alimentos.

O fornecimento dessa documentação pelas entidades mediadoras ao Mesa Brasil Sesc visa não somente à prestação de contas, como também possibilita conhecer o perfil das famílias beneficiadas no que diz respeito ao acesso a programas sociais de caráter estruturante. Nessa perspectiva, o Programa pode articular ações com as entidades mediadoras no sentido de proporcionar a inserção das famílias eventualmente desassistidas, para que se integrem aos serviços socioassistenciais e a políticas públicas disponíveis e de acesso aos usuários.

Os dados de caracterização dos grupos atendidos e das comunidades onde moram são alvo de discussão entre as equipes do Mesa Brasil Sesc e das entidades mediadoras, a fim de identificar necessidades e interesses quanto à programação educativa voltada para a formação de agentes multiplicadores.

Os acordos firmados com relação à programação educativa serão a base para o acompanhamento técnico das equipes, viabilizando conhecer o desempenho institucional na realização de ações, nos campos da segurança alimentar e nutricional e da assistência social junto às comunidades em que estão inseridas.

QUADRO 15 – RESUMO DO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES MEDIADORAS

PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DAS ENTIDADES MEDIADORAS	
COMPONENTES DO PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Requisitos de permanência	Participar dos cursos, treinamentos e demais ações educativas consoante programação acordada a cada ano; permitir a visita e o acompanhamento de técnicos do Programa à entidade; entregar anualmente, no momento do recadastramento ou sempre que necessário, a documentação solicitada; não vender os alimentos fornecidos pelo Programa.
Instrumentos de acompanhamento	Ficha de Cadastro e Acompanhamento de Entidades Mediadoras; Ficha de Beneficiários.
Mecanismos de acompanhamento	Visitas e reuniões de supervisão técnica.
Parâmetros de análise e desenvolvimento potencial das entidades mediadoras	Base social e legitimidade; capacidade de intervenção em uma dada realidade; qualificação técnica da equipe.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

7.3 DESLIGAMENTO

Considerando a existência de requisitos para inclusão da entidade mediadora no Mesa Brasil Sesc e de condicionalidades para sua continuidade como parceira e beneficiária, o descumprimento dos acordos firmados acarreta desligamento compulsório, que deverá ser atestado mediante assinatura do Termo de Desligamento.

8 AÇÃO EDUCATIVA – DESENVOLVENDO HABILIDADES

Diz Manoel de Barros: “Deus deu a forma. Os artistas desformam. É preciso desformar o mundo.” Um jardim é uma “deformação” do mundo. (...) Coisa maravilhosa essa: que os seres humanos, vendo as coisas assombrosas de que o mundo é feito e compreendendo o seu assombro, não fiquem satisfeitos. Querem fazer com as coisas assombrosas que estão no mundo outras coisas assombrosas que não se encontram lá. A educação, assim, além de implicar a aprendizagem da arte de ver, a aprendizagem da arte de pensar, implica também a aprendizagem da arte de inventar. (ALVES, 1994)

Desenvolver capacidades em segurança alimentar e nutricional significa contribuir para a realização do direito humano à alimentação e nutrição, ou seja, que todos os cidadãos consumam alimentos seguros que satisfaçam suas necessidades nutricionais, seus hábitos e práticas alimentares culturalmente construídos. Por extensão, significa ainda promover e facilitar o acesso de pessoas, famílias e comunidades aos conhecimentos sobre os cuidados para uma vida e alimentação saudáveis, possibilitando a elas a apropriação de tais conhecimentos e a aquisição de capacidades, habilidades e autonomia para gerirem sua própria saúde e nutrição.

Assim, além de mediar a doação de alimentos, numa perspectiva de provimento, o Mesa Brasil Sesc desenvolve ações educativas direcionadas aos profissionais e voluntários das entidades sociais e aos colaboradores das empresas doadoras, contribuindo para a construção de conhecimentos relacionados às políticas públicas estruturantes da segurança alimentar e nutricional e de assistência social.

As políticas públicas são os mecanismos legais que os governos têm para garantir os direitos humanos. Em uma perspectiva de respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, o Mesa Brasil Sesc poderá incentivar ações educativas voltadas ao seu público beneficiário, pois todos os titulares de direitos precisam conhecer e exigir sua participação. O importante é estar organizado em fóruns ou movimentos sociais para assegurar que as demandas de muitos sejam ouvidas e atendidas.

Mas o que é educar? Encontramos algumas respostas para essa pergunta em educadores como Rubem Alves (1994; 1995) e Paulo Freire (1996; 2001), que afirmam uma perspectiva da educação impregnada de esperança. Alves diz que educar significa fundar novos mundos e ser como um jardineiro de projetos e de vidas. Freire vincula o ato educativo a uma ética universal comprometida com a emancipação do ser humano. Para tal são necessárias algumas virtudes, a serem construídas por nós, no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos. Nas palavras do autor “não existem pessoas sem conhecimento. Elas não chegam vazias. Chegam cheias de casos. Na maioria dos casos trazem juntas consigo opiniões sobre o mundo, sobre a vida” (FREIRE, 1997),

(...) que saibamos que, sem certas qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos (...), abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica (FREIRE, 1997, p. 136).

Como rede de compartilhamento e colaboração entre instituições privadas, organizações estatais e sociedade civil, o Mesa Brasil Sesc alimenta essa perspectiva transformadora em sua própria forma de se constituir. Ao engajar o destino de algumas organizações na vida e no destino de algumas outras, coloca em diálogo os diversos grupos sociais, aproxima visões de mundo, congrega saberes, interconecta valores e culturas, compartilha práticas e experiências dos diferentes atores, de modo a articular o social ao cognitivo, na criação de conhecimento e produção de sentidos para a ação.

E como é o nosso agir pedagógico? As premissas da ação institucional, formulada nas *Diretrizes Gerais de Ação* (SESC, 2004, p. 10) nos servem de baliza para as opções teórico-filosóficas que orientam nossas práticas:

A diretriz básica do Sesc é a de um trabalho eminentemente educativo que permeie direta e/ou indiretamente todas as atividades e serviços desenvolvidos, fazendo com que os mesmos ultrapassem seus objetivos mais imediatos, tornando-se mais eficazes ao contribuírem para a informação, capacitação e desenvolvimento de valores. (...) Tal trabalho educativo está voltado para o desenvolvimento integral dos indivíduos, mediante a melhoria da compreensão do meio em que vivem, maior percepção de si mesmos, elevação sociocultural das suas condições de vida e desenvolvimento de valores próprios de uma sociedade em mudança, e que o façam participante ativo desse processo.

Torna-se imperativo romper com os modelos pedagógicos prescritivos e normatizadores, em prol de uma educação dialógica e problematizadora que busca a expansão dos espaços de interação cultural e de negociação entre os diversos atores, conciliando o saber técnico e os saberes advindos da experiência cotidiana, na construção compartilhada do conhecimento e na organização política necessária à defesa de direitos e à superação do problema social em que estão envolvidos.

A noção de empoderamento adotada nessa perspectiva se afasta da ideia de uma relação hierárquica que permitiria afirmar que uns empoderam e outros são empoderados. Supõe uma noção de parceria entre pessoas, organizações e comunidades, em um processo interativo em que todos – profissionais e população – adquirem maior capacidade para definir, analisarem e atuarem sobre os problemas coletivos, visando à maior eficácia política, maior justiça social e melhoria da qualidade de vida.

Trata-se de um processo pedagógico que “reforça a confiança da comunidade em si mesma e fomenta a responsabilidade individual e a cooperação, trabalhando o desafio de preparar cidadãos para a vida e não para o simples acúmulo de conhecimentos” (SESC, 2006, p. 41).

No lugar de impor soluções técnicas restritas para problemas culturais e sociais globais, esse projeto pedagógico incorpora o conceito de construção compartilhada do conhecimento, que implica um processo em que sujeitos com experiências diversas e saberes diferentes, porém não hierarquizados, se relacionam a partir de interesses e motivações coletivas.

A informação atualizada e o desenvolvimento de habilidades no sentido do autocuidado não ficam sem lugar, mas se colocam na dependência de uma análise diagnóstica das situações e condições mais gerais de vida de cada coletividade, levando a uma reflexão que contribua para a expansão de oportunidades em prol da melhoria da qualidade de vida.

O processo baseia-se na participação da pessoa como protagonista e sujeito, partindo de sua prática concreta e de sua experiência com os demais, desenvolvendo sua capacidade para assumir direitos e responsabilidades (decidir) como membro consciente de um grupo, de uma comunidade. Somente participando, envolvendo-se, investigando, fazendo-se perguntas e buscando respostas, problematizando e problematizando-se, é que se chega realmente ao conhecimento e se desenvolve a capacidade de raciocinar por si mesmo, de relacionar, deduzir e sintetizar (consciência crítica).

Desse processo, portanto, advém um conhecimento que é crítico porque foi obtido de uma forma autenticamente reflexiva, com base em um ato constante de desvelar a realidade, posicionando-se nela. E dessa forma, indivíduos e grupos constroem maior poder de intervenção nas relações sociais que influenciam a qualidade de suas vidas.

Mais do que informar, importa aos facilitadores/educadores se constituírem como promotores de encontros, elos e significados, na articulação das redes de apoio e ajuda mútua que provocam novas construções – propostas e ações – voltadas para a transformação da conjuntura em que estão inseridos.

Nesse contexto, um dos grandes desafios do Mesa Brasil Sesc, das entidades sociais e das instituições comprometidas com a promoção da segurança alimentar e nutricional é favorecer as condições de sustentabilidade e de participação efetiva desses atores nos processos políticos e comunitários que visam melhorar a qualidade de vida e garantir a realização dos direitos humanos e sociais, com a definição conjunta de metas e o intercâmbio de metodologias, na construção e gestão participativa de programas e intervenções.

A programação educativa do Mesa Brasil Sesc destina-se, assim, a abrir canais onde circulem informação e conhecimento, em uma dinâmica de transformação de saberes e práticas, fortalecendo os sujeitos individuais e coletivos e fazendo valer os compromissos mobilizados nas alianças intersetoriais. Busca-se identificar as necessidades específicas de cada entidade social, objetivando a implementação de ações educativas sistemáticas que atendam suas demandas e contribuam para a solução dos problemas encontrados e para a melhoria dos serviços prestados a sua clientela.

Os processos implementados não se restringem à socialização do conhecimento e ao desenvolvimento de competências associadas aos cuidados com a alimentação e à redução do desperdício. Ao assumir como foco de intervenção os determinantes da (in)segurança alimentar e nutricional – campo de interface da saúde e do desenvolvimento social – a programação educativa do Mesa Brasil Sesc integra objetivos e conteúdos que articulam as áreas de Nutrição e de Assistência Social, buscando afirmar a interdisciplinaridade no modo de compreender os fenômenos e a intersetorialidade na forma de organizar as práticas.

Assim, tal vertente educativa se constitui em componente estratégico para reorganização das entidades sociais, tanto no sentido da capacitação dos profissionais para o uso adequado dos gêneros alimentícios e o desenvolvimento de uma atenção integral à saúde, como para ampliar os níveis de sustentabilidade dessas instituições e fortalecer sua capacidade de formular e demandar políticas públicas para a segurança alimentar e nutricional e assistência social, qualificando sua atuação para dar respostas mais eficazes à população do seu território de abrangência.

8.1 FOCO DA AÇÃO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DAS ENTIDADES SOCIAIS

Para a organização da ação educativa é necessário ter claro o que, afinal, entendemos por sustentabilidade das entidades sociais. Já iniciamos uma reflexão nesse sentido ao descrevermos os “parâmetros de análise e desenvolvimento potencial das entidades sociais”, no item 6.1 deste Guia, sobre os procedimentos de pré-cadastro, cadastro e inclusão dessas organizações no Programa.

Avançando nessa abordagem, é preciso marcar nosso reconhecimento de que a sustentabilidade, para organizações como as entidades sociais, não significa sustentação financeira autônoma. Vai sempre depender de uma combinação da capacidade de obter receitas “próprias” de forma regular (participação dos contribuintes, prestação de serviços de forma remunerada, venda de produtos etc.) com a capacidade de acessar fontes de financiamento públicas, privadas e não governamentais nacionais e internacionais.

Além disso, adotamos uma concepção ampliada, abrangendo não apenas os aspectos econômico-financeiros, mas também o fortalecimento das redes de relacionamento das entidades sociais e a ampliação de seus campos de influência. Incorporamos ainda a essa compreensão outros elementos do desenvolvimento institucional e organizacional, relacionados às dimensões política, técnica, cognitiva e social, cruciais para a sustentabilidade destas entidades.

Nesse sentido, no nível micro da entidade, em particular, sustentabilidade pode ser conceituada como a capacidade institucional de interagir criativamente com contextos cambiantes, de forma a garantir a manutenção da relevância social e o fortalecimento da credibilidade da organização (ARMANI, 2001). Mas a concepção que orienta as nossas ações ainda não se esgota aí. É importante não incorrer no equívoco de achar possível que uma entidade social seja sustentável apenas a partir de sua qualificação técnico-organizacional e gerencial.

A dimensão política e educativa das estratégias de mobilização de recursos deve ser enfatizada, na direção da consolidação da rede. Torna-se necessário fomentar as estratégias coletivas de interlocução pública, direcionadas à mudança dos fatores jurídicos, políticos, institucionais e operacionais que circunscrevem as possibilidades de sustentação das entidades sociais. Deve-se dar atenção à qualidade das trocas entre as entidades da rede. A noção de sustentabilidade, assim, supõe também um nível macrossocial, relacionado ao grau de correspondência (legitimação social-pública) entre a ação coletiva das entidades sociais e as concepções, políticas e mecanismos (públicos e privados) de enfrentamento da pobreza e das desigualdades e de promoção do desenvolvimento (ARMANI, 2001).

8.1.1 Eixos de desenvolvimento potencial das entidades sociais

Como também já mencionamos anteriormente, os parâmetros relacionados às dimensões de sustentabilidade, por dizerem respeito ao potencial de desenvolvimento das entidades sociais, não devem ser tomados simplesmente como critérios de inclusão, acompanhamento e/ou desligamento, mas como elementos de um processo contínuo e sistemático de construção da mudança.

Eles são, portanto, os *eixos de desenvolvimento potencial* que orientam a pactuação de metas para o aprimoramento da capacidade institucional dessas organizações. Serão eles os referenciais para o estabelecimento da programação educativa, de forma conjunta com as equipes das entidades sociais participantes do Mesa Brasil Sesc.

Nesse processo será fundamental lançar mão das informações e comentários registrados no Formulário de Visita de Monitoramento à Entidade Social (Anexo 15), comparando a situação inicial encontrada com os elementos do que chamamos *imagem-objetivo*, ou seja, a realidade aonde se pretende chegar, aquilo que consideramos como padrão ou a situação ideal a ser buscada.

Assim, no lugar de uma programação composta por um cardápio de ações definido indistintamente para todas as entidades sociais, o que se propõe é que sejam proporcionadas a essas instituições as ações educativas que se revelam necessárias em função das realidades identificadas e das respectivas metas de desenvolvimento pactuadas, considerando-se o caminho a ser percorrido entre o real e o desejado.

A título de demonstração, apresentamos a seguir a projeção de uma imagem-objetivo, de caráter geral, construída a partir dos parâmetros adotados para análise de situação das entidades sociais quanto às dimensões de sustentabilidade (os eixos de desenvolvimento potencial).

QUADRO 16 – SUBSÍDIOS PARA ANÁLISE DE SITUAÇÃO E PROJEÇÃO DE METAS JUNTO ÀS ENTIDADES SOCIAIS

EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Base social e legitimidade	Situação legal da entidade.
	Participação em redes de relacionamento.
	Participação e regularidade do trabalho voluntário.
Capacidade de intervenção em uma dada realidade	Constituição de programas conceitual e metodologicamente embasados.
	Infraestrutura para fornecimento de refeições.
	Qualidade das práticas alimentares.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
IMAGEM-OBJETIVO	
<p>Apresenta a sua documentação legal em dia e de forma organizada.</p> <p>Mantém relacionamentos com diferentes segmentos da comunidade local: famílias atendidas, poder público, empresas, órgãos de comunicação, outras organizações sociais etc.</p> <p>Inclui em suas redes de relacionamento a representação em conselhos de Direito.</p> <p>Possui coerência entre seu projeto social e a realidade sobre a qual pretende intervir e se encontra conceitual e metodologicamente embasada, constituindo-se em experiência passível de replicação e/ou aprendizado por outras organizações.</p> <p>Expressa seu reconhecimento e respeitabilidade pelo compromisso de diferentes setores sociais com a manutenção de seu projeto social, incluindo a regularidade da atuação de voluntários.</p> <p>Apresenta infraestrutura compatível com o serviço de fornecimento de refeições, equipe capacitada e cardápio adequado aos parâmetros de segurança alimentar e nutricional.</p>	
EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO TÉCNICO-GERENCIAL	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Qualificação técnica da equipe	Titulação dos membros da equipe.
	Investimento na capacitação da equipe nos níveis gerencial, técnico e operacional.
Processo estratégico da organização	Realização de planejamento estratégico.
	Nível de participação da equipe, dos voluntários e dos parceiros no planejamento estratégico.
IMAGEM-OBJETIVO	
<p>Dispõe de equipe multiprofissional com formação coerente com as necessidades de seu projeto social.</p> <p>Possui um bom grau de trabalho em equipe e uma clara orientação para prestar um atendimento de qualidade ao seu público.</p> <p>Possui quadro descritivo de funções, responsabilidades e autonomias para os quadros funcionais em seus diferentes níveis.</p> <p>Desenvolve espaços regulares de discussão e sistematização das práticas, na perspectiva da educação permanente e da gestão participativa.</p> <p>Desenvolve capacitação dos quadros funcionais a partir da avaliação das necessidades pedagógicas nos níveis de gestão, área-meio (suporte) e área-fim.</p> <p>Possui plano estratégico formulado com a participação da equipe, dos voluntários e parceiros, dispondo de um projeto para o aprimoramento do seu trabalho.</p> <p>Possui plano de manutenção das instalações.</p> <p>Possui uma forma clara de divulgação de suas atividades e tem materiais informativos que possam ser fornecidos a possíveis doadores.</p>	
EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO FINANCEIRA	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Diversificação de fontes de financiamento e parceiros financiadores	Existência de projetos financiados e/ou parcerias estabelecidas com esse fim.
Comprometimento da receita da entidade com alimentação	Parcela da receita mensal da entidade comprometida com a alimentação.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
IMAGEM-OBJETIVO	
Possui um plano de sustentação financeira, com visão de médio e longo prazos.	
Desenvolve atividades de captação de recursos com antecedência e executa conforme programado.	
Possui políticas e diretrizes com relação a questões éticas sobre captação de recursos, de preferência por escrito, que são do conhecimento e entendimento das pessoas envolvidas.	
Faz captação de recursos junto a fontes confiáveis e prevê a cobertura das despesas fixas (despesas gerais).	
Viabiliza recursos oriundos de várias fontes diferentes, sem que nenhuma fonte represente 60% ou mais da receita.	
Mantém contatos periódicos com seus atuais doadores, para conhecer suas expectativas e seu grau de satisfação.	

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Contudo, ainda que tenhamos elementos que nos orientam na definição dessa situação ideal e no estabelecimento de parâmetros que a evidenciam, é importante que a imagem-objetivo de cada entidade seja construída no diálogo entre os atores-sujeitos do planejamento.

E nesse sentido, a visita inicial à entidade social é um momento propício para introduzir a discussão, passando-se a adotar o Formulário de Cadastro e de Acompanhamento como fonte de dados para a reflexão pelas equipes – do Mesa Brasil Sesc e das entidades – acerca dos estágios de desenvolvimento pretendidos, os que estão em processo e os já alcançados. Desse modo, será possível traçar metas, reformular estratégias, potencializar recursos e contribuir para o fortalecimento progressivo dos níveis de sustentabilidade de cada organização.

Uma opção é estabelecer esse diálogo com cada entidade social em separado, chegando a uma conclusão sobre suas prioridades e pactuando os compromissos de desenvolvimento de capacidades – o que inclui o agendamento das ações educativas e a forma de participação da instituição.

Mas a equipe do Programa também poderá optar por fazer uma análise preliminar dos dados e comentários registrados após as visitas iniciais a diferentes entidades sociais, classificando essas instituições por similaridade quanto aos seus níveis de sustentabilidade. Tal classificação orientará a formação de grupos de representantes institucionais que se reunirão em atividades participativas de planejamento, sob coordenação do Mesa Brasil Sesc. Essa é uma estratégia promissora porque potencializa a dinâmica de rede, desde o início da parceria com o Programa.

8.1.2 Eixos de desenvolvimento potencial das entidades mediadoras

A relação com as entidades mediadoras também requer a análise do potencial de desenvolvimento dessas organizações, considerando, principalmente, o aprimoramento de sua capacidade de atuação no campo da segurança alimentar e nutricional, junto às comunidades de referência.

De forma similar ao quadro construído para as entidades sociais, apresentamos a seguir os subsídios para análise de situação e projeção de metas de desenvolvimento no âmbito das entidades mediadoras.

QUADRO 17 – SUBSÍDIOS PARA ANÁLISE DE SITUAÇÃO E PROJEÇÃO DE METAS JUNTO ÀS ENTIDADES MEDIADORAS

EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Base social e legitimidade	Situação legal da entidade.
	Participação em redes de relacionamento.
	Participação e regularidade do trabalho voluntário.
Capacidade de intervenção em uma dada realidade	Constituição de programas conceitual e metodologicamente embasados.
	Infraestrutura para distribuição dos alimentos aos indivíduos e famílias, com garantia de integridade.
	Regularidade e qualidade das práticas educativas e de mobilização do associativismo no seu território de abrangência.
	Sistema de referência e contrarreferência com serviços de saúde e de assistência no seu território de abrangência.

IMAGEM-OBJETIVO

Apresenta a sua documentação legal em dia e de forma organizada.

Mantém relacionamentos com diferentes segmentos da comunidade local: famílias atendidas, poder público, empresas, órgãos de comunicação, outras organizações sociais etc.

Inclui em suas redes de relacionamento a representação em conselhos de direitos e controle social.

Apresenta coerência entre seu projeto social e a realidade sobre a qual pretende intervir e se encontra conceitual e metodologicamente embasado, constituindo-se em experiência passível de replicação e/ou aprendizado por outras organizações.

Expressa reconhecimento e respeitabilidade no compromisso de diferentes setores sociais com a manutenção de seu projeto social, incluindo a regularidade da atuação de voluntários.

Apresenta condições de organização e de infraestrutura compatíveis com o serviço de distribuição dos gêneros alimentícios aos indivíduos e famílias, com garantia de integridade dos alimentos e com adoção de critérios relacionados à identificação dos segmentos mais vulneráveis.

Adota estratégias e instrumentos que possibilitam a identificação de vulnerabilidades e riscos sociais dos indivíduos e famílias de sua área de abrangência.

Dispõe de dados organizados acerca dos recursos de educação, saúde, e assistência locais, que disponibilizam à comunidade, visando promover o acesso dos indivíduos e famílias aos serviços sociais a que têm direito.

Desenvolve ações regulares e sistemáticas que visam ao desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas para intervenção sobre os fatores determinantes da (in)segurança alimentar e nutricional.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO TÉCNICO-GERENCIAL

PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Qualificação técnica da equipe	Titulação dos membros da equipe.
	Investimento na capacitação da equipe nos níveis gerencial, técnico e operacional.
Processo estratégico da organização	Realização de planejamento estratégico.
	Nível de participação da equipe, dos voluntários e dos parceiros no planejamento estratégico.

IMAGEM-OBJETIVO

Dispõe de equipe multiprofissional com formação coerente com as necessidades de seu projeto social.

Desenvolve espaços regulares de discussão e sistematização das práticas, na perspectiva da educação permanente e da gestão participativa.

Programa a capacitação dos quadros funcionais a partir da avaliação das necessidades pedagógicas nos níveis de gestão, área-meio (suporte) e área-fim.

Possui plano estratégico formulado com a participação da equipe, dos voluntários e parceiros.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Percebe-se que a atuação do Mesa Brasil Sesc junto às entidades mediadoras pode vir a requerer um trabalho coordenado de identificação dos aspectos relacionados ao diagnóstico do território onde elas estão situadas (aspectos socioeconômicos e de infraestrutura da localidade; dados sanitários com ênfase na situação de (in)segurança alimentar e nutricional; estruturas, interesses e capacidades de agir dos segmentos atendidos; fatores socioculturais e sistemas de valores da população de interesse).

Desse modo, a temática dos instrumentos e técnicas para realização de diagnóstico participativo pode vir a se configurar como uma boa opção inicial, na organização do processo de formação das equipes das entidades mediadoras. E a sistematização dos dados levantados, produto da capacitação, servirá de fundamento para as discussões e ações subsequentes.

8.1.3 Eixos de desenvolvimento potencial dos doadores

A relação com os doadores requer uma intervenção não só no que se refere à cessão de doação de gêneros alimentícios e serviços, mas também no desenvolvimento de práticas educativas e mobilizadoras no sentido de contribuir para o desenvolvimento social e para a preservação ambiental.

Sendo assim, questões relacionadas à gestão de resíduos orgânicos, alimentação saudável dos colaboradores, aproveitamento integral dos alimentos, manipulação e acondicionamento adequado dos produtos são aspectos importantes a serem trabalhados para alcance dos objetivos do Programa.

A exemplo dos quadros anteriores, apresentamos a seguir os subsídios para análise de situação e projeção de metas de desenvolvimento no âmbito dos doadores.

QUADRO 18 – SUBSÍDIOS PARA ANÁLISE DE SITUAÇÃO E PROJEÇÃO DE METAS JUNTO AOS DOADORES

EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO SOCIAL POLÍTICA E AMBIENTAL	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Capacidade de intervenção em uma dada realidade	Desenvolvimento de projetos sociais conceitual e metodologicamente embasados, nas áreas de SAN e Sustentabilidade.
	Regularidade e qualidade das práticas sociais e de mobilização comunitária.
	Envolvimento na gestão de políticas públicas.
	Execução de ações voltadas para o combate ao desperdício e para a redução de resíduos.

EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO SOCIAL POLÍTICA E AMBIENTAL	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
IMAGEM-OBJETIVO	
<p>Apresenta coerência entre seu projeto social e a realidade sobre a qual pretende intervir e se encontra conceitual e metodologicamente embasado, constituindo-se em experiência passível de replicação e/ou aprendizado por outras empresas.</p> <p>Expressa reconhecimento e respeitabilidade no compromisso de diferentes setores sociais com a manutenção de seu projeto social.</p> <p>Mantém relacionamentos com diferentes segmentos da comunidade local: clientes, poder público, órgãos de comunicação, outras organizações sociais etc.</p> <p>Inclui em suas redes de relacionamento conselhos de direitos e controle social.</p> <p>Dispõe de dados organizados acerca dos recursos comunitários e sociais em sua área de abrangência.</p> <p>Desenvolve ações regulares e sistemáticas que visam ao desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas para intervenção sobre os fatores determinantes da (in)segurança alimentar e nutricional.</p> <p>Desenvolve ações estratégicas que buscam integrar a gestão ambiental na sua estrutura organizacional.</p>	
EIXO DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL: DIMENSÃO TÉCNICO-GERENCIAL	
PARÂMETROS	EVIDÊNCIAS
Sensibilização da equipe	Investimento na sensibilização das equipes nos níveis gerencial, técnico e operacional.
	Nível de participação da equipe, dos voluntários e dos parceiros nas ações sociais.
Infraestrutura física	Infraestrutura para acondicionamento adequado das doações e acolhimentos dos parceiros.
IMAGEM-OBJETIVO	
<p>Dispõe de equipe multiprofissional com formação coerente com as necessidades de seu projeto social.</p> <p>Desenvolve espaços regulares de discussão e sistematização das práticas, na perspectiva da educação permanente e da gestão participativa.</p> <p>Possui plano estratégico formulado com a participação da equipe, dos voluntários e parceiros.</p> <p>Apresenta condições de organização e de infraestrutura compatíveis com o serviço de distribuição dos gêneros alimentícios aos indivíduos e famílias, com garantia de integridade dos alimentos e com adoção de critérios relacionados à identificação dos segmentos mais vulneráveis.</p>	

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

8.1.4 Monitoramento e Avaliação

Diante da complexidade da realidade social, é necessário admitir que não existem caminhos nem resultados certos ou garantidos. A diversidade de configurações das entidades sociais e entidades mediadoras delinea uma variedade de situações e implica em múltiplas trajetórias possíveis. Acompanhar as ações, no contexto em que se dão, possibilita compreender melhor os fatores implicados no desenvolvimento dos projetos e realizar os ajustes que se façam necessários.

Considerando a dimensão de aprendizagem existente em tal processo de monitoramento e avaliação, é fundamental incluir os diferentes atores envolvidos. Nesse sentido, faz parte do trabalho educativo engajar as equipes das entidades na reflexão acerca dos motivos para os

resultados positivos ou negativos alcançados, reforçando as iniciativas bem-sucedidas e buscando estratégias para o enfrentamento das dificuldades encontradas.

Uma vez que as equipes das entidades tenham tornado explícitos os seus interesses na direção da melhoria dos níveis de sustentabilidade, fica mais fácil definir as perguntas de avaliação e estabelecer os momentos, os mecanismos e os instrumentos do processo de monitoramento. Ato contínuo, o estabelecimento de alguns indicadores ajudará a fugir da tentação de acumular uma “pilha” de dados, que acabam não sendo processados e, muito menos, utilizados.

Podemos pensar em alguns exemplos com base nos parâmetros de análise do desenvolvimento potencial das entidades sociais. Digamos que, a partir dos primeiros contatos com uma ou mais entidades, discutiu-se com as equipes a necessidade de se ampliar o nível de sustentabilidade sociopolítica, de forma a pactuar metas relacionadas à base social, à legitimidade e à capacidade de intervenção em uma dada realidade.

Uma alternativa seria a construção de indicadores de resultado que auxiliassem as equipes na verificação de seu desempenho nessa dimensão da sustentabilidade, tais como:

QUADRO 19 – EXEMPLOS DE INDICADORES DE RESULTADO NO NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE SOCIOPOLÍTICA (ENTIDADES SOCIAIS)

SUSTENTABILIDADE DAS ENTIDADES SOCIAIS – EXEMPLOS DE INDICADORES DE RESULTADO		
RESULTADOS	INDICADOR (ES)	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Participação em eventos de discussão envolvendo outras organizações além da sua, para analisar pautas, formular propostas e planos de ação antes das reuniões oficiais em conselhos de direitos e controle social.	Quantidade média de participação em eventos de discussão envolvendo outras organizações.	Levantamento com base em atas, relatórios (ou registros similares) das entidades sociais.
Capacidade de fornecimento de refeições conforme parâmetros de segurança alimentar e nutricional.	Nível de adequação dos cardápios às necessidades do público beneficiário, mediante correta distribuição de macro e micronutrientes nas refeições principais e menores.	Análise dos cardápios planejados; observação de campo ao longo das visitas técnicas periódicas.
	Proporção das tarefas realizadas de forma adequada pelos manipuladores de alimentos, considerando conjunto de recomendações de boas práticas.	Aplicação de checklist com parâmetros relacionados à higiene dos manipuladores; observação de campo ao longo das visitas técnicas periódicas.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Na esfera das entidades mediadoras, também é possível pactuar indicadores que contribuam para a avaliação participativa quanto ao alcance das metas acordadas. Levando em consideração que a forma de trabalho do Programa com essas entidades prioriza a capacitação de suas equipes para atuar no empoderamento de indivíduos e famílias, será interessante adotar, nesse eixo da avaliação de desempenho das entidades, indicadores de oferta, utilização e cobertura (e, após os dois primeiros anos de atuação, também os indicadores de impacto).

Como se pode notar no quadro conceitual a seguir, essa é uma tipologia de indicadores que também pode ser usada pelo próprio Mesa Brasil Sesc para avaliação de suas ações educativas junto às entidades sociais e entidades mediadoras. Os indicadores serão construídos, é claro, a partir dos objetivos, estrutura e funcionamento do Programa ou da intervenção/projeto.

QUADRO 20 – TIPOLOGIA DE INDICADORES

TIPOS DE INDICADORES		
INDICADOR	PERGUNTA	DEFINIÇÕES
Oferta	Os serviços ou atividades estão disponíveis?	Quantos workshops, ou cursos de capacitação/sensibilização foram organizados?
	São acessíveis?	Essas atividades eram acessíveis a todas as pessoas, inclusive as que trabalham ou as que têm filhos pequenos?
	A qualidade é adequada?	Os conteúdos e os facilitadores eram adequados?
Utilização	Os serviços estão sendo utilizados?	Quantas pessoas participaram dessas atividades?
Cobertura	A população-alvo está sendo atingida?	Qual a proporção de indivíduos da população-alvo que está participando das atividades?
Impacto	Houve um resultado favorável?	Qual foi a tendência na proporção de indivíduos engajados em novas práticas?

Fonte: Adaptado de BRASIL (2007, p. 187)

Como exemplo, projetamos alguns indicadores que podem vir a ser construídos pelas entidades mediadoras.

QUADRO 21 – EXEMPLOS DE INDICADORES DE OFERTA, UTILIZAÇÃO, COBERTURA E IMPACTO (ENTIDADES MEDIADORAS)

ATUAÇÃO DAS ENTIDADES MEDIADORAS – EXEMPLOS DE INDICADORES		
TIPO	INDICADOR	FONTES DE VERIFICAÇÃO
Oferta	Número de grupos de discussão (rodas de conversa, cursos) oferecidos por mês para as pessoas da comunidade interessadas em participar.	Levantamento semestral com base em relatórios (ou registros similares) das entidades mediadoras.
Utilização	Número de participantes dos grupos (rodas de conversa, cursos).	Levantamento semestral com base em relatórios e folhas de presença nas atividades.
Cobertura	Proporção da população-alvo que compareceu a 75% ou mais das sessões.	Levantamento anual com base em relatórios e folhas de presença nas atividades.
Impacto	Redução de vulnerabilidades no campo da segurança alimentar e nutricional.	Levantamento após dois anos de execução de ações sistemáticas, com base em amostra de famílias das áreas contempladas, tendo como base de comparação os dados da situação inicial.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

É claro que estamos delineando aqui indicadores de caráter genérico, apenas com a intenção de exemplificar, apontar caminhos. Na dinâmica do acompanhamento feito pelo Mesa Brasil Sesc, será possível discutir com as equipes das entidades mediadoras os dados da realidade que justificam as escolhas em torno do estabelecimento da programação educativa que será desenvolvida em seus territórios de atuação. E a partir dessas escolhas, os indicadores de desempenho poderão ser construídos.

Digamos que o diagnóstico socio sanitário tenha apontado para a presença de um índice elevado de crianças com doenças infecciosas e parasitárias na comunidade, apontando para a relevância de se desenvolverem estratégias de capacitação voltadas a técnicas de captação e acesso à água potável e à disposição do lixo e do esgoto doméstico. Será possível especificar indicadores de resultados do tipo: proporção de famílias que receberam capacitação em técnicas de tratamento da água, lixo e esgoto; proporção de famílias que estão aplicando as técnicas com regularidade. E assim, também os indicadores de impacto poderão ser mais bem especificados, como: redução da prevalência de doenças infecciosas e parasitárias na população-alvo.

Sabemos que esses são problemas cujas soluções não estão na dependência estrita dos esforços individuais. Portanto, a capacitação das entidades mediadoras, para atuação junto às famílias, deverá compreender a abordagem de conhecimentos técnicos que possibilitem uma melhor compreensão dos fatores determinantes do processo saúde-doença e potencializem a comunidade na sua capacidade de associação e reivindicação por melhores condições de saneamento básico, por exemplo. E nesse sentido, o monitoramento e avaliação das ações deverá incluir também a construção de indicadores relacionados à ampliação da participação comunitária e do associativismo na direção do controle social. De forma similar aos exemplos que formulamos para as entidades sociais, poderá incluir também indicadores relacionados à qualidade da participação da própria entidade mediadora nas redes, fóruns e conselhos de direitos e controle social.

Estas são reflexões que ajudam as equipes a perceberem que a ação educativa não se resume à realização indiscriminada de atividades, desvinculadas da realidade. E é com base na intencionalidade subjacente à ação educativa que será possível realizar uma avaliação coerente, capaz de fornecer informações que subsidiem o planejamento e a tomada de decisões, visando à otimização das condições necessárias ao alcance dos resultados pretendidos.

8.1.5 Dinâmica de rede

Contribuir para a promoção da sustentabilidade das entidades participantes do Mesa Brasil Sesc significa reconhecer a capacidade dessas organizações de conceber e executar *tecnologias sociais*, ou seja, de desenvolver práticas exitosas para a melhoria das condições de vida da população, construindo soluções participativas estreitamente ligadas às realidades locais onde são aplicadas.

E considerando que o Programa atua em rede, se faz necessário implementar uma dinâmica que contribua para a difusão e a reaplicação dessas tecnologias sociais desenvolvidas, dando

visibilidade e disseminando as soluções encontradas. Essa é uma estratégia que possibilita promover e fortalecer os espaços horizontais de cooperação, integração e convergência de ações.

Nessa linha de atuação, um aspecto importante a se ter em mente é que as mudanças pretendidas por cada entidade social serão geradas a partir da análise dos problemas pelas equipes, articulando seu repertório de saberes e experiências com aqueles advindos de outras instâncias e organizações. Como agente estratégico na articulação e capacitação das entidades sociais, o Mesa Brasil Sesc pode constituir diferentes núcleos de promoção da sustentabilidade institucional, aos quais dará suporte técnico, acompanhando o desenvolvimento de projetos especificamente elaborados para a melhoria dos níveis de sustentabilidade, na direção das metas pactuadas com relação à imagem-objetivo projetada.

Para tal, uma opção metodológica a ser considerada é a promoção de ações educativas para abordagem sequencial de conteúdos acerca de um determinado tema (a exemplo de seminários temáticos e fóruns), com a participação de profissionais de diferentes entidades sociais, convidados segundo critérios relacionados à sua atuação como agentes multiplicadores ou pessoas-chave nos seus locais de atuação.

É interessante que o diagnóstico das condições das entidades sociais seja feito de forma participativa, engajando a equipe na detecção dos problemas e na compreensão acerca da importância dos procedimentos recomendados para solucioná-los. Assim, pode-se adotar como etapa preliminar a apresentação, pelas instituições, de dois ou três problemas identificados como prioritários por eles, em conjunto com seus pares, e para os quais se buscam soluções. Dessa forma, as próprias ações educativas e de formação de multiplicadores podem servir para levantamento do conhecimento dos profissionais a respeito dos grupos que atendem, e para estimular que implementem o diagnóstico participativo em seus locais de atuação.

Durante a programação dos seminários e/ou fóruns, por meio de debates e trabalhos em grupo, os participantes vão construir projetos/propostas que possibilitem enfrentar pelo menos um dos problemas, selecionado como o mais importante.

Para o desenvolvimento e implementação dos projetos, seus responsáveis receberão acompanhamento e supervisão do Mesa Brasil Sesc, pelo menos por seis meses, participando de capacitações e de reuniões gerais com todos os participantes. Esses encontros, de caráter inter-setorial, são importantes porque possibilitam que sejam compartilhados avanços e dificuldades vivenciados na execução e conclusão dos projetos, alimentando a cooperação na construção de soluções.

Neste sentido, o Mesa Brasil Sesc assumirá um papel articulador, indicando, junto a rede de entidades, profissionais capacitados a prestarem o suporte necessário.

Ao final dos prazos de execução previstos, os que concluíram seus projetos podem receber um certificado de conclusão e passar a ser identificados como integrantes de uma rede de profissionais com experiências construídas coletivamente, na busca por caminhos para o fortalecimento da capacidade institucional das entidades sociais.

8.2 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS

Além dos aspectos que trabalhamos nesse Guia (Bases para a Programação), chamamos a atenção para o fato de que, no trabalho educativo, os resultados dependem muito da maneira como atuamos e construímos o processo, sendo necessário garantir, no planejamento, o acompanhamento e a revisão crítica dos resultados, e a coerência com os pressupostos conceituais e metodológicos que orientam a ação educativa no Mesa Brasil Sesc.

Assegurar a participação da equipe, dos doadores, das instituições e demais sujeitos que fazem parte da rede de parceiros do Programa, desde a fase do planejamento, é fundamental para a maior qualidade e efetividade das propostas e estratégias, para o maior compromisso de todos com o desenvolvimento do processo e para que a iniciativa esteja afinada com os objetivos de aprimoramento da sustentabilidade das entidades sociais e de promoção da segurança alimentar e nutricional.

Nesse processo de construção coletiva, a fim de nos tornarmos capazes de dar solução aos problemas priorizados, é imprescindível considerar a demanda apresentada pelas entidades e refletir acerca de como as ações educativas podem ir além da perspectiva informativa ou conteudista, contribuindo para a intervenção sobre os fatores determinantes da segurança alimentar nutricional e social, e provocando mudanças:

- Nos motivos que levam à adoção de práticas de segurança alimentar/nutricional e de combate ao desperdício.
- Nas condições que favorecem essa decisão.
- Nos apoios sociais e estruturais que a reforçam.

Atender às necessidades educativas das entidades sociais e doadores significa propor a reflexão conjunta com as equipes sobre o que é preciso saber para mudar, ou seja, que temas podem contribuir para o aprimoramento dos conhecimentos necessários à construção da mudança pretendida (imagem-objetivo traçada).

A fim de possibilitar a percepção do panorama de contribuições do Mesa Brasil Sesc, elencamos algumas linhas temáticas situadas na interface entre saúde, alimentação e assistência social, que se encontram correlacionadas aos eixos de desenvolvimento potencial das entidades sociais.

QUADRO 22 – PANORAMA GERAL DE LINHAS TEMÁTICAS

PANORAMA GERAL DE LINHAS TEMÁTICAS	
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO POTENCIAL	LINHAS TEMÁTICAS
Dimensão sociopolítica	Marcos legais das entidades sociais; formação política e políticas públicas; noções básicas de cidadania; conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e Assistência Social; questão alimentar no Brasil; Direito Humano à Alimentação Adequada; Segurança Alimentar e Nutricional no contexto dos movimentos sociais; princípios e métodos da Educação Popular; noções básicas de nutrição; planejamento de refeições; higiene pessoal, do ambiente e dos equipamentos; boas práticas de higiene e manipulação de alimentos; alimentação nas diversas fases da vida; resgate e valorização da cultura alimentar local; escolhas alimentares saudáveis; doenças relacionadas à alimentação; alimentos regionais e sazonalidade; aproveitamento integral dos alimentos; uso consciente da água e correta destinação de resíduos.
Dimensão técnico-gerencial	Aspectos administrativos, financeiros e contábeis das entidades sociais; gestão estratégica; organização e controle de estoque/almoxarifado; elaboração de projetos; relações humanas; instrumentos e técnicas para realização de diagnóstico socio-sanitário do seu território de abrangência; diagnóstico e planejamento participativo.
Dimensão financeira	Captação de recursos; comunicação, parceria e formação de redes; consumo consciente; reutilização; reciclagem.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

O detalhamento da organização programática, com a definição de temas e seus respectivos conteúdos, dependerá dos objetivos pactuados com as entidades e da avaliação das necessidades quanto ao nível de complexidade da abordagem. É certo também que a forma interdisciplinar de compreender as questões suscitadas pelas entidades sociais exigirá uma abordagem integradora, requerendo a articulação das temáticas, a fim de garantir a perspectiva problematizadora da ação educativa, em substituição ao repasse de informações teóricas e descontextualizadas.

São muitas as possibilidades metodológicas existentes para o desenvolvimento da programação: cursos, minicursos, oficinas, encontros, debates, reuniões, aulas abertas, grupos de estudo, rodas de conversa, gincanas solidárias, eventos culturais, dentre outras estratégias. Cada uma guarda a sua especificidade e será importante organizar cada ação planejada, respondendo a algumas questões básicas (Quadro 23).

QUADRO 23 – ROTEIRO PARA O PLANEJAMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS

ROTEIRO PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS	
QUESTÕES	FINALIDADE
<p>• Quem é o grupo de interesse da ação? Onde encontramos esse tipo de grupo? São componentes das equipes das entidades sociais assistidas? São voluntários captados pelo Sesc? São voluntários das entidades sociais? São parceiros do MBS? São segmentos assistidos diretamente pelas entidades sociais? São familiares das pessoas atendidas pelas entidades sociais? São famílias em situação de vulnerabilidade social, assistidas pelo Sesc em função da mediação de outras organizações/associações?</p> <p>• Quais são suas características, seus problemas e interesses? Faixa etária; nível de escolaridade; características funcionais dos funcionários e voluntários de empresas parceiras ou de entidades sociais e o nível de penetração/difusão de informações no local em que trabalham; necessidades educativas – conceitos, valores, conhecimentos, habilidades, atitudes; condições de segurança alimentar e nutricional, fatores de risco e fatores protetores que se fazem presentes simultaneamente à saúde geral nos grupos específicos atendidos pelas entidades sociais; condições de acesso e aceitabilidade dos serviços socioassistenciais e de saúde locais; etc.</p>	Diagnóstico
<p>• O que se quer alterar, alcançar? Quais são os objetivos educativos específicos que queremos alcançar junto a esses grupos de pessoas? Estão voltados para ampliação de conhecimentos e habilidades para alcançar o controle dos fatores envolvidos na determinação da segurança alimentar e nutricional ou combate ao desperdício? E/ou relacionam-se à formação de agentes multiplicadores? E/ou referem-se à capacitação de profissionais para implementação de mudanças organizacionais em suas entidades/locais de trabalho? E/ou estão relacionados ao fortalecimento de fatores protetores no ambiente doméstico/familiar? E/ou dizem respeito ao fortalecimento do associativismo para intervenção sobre as condições e apoios que favorecem a segurança alimentar e nutricional? E/ou estão direcionados à sustentabilidade das entidades sociais, em suas diferentes dimensões? Etc.</p>	Objetivos
<p>• Quais são os conhecimentos e informações necessários para alcançar os objetivos com o grupo de interesse da ação? Que temas estão associados aos objetivos educativos que se pretende alcançar com relação aos problemas identificados e que justificam a intervenção educativa? Em que grau de complexidade eles precisam ser trabalhados?</p>	Conteúdos
<p>• Quais são os melhores instrumentos, técnicas e formas de se trabalhar os conteúdos definidos? O que é viável de se utilizar? Que modalidade de programação é mais adequada, considerando os objetivos firmados, as características do grupo atendido e os recursos disponíveis (atividades abertas com sequência de temas inter-relacionados? Cursos? Oficinas? Reuniões temáticas? Rodas de conversa etc.)? Com que periodicidade se pretende desenvolver as ações educativas para grupos específicos? Quais são as técnicas pedagógicas mais apropriadas ao grupo a que se destina a intervenção educativa? Quais são os métodos mais indicados para assegurar a participação do grupo e permitir a expressão de valores, opiniões e perspectivas considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas (cultura, religião)? Prever o número de participantes nas ações desenvolvidas.</p>	Estratégias/ Metodologia/ Sequência didática
<p>• Quais são os recursos que temos para desenvolver esse trabalho? Com que profissionais poderemos contar (do próprio Sesc, colaboradores, voluntários)? Eles já estão qualificados para o desenvolvimento do trabalho ou será necessária uma capacitação? De que materiais didáticos dispomos? Quais são as características do espaço em que vamos atuar? Quais são as possibilidades de horário que temos em relação ao que a clientela dispõe?</p>	Recursos

ROTEIRO PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EDUCATIVAS	
QUESTÕES	FINALIDADE
<ul style="list-style-type: none"> • O que se espera ter alcançado? Como será verificado? Que indicadores serão adotados? Estão relacionados a que dimensões das ações? (capacitação/empoderamento; construção de ambientes saudáveis; interdisciplinaridade/intersectorialidade; promoção da sustentabilidade das entidades sociais). Que instrumentos e técnicas serão utilizados? (questionários, entrevistas, grupos focais...) Com que periodicidade? Quem são os atores dessa avaliação? Qual o número de participantes na ação? Emissão de certificado para o indivíduo que participou da ação e não para a entidade social da qual ele faz parte naquele momento. 	Avaliação

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

As atividades educativas que planejamos, executamos e avaliamos sempre refletem a nossa opção pedagógica, revelando o nosso modo de conceber o processo de ensinar e aprender. Esse roteiro de organização da ação nos ajuda a assegurar que nossas práticas estejam de acordo com uma postura profissional coerente com os propósitos de desenvolver o pensamento crítico de indivíduos e grupos, fortalecer a criatividade, a solidariedade e a participação social – componentes importantes para uma melhor qualidade de vida e para uma atuação transformadora na sociedade.

8.2.1 A facilitação dos processos pedagógicos

No trabalho educativo, os resultados dependem muito da maneira como atuamos e construímos o processo. Para assegurar a coerência da ação educativa com a sua intencionalidade ética, é fundamental que os espaços de aprendizagem invistam na capacidade de pessoas, grupos e organizações serem sujeitos reflexivos da prática e agentes de transformação de suas vidas e da sociedade. Para isso é fundamental (PANDJIARJIAN, 2003):

- Valorizar as experiências de vida dos participantes.
- Dinamizar a comunicação e a cooperação, criando condições para a participação e a integração.
- Considerar a inter-relação entre fatores subjetivos e objetivos na construção do conhecimento e na proposição de alternativas de ação.
- Reconhecer a diversidade, os conflitos e a cooperação como parte do processo de construção coletiva.

Sabemos que isso não é fácil! Mas algumas dicas e orientações já sistematizadas por profissionais que se lançaram a esse desafio podem nos ajudar:

QUADRO 24 – DICAS E ORIENTAÇÕES PARA OS FACILITADORES

DICAS E ORIENTAÇÕES PARA OS FACILITADORES	
DIMENSÕES	DICAS E ORIENTAÇÕES
Ambiente de aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> • O facilitador deve estimular o grupo para que este gere suas análises, produza seus conhecimentos, questione sua própria prática e concepções. O cumprimento deste papel depende do ambiente de confiança criado e sustentado, do conhecimento dos métodos e técnicas para trabalhar cada tema, em cada etapa do processo. • Considerando que a participação é fundamental para a construção compartilhada do conhecimento, uma tarefa importante é fazer com que surjam as perguntas ou inquietudes para que, então, a informação possa se constituir em avanço para o grupo, para que possa ser realmente assimilada (incorporação crítica). • Na realidade, o principal objetivo é fazer pensar. Um bom facilitador tem que desenvolver sua capacidade de fazer a pergunta oportuna; saber “o que” e “como” perguntar. Isto é ainda mais importante que saber responder. Durante o processo educativo, a resposta vai sendo encontrada a partir do conhecimento do grupo e dos novos elementos que se oferecem. As interpretações vão sendo obtidas progressivamente, de maneira ordenada e sistemática, por meio da pergunta e da repergunta. Facilitador e grupo aprofundam as causas e buscam as relações não visíveis dos fenômenos estudados. • Alternar os espaços onde as ações acontecem é importante; utilizar tanto os espaços do Sesc como das entidades sociais, este último de extrema importância na aproximação com a realidade no que se refere à limitação de equipamentos, recursos materiais etc.
Preparo do facilitador	<ul style="list-style-type: none"> • No momento em que o facilitador inicia o diálogo, ele também tem uma contribuição a dar, tanto no que se refere ao conhecimento do objeto do trabalho específico, quanto em termos de horizontes (objetivos) ao qual ele quer chegar. Para isto é preciso estudar, atualizar-se, pesquisar. Estar atento às mudanças, à dinâmica das coisas. • O facilitador deve, além disso, saber opinar e não apenas questionar, deve saber calar e ter paciência para não se adiantar ao processo do grupo, inibindo-o com a “sua verdade”.
Sequência didática	<ul style="list-style-type: none"> • O facilitador conduz o grupo ao alcance dos objetivos propostos, por meio da reflexão, da análise, da síntese. Deve-se ter clareza sobre os objetivos pretendidos, tanto de modo geral (como resultado do processo de capacitação/formação) como em cada etapa do processo (unidades de estudos, atividades). Ele não deve discutir qualquer tema sem saber “por que” e “o que” quer conseguir com a discussão. E não pode deixar que o tema seja concluído sem alcançar os objetivos previstos. • Esta competência não pode inibir a manifestação crítica do grupo. O facilitador deve fornecer dados, informações (conteúdos) nos momentos oportunos, respondendo a uma prévia problematização, a uma necessidade, a uma busca e inquietude por parte do grupo, promovendo-o, estimulando-o, mediante um processo de análise, reflexão e sistematização da experiência concreta dos seus integrantes. Dessa forma, constrói, em conjunto, uma nova ação. • Para melhor assimilação dos conteúdos e práticas abordadas, é importante ter um limite de participantes – entre 25 a 30 pessoas.

DICAS E ORIENTAÇÕES PARA OS FACILITADORES	
DIMENSÕES	DICAS E ORIENTAÇÕES
Seleção de recursos didáticos	<ul style="list-style-type: none"> • A contribuição da teoria (leitura de textos, consultas etc.) é essencial ao processo, pois nem todo conhecimento está naquilo que pertence ao grupo. Mas os meios ou instrumentos (manuais, textos, módulos didáticos entre outros) devem ser usados como elementos que ajudam a pensar, a inter-relacionar fatos para tirar conclusões. • O facilitador deve ajudar a criar um ambiente de confiança e estar atento à dinâmica desenvolvida pelo grupo para mantê-lo animado e ativo, impedindo o cansaço e a tensão. Para tanto, é desejável conhecer e empregar técnicas de dinâmica de grupo, e utilizá-las com criatividade nos momentos em que sejam realmente necessárias, sabendo selecionar a mais adequada a cada situação. • O domínio conceitual e metodológico dos exercícios, vivências e técnicas de dinâmica de grupo possibilita ao facilitador trabalhar os sentimentos mobilizados e auxiliar as pessoas a expressarem seus preconceitos, medos, tabus e fantasias em relação aos temas em questão. Entretanto, é preciso que ele entenda que essas técnicas podem ser um instrumento auxiliar precioso para o seu trabalho, mas não devem ser impostas nem ao grupo nem a si próprio. • E quando houver necessidade de ensinar destrezas técnicas e conhecimentos práticos? Como fazer? Nada impede, nestes casos, que se utilizem procedimentos de demonstração, desde que os mesmos sejam empregados dentro de uma orientação global problematizadora e participativa, partindo das experiências/vivências do grupo. Também é importante que a abordagem não se esgote na demonstração, mas possibilite a vivência prática pelos participantes.

Fonte: Brasil (1991; 1996)

Por fim, convém assinalar que nos grupos, é sempre muito enriquecedora a coordenação, de forma entrosada e integrada, por profissionais de áreas diferentes, que poderão contribuir mais, à medida que têm diferentes compreensões de um mesmo assunto.

Destacamos como contribuição, no Anexo 16, a lista de presença da Ação Educativa.

QUADRO 25 – QUADRO-RESUMO DO EIXO DE ATUAÇÃO AÇÃO EDUCATIVA

EIXO DE ATUAÇÃO: AÇÃO EDUCATIVA	
Objetivo central	Desenvolver competências das equipes das entidades sociais e doadores, visando à participação efetiva desses atores nos processos políticos e comunitários que visam melhorar a qualidade de vida e garantir a realização dos direitos humanos e sociais.
Público	Gestores, funcionários e voluntários das entidades sociais atendidas.
Ações	<ul style="list-style-type: none"> • Promover processos de capacitação que qualifiquem e potencializem as equipes atuantes nas entidades sociais contribuindo para o aprimoramento dos níveis de sustentabilidade dessas instituições. • Promover processos de capacitação que qualifiquem e potencializem as equipes das entidades mediadoras para atuação junto a indivíduos, famílias e grupos sociais prioritários, visando ampliar conhecimentos e desenvolver habilidades individuais e coletivas direcionadas ao aprimoramento de capacidades em segurança alimentar e nutricional e ao fortalecimento das redes de apoio social. • Sistematizar ações de supervisão técnica das equipes das entidades sociais, visando apoiá-las na aplicação prática dos conhecimentos construídos nas capacitações e contribuir para o alcance das metas acordadas quanto ao desenvolvimento dos níveis de sustentabilidade das instituições em que estão inseridas. • Realizar ações informativas e educativas para atores estratégicos das empresas de comercialização de alimentos, contribuindo, como compromisso social, para a incorporação do combate ao desperdício.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

■ CAPÍTULO 3

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

Toda sociedade vive porque consome;
e para consumir depende da produção.

Isto é, do trabalho.

Toda a sociedade vive
porque cada geração nela cuida
da formação da geração seguinte
e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a.
Não há sociedade sem trabalho e educação.

(KONDER, 2000)

1 TRABALHO E FORMAÇÃO

Com base na ação educativa que consolida a perspectiva de um trabalho integrado entre sujeitos e a realidade social, entre os trabalhadores e a sociedade, é fundamental que a formação e a qualificação da equipe do Programa operem de maneira integrada, entre si e com a população atendida. Com tal propósito, a atuação colaborativa dos atores nesse processo prescinde da construção de uma visão comum do trabalho a ser desenvolvido, ou seja, requer a reflexão sobre o que é o Mesa Brasil Sesc e qual o significado do trabalho educativo e assistencial ao âmbito da segurança alimentar e nutricional.

A relação entre o trabalho e a formação humana é histórica. Segundo Frigotto (2003),

uma relação que, nos primórdios da humanidade efetivava-se pela experiência, determinando assim uma unidade, ainda que de práticas humanas diversas. Ao longo dos séculos, a humanidade foi acumulando conhecimentos e produzindo instrumentos e técnicas que modificaram e modificam a forma de produzir em todos os campos da ação humana.

O sentido ontológico ou ontocriativo, ainda segundo o autor, expressa que é no próprio processo histórico de tornar-se humano que surge a atividade que denominamos de trabalho como algo específico do homem.

Neto; Braz (2006) destacam três razões que definem o trabalho como atividade específica do ser humano:

- 1) Em primeiro lugar, porque o trabalho não se opera com uma atuação imediata sobre a matéria natural; diferentemente, ele exige instrumentos que, no seu desenvolvimento, vão cada vez mais interpondo entre aqueles que o executam e a matéria.
- 2) Em segundo lugar, porque o trabalho não se realiza cumprindo determinações genéticas; bem ao contrário, passa a exigir habilidades e conhecimentos que se adquirem inicialmente por repetição e experimentação, e que se transmitem mediante aprendizado.
- 3) Em terceiro lugar, porque o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas.

O trabalho tem então um sentido formativo, na perspectiva de um novo ser humano e sob novas relações, pois o trabalho compreende o próprio modo de ser dos homens e da sociedade que se quer construir.

A atividade laboral e os processos formativos, nos espaços da escola ou mesmo fora deles, são socialmente produzidos, permeados pelas relações sociais

A experiência do trabalho tem um importante papel na atividade dos homens, tornando cada vez mais fundamental a reflexão e organização de espaços coletivos e de formação.

Com base nesses pressupostos, o trabalho formativo em equipe – e entre as equipes – se traduz numa ação política permanente e coadunada com o projeto de assistência pretendido por meio da doação de alimentos. As equipes do Programa MBS, os sujeitos atendidos e as equipes das organizações instituídas estabelecem na prática de formação integrada a perspectiva de uma educação transformadora dos condicionantes da situação de insegurança alimentar.

De acordo com as Diretrizes para o Quinquênio 2016/2020:

O Sesc tem no trabalho educativo a diretriz básica da ação institucional, consoante o intuito de fazer com que os serviços prestados ultrapassem seus objetivos imediatos e contribuam para a transformação social pretendida. Encaminhar a instituição para esse objetivo requer incorporar tais propósitos educativos também para o seu corpo de pessoal, buscando a articulação entre as competências individuais e a prática social, entre as equipes de trabalho e a missão institucional.

Valorizar e desenvolver pessoas deve ser compromisso presente em todas as áreas de trabalho do Sesc, criando condições para o aprimoramento constante dos serviços e de sua efetividade social. Torna-se imperativo assegurar recursos e estratégias que visam à institucionalização de uma cultura de aprendizagem contínua, articulando gestão, formação e prestação de serviços na concepção e sistematização de oportunidades de formação profissional, educação permanente e desenvolvimento continuado dos funcionários do Sesc (SESC, 2015).

Torres (2004), afirma que uma proposta colaborativa de educação caracteriza-se pela:

- a) Participação ativa do profissional no processo de aprendizagem; mediação da aprendizagem feita por professores e tutores.
- b) Construção coletiva do conhecimento, que emerge da troca entre pares, das atividades práticas dos profissionais, de suas reflexões, de seus debates e questionamentos; interatividade entre os diversos atores que atuam no processo.
- c) Estimulação dos processos de expressão e comunicação; flexibilização dos papéis no processo das comunicações e das relações a fim de permitir a construção coletiva do saber.
- d) Sistematização do planejamento, do desenvolvimento e da avaliação das atividades; aceitação das diversidades e diferenças entre os sujeitos.
- e) Desenvolvimento da autonomia do sujeito no processo ensino-aprendizagem; valorização da liberdade com responsabilidade.
- f) Valorização do processo e não do produto.

2 FORMAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO MBS

A formação continuada da equipe do Programa Mesa Brasil Sesc não pode ser dissociada de seus processos de trabalho, baseada em princípios éticos, políticos e técnicos que orientam o fazer do Sesc e condicionam a relação das equipes técnicas com a clientela do Programa.

Cabe a instauração de uma dinâmica regular e sistemática de aprendizagem colaborativa, por meio de programação e aprimoramento contínuo dos trabalhadores.

Hoje é consenso que o conhecimento tornou-se fator principal da produção. O aprender a aprender coloca-se como uma competência fundamental para a inserção numa dinâmica social que se reestrutura continuamente. A perspectiva do processo educacional é, então, desenvolver meios para uma aprendizagem permanente, que permita uma formação continuada, tendo em vista a construção da cidadania (OSÓRIO apud SESC, 2006).

É necessário, para todos os níveis funcionais, considerar a construção de trilhas de aprendizagem que relacionem o fazer à formação necessária, com previsão de cursos de formação, seminários, oficinas, estudo de casos e encontros, nos quais as capacitações possam ser realizadas pelas equipes dos Departamentos Regionais e instituições parceiras, nos seguintes eixos abaixo colocados:

QUADRO 26 – RESUMO DOS EIXOS DE FORMAÇÃO

EIXO DE FORMAÇÃO INSTITUCIONAL	
OBJETIVO	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o panorama social e econômico brasileiro e a inserção do Sesc, como instituição de ação social e seu público prioritário. • Conhecer os princípios filosóficos, conceituais e metodológicos que fundamentam a atuação do Sesc e sua materialização nos projetos e ações dos Programas/ Atividades. • Conhecer a missão do Sesc relacionando sua ação institucional com o trabalho desenvolvido pelo Programa Mesa Brasil e seu público prioritário.
PÚBLICO	Gestores, equipe técnica e operacional do Programa MBS e parceiros.
CARGA HORÁRIA	Mínimo de 8 horas.
CONTEÚDO	<ul style="list-style-type: none"> • Histórico do Sesc. • Princípios filosóficos, conceituais e metodológicos que fundamentam a atuação do Sesc. • Os programas do Sesc: Visão Geral. (Referenciais: Carta da Paz Social, Diretrizes Gerais de Ação, Diretrizes do Quinquênio, entre outros). • Articular com o Setor de Gestão de Pessoas (Recursos Humanos).

EIXO DE FORMAÇÃO TÉCNICO-CONCEITUAL	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a base técnica e conceitual das principais temáticas que envolvem o Programa Mesa Brasil.
PÚBLICO	Gestores, equipe técnica e operacional do Programa MBS e parceiros.
CARGA HORÁRIA	12 horas.
CONTEÚDO	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da Saúde e alimentação saudável. • Segurança alimentar e nutricional. • Direitos humanos e alimentação adequada. • Ação educativa baseada na educação problematizadora. • A mobilização e o papel do voluntariado no Programa. • Desigualdades sociais e vulnerabilidades. • O trabalho do Programa Mesa Brasil Sesc: marco teórico-conceitual, missão e valores. • Entidades sociais, beneficiários e formação de redes.
EIXO DE FORMAÇÃO LOGÍSTICO-OPERACIONAL	
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o desenvolvimento logístico e operacional do Programa Mesa Brasil.
PÚBLICO	Equipe técnica e operacional do Programa MBS e parceiros.
CARGA HORÁRIA	Conforme diagnóstico da equipe.
CONTEÚDO	<ul style="list-style-type: none"> • Logística do Mesa Brasil. • Instrumentos de gestão técnica (Ex: PPT, Mapa de Resultados, Plano Estratégico MBS, outros). • Instrumentos de gestão operacional (Ex: Recibos, Boas Práticas e Procedimentos Operacionais, outros). • Segurança do trabalho: ergonomia, utilização de EPI e combate a incêndio.

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Cabe ainda ao Departamento Nacional a responsabilidade de desenvolver a formação continuada das equipes, tendo este papel de catalisador das demandas de formação levantadas e difusor das ações de capacitação, através da Rede de Desenvolvimento Técnico (RDT), fazendo uso para isso de metodologias presenciais e à distância (videoconferências).

A RDT é uma estratégia do Sesc que visa construir e compartilhar conhecimentos, sendo composta por Núcleos de Desenvolvimento Técnico (NDT), formando um sistema interligado para viabilizar as ações de capacitação aos trabalhadores. Seu objetivo é contribuir para a formação contínua do quadro técnico, administrativo e gerencial.

Assim, destacamos como fundamental para a realização do Mesa Brasil Sesc a construção de espaços de educação permanente, reunindo múltiplos saberes em constante troca e aprendizado, com relações de horizontalidade e diálogo, potencializando a construção compartilhada do conhecimento e aprimoramento do seu corpo técnico. Isto, levando-se em conta a abrangência e integralidade da atuação dos profissionais, assim como as especificidades técnicas do processo de trabalho dos diferentes perfis profissionais dos trabalhadores que integram o Programa.

3 PERFIL FUNCIONAL DOS TRABALHADORES DO MESA BRASIL SESC

O perfil funcional dos trabalhadores do Mesa Brasil Sesc está orientado pelos princípios conceituais e metodológicos que regem a prática profissional no Sesc, dentre os quais se destacam a segurança alimentar e nutricional e as desigualdades sociais e vulnerabilidades. Este enfoque adotado no Programa Mesa Brasil Sesc, de segurança alimentar e nutricional, busca a superação da pobreza, partindo da premissa de que é a rede de proteção social que viabiliza, através de políticas assistenciais, a melhoria da qualidade de vida.

3.1 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE

A equipe deverá ser composta por profissionais, selecionados pelo Departamento Regional, conforme as atribuições descritas abaixo e as condições de funcionamento (turnos e horários) que vierem a ser estabelecidas.

A estimativa de recursos humanos, apresentada nos quadros abaixo, foi definida considerando o funcionamento do Programa em um turno de 40 horas semanais e as modalidades banco de alimentos ou colheita urbana, implementadas em cada cidade. Caso o Departamento Regional opte por ampliar os turnos de atendimento, será necessária a revisão do quantitativo de componentes da equipe, para sua adequação à carga horária estabelecida na localidade.

BANCO DE ALIMENTO

1) Equipe mínima – capital

QUADRO 27 – RESUMO DA EQUIPE MÍNIMA PARA FUNCIONAMENTO NAS CAPITAIS DOS ESTADOS.

CARGO EQUIPE	QUANTITATIVO*	CARGA HORÁRIA DIÁRIA*	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Coordenador (a)	1	8H	40H
Nutricionista	1	8H	40H
Assistente social	1	6H	30H
Motorista	1	8H	40H
Auxiliar administrativo	1	8H	40H
Estoquista	1	8H	40H
Auxiliar operacional / coleta	2	8H	40H
Auxiliar de serviços gerais	1	8H	40H
Estagiário (a)	1	6H	30H

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

* A equipe poderá variar conforme a dimensão do Programa

* Carga horária para um profissional.

2) Equipe mínima – interior

Aqui destacamos que, sendo Banco de Alimentos, o Programa precisa contar minimamente com 1 estoquista, 1 ajudante e 1 auxiliar de serviços gerais, com destaque para o assessoramento técnico, por se tratar de área que ficará com alimentos permanentemente armazenados.

QUADRO 28 – RESUMO DE COMPLEMENTO DA EQUIPE MÍNIMA PARA FUNCIONAMENTO NO INTERIOR DOS ESTADOS.

CARGO EQUIPE	QUANTITATIVO*	CARGA HORÁRIA DIÁRIA*	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Motorista	1	8h	40h
Auxiliar administrativo	1	8h	40h
Auxiliar operacional / coleta	2	8h	40h
Nutricionista ou Assistente Social	1	8 ou 6h	40 ou 30h

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

* A equipe poderá variar conforme a dimensão do Programa e a distância da capital.

* Carga horária para um profissional.

COLHEITA URBANA

1) Equipe mínima – capital

QUADRO 29 – RESUMO DA EQUIPE MÍNIMA PARA FUNCIONAMENTO NAS CAPITAIS DOS ESTADOS.

CARGO EQUIPE	QUANTITATIVO*	CARGA HORÁRIA DIÁRIA*	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Coordenador (a)	1	8h	40h
Nutricionista	1	8h	40h
Assistente social	1	6h	30h
Motorista	1	8h	40h
Auxiliar administrativo	1	8h	40h
Auxiliar operacional (coleta) e serviços gerais	2	8h	40h
Estagiário (a)	1	6h	30h

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

* A equipe poderá variar conforme a dimensão do Programa.

* Carga horária para um profissional.

2) Equipe mínima – interior

QUADRO 30 – RESUMO DE COMPLEMENTO DA EQUIPE MÍNIMA PARA FUNCIONAMENTO NO INTERIOR DOS ESTADOS.

CARGO EQUIPE	QUANTITATIVO*	CARGA HORÁRIA DIÁRIA*	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Motorista	1	8h	40h
Auxiliar administrativo	1	8h	40h
Auxiliar operacional (coleta) e serviços gerais	2	8h	40h
Nutricionista ou Assistente Social	1	8 ou 6h	40 ou 30h

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

* A equipe poderá variar conforme a dimensão do Programa e a distância da capital.

* Carga horária para um profissional.

3.2 ATRIBUIÇÕES

Para pensarmos nas atribuições técnicas da equipe do MBS, faz-se necessário ressaltar primeiro a importância do trabalho coletivo, permeado pela atuação de cada membro da equipe, apontando para um único objetivo. O trabalho em grupo é uma oportunidade de construir coletivamente o conhecimento, por meio de diferentes saberes que se complementam. Trabalhar em grupo não é simples e, portanto, essa capacidade torna-se fundamental para a formação de uma equipe comprometida e um diferencial para o alcance de objetivos e metas.

Para desenvolver um bom trabalho coletivo, é fundamental entender o que isso significa. Uma equipe corresponde a um estágio mais desenvolvido de um grupo, quando seus membros estão identificados com um projeto coletivo e já têm vínculos mais sólidos e disseminados. Ou seja: formar uma equipe é mais do que ocupar um mesmo espaço e desenvolver tarefas coletivas.

Um bom trabalho em equipe requer:

- Projeto comum compartilhado.
- Senso de compromisso coletivo.
- Visão de cooperação e interdependência.
- Consciência do papel individual.
- Capacidade de ouvir, reconhecer e respeitar diferenças.
- Autocrítica contínua.
- Ousadia e disposição para responder por acertos e erros.

O trabalho em equipe permite a cooperação entre profissionais com visões diferentes e complementares, proporcionando a divisão e agilização das tarefas, utilizando melhor as características e saberes de cada um dos seus membros.

Vantagens do trabalho em equipe:

- Aumento da motivação das pessoas envolvidas.
- Níveis mais altos de produtividade.
- Aumento da satisfação do funcionário, uma vez que o trabalho tende a ser mais interessante e menos rotineiro.
- Maior satisfação da necessidade de pertencer e influir, promovido pelo comprometimento comum com as metas.
- Ampliação das habilidades e competências propiciadas pelos desafios em conjunto.
- Maior flexibilidade organizacional, uma vez que as equipes enfocam mais os processos do que as funções e estimulam o treinamento multifuncional, que, quando necessário, uma pessoa da equipe pode substituir uma outra (LAGO, 2007).

Lembrando Paulo Freire,

Rigorosamente, a importância de nossas tarefas tem a ver com a seriedade com que as levamos a cabo, com o respeito que temos ao executá-las, com o respeito aos outros em favor de quem as exercemos, com a lealdade aos sonhos que elas encarnam. Tem que ver com o sentido ético de que as tarefas devem molhar-se com a competência com que a desempenhamos, com o equilíbrio emocional com que as efetivamos e com o brio com que por ela brigamos (FREIRE, 2000).

Partindo desta premissa do autor, apresentamos abaixo as atribuições das equipes técnicas que atuam no Programa e enfatizamos a importância da integralidade de suas ações voltadas à missão e à visão do Mesa Brasil Sesc.

COORDENAÇÃO DO PROGRAMA

- Organizar e coordenar as reuniões da(s) equipe(s) estratégicas da(s) unidade(s) do Programa, com o objetivo de alcançar a uniformidade na gestão e nos procedimentos.
- Estabelecer juntamente com a equipe estratégica as metas para o exercício.
- Planejar as ações estratégicas e operacionais juntamente com a equipe para o alcance das metas estabelecidas.
- Realizar ambientação de novos integrantes da equipe, orientando e capacitando para o desenvolvimento de suas ações.

- Realizar ações interdisciplinares com as equipes promovendo integração e *feedback* do dia a dia para otimização do processo.
- Realizar visitas técnicas de assessoramento e monitoramento às Unidades do Programa, registrando em relatório próprio.
- Atuar permanentemente na captação e fidelização de doadores.
- Mobilizar, articular e fidelizar parceiros e colaboradores (universidades, associações, empresas, outros).
- Visitar as entidades sociais cadastradas para conhecimento da realidade local e ações desenvolvidas.
- Organizar cursos, seminários, palestras, com o objetivo de capacitar pessoas e difundir conhecimentos e experiências.
- Articular a veiculação de material sobre as ações realizadas para divulgação, marketing e prestação de contas.
- Representar o Programa em congressos, palestras, entrevistas e outros.
- Repassar à equipe os conhecimentos e informações discutidos em eventos.

NUTRICIONISTAS E ASSISTENTES SOCIAIS

- Realizar levantamento das entidades sociais possíveis de atendimento.
- Visitar as entidades sociais para avaliação dos critérios de elegibilidade do Programa.
- Cadastrar e acompanhar as entidades sociais.
- Identificar as necessidades e particularidades das entidades sociais para planejamento de ações futuras.
- Realizar levantamento dos potenciais doadores (diagnóstico).
- Realizar visita ao potencial doador para fins de captação.
- Realizar visitas às empresas doadoras para fidelização.
- Realizar levantamento das potenciais associações e instituições de voluntários.
- Promover ações de capacitação junto a entidades e doadores sociais (funcionários, colaboradores, monitores, voluntários, clientela, e comunidade em geral), enfocando as questões que permeiam a segurança alimentar e nutricional e o fortalecimento institucional.
- Elaborar materiais didáticos sobre temas relacionados aos objetivos do Programa.

- Produzir textos e artigos nas áreas de atuação do Programa.
- Desenvolver pesquisas técnicas sobre questões referentes ao Programa.
- Participar e desenvolver capacitações com o objetivo de se atualizar nos temas pertinentes ao aprimoramento da intervenção profissional.
- Estabelecer programa de estágio para as respectivas áreas, realizando orientação e supervisão dos alunos de graduação.

NUTRICIONISTAS

- Definir Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ) dos produtos doados.
- Avaliar a qualidade e as características sensoriais dos alimentos doados.
- Capacitar e orientar os servidores sobre o (PIQ) dos produtos que serão recebidos em doação.
- Capacitar e orientar os doadores sobre as características dos produtos que podem ser doados.
- Elaborar e supervisionar as boas práticas considerando as especificidades das modalidades de atuação.
- Elaborar instrumentos para controle e operacionalização das ações (relatórios, projetos, manuais etc.).
- Supervisionar o estoque do Banco de Alimentos e no caso da modalidade Colheita Urbana quando houver armazenagem temporária.
- Controlar a distribuição e destinação dos produtos conforme as doações disponíveis, considerando as especificidades das entidades.
- Definir procedimentos para gerenciamento de resíduos, quando necessário.
- Responsabilizar-se tecnicamente junto aos órgãos de vigilância sanitária.
- Alinhar os procedimentos de avaliação nutricional à metodologia preconizada no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan.
- Realizar o acompanhamento da clientela monitorada juntamente com a entidade social.
- Incentivar a realização de avaliação do estado nutricional da clientela atendida pelas entidades sociais, por meio de articulação de parcerias com instituições de ensino superior.
- Orientar, acompanhar e monitorar as entidades nos aspectos referentes ao acondicionamento e produção de alimentos, garantindo a qualidade dos mesmos.

- Definir indicadores que permitam avaliar os impactos das ações do Programa, relativos à área de Nutrição.
- Orientar os servidores e funcionários sobre os procedimentos para a higienização dos espaços destinados ao Programa no Banco de Alimentos e na Colheita Urbana.
- Orientar os servidores e funcionários sobre os procedimentos de higienização das áreas, equipamentos e veículos.
- Planejar, coordenar, desenvolver e avaliar ações educativas voltadas para a Segurança Alimentar e Nutricional.

ASSISTENTES SOCIAIS

- Avaliar a entidade social quanto a vínculos políticos e financeiros na prestação dos serviços à comunidade.
- Avaliar a documentação das entidades sociais para fins de registro e regulamentação.
- Identificar as potencialidades e vulnerabilidades das entidades para fins de orientações, encaminhamentos e troca de serviços.
- Definir indicadores que permitam avaliar os impactos sociais do Programa.
- Elaborar instrumentos para controle e operacionalização das ações sociais (relatórios, projetos etc.).
- Acompanhar e monitorar as entidades nos aspectos sociais.
- Coordenar e desenvolver ações educativas sobre temáticas ao fortalecimento e autonomia institucional para as entidades sociais.
- Orientar a implantação e organização de projetos sociais nas entidades assistidas.
- Organizar e supervisionar o trabalho voluntário avaliando periodicamente a execução das ações.
- Desenvolver estratégias para representação e participação das entidades, nos conselhos, fóruns de assistência e redes sociais.
- Fomentar nas entidades o desenvolvimento de projetos de geração de renda e do trabalho em rede.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Organizar arquivos, expedição de correspondência e documentos e outros trabalhos administrativos.
- Executar os serviços de informática.
- Inserir informações e atualizar dados no software Mesa Brasil Sesc.
- Realizar os lançamentos de doação e seção no software.
- Atualizar o banco de dados dos doadores, entidades sociais e voluntários.
- Contatar as empresas parceiras para verificar volume de doação, data e horário para a retirada.
- Contatar as entidades sociais e voluntários conforme orientações da equipe técnica.
- Informar à equipe operacional o roteiro elaborado pelo nutricionista para retirada das doações (Banco de Alimentos e Colheita Urbana) e posterior distribuição nas entidades (Colheita Urbana).
- Auxiliar na organização e produção de eventos, campanhas e cursos.
- Receber e atender os representantes das entidades sociais, ouvir suas demandas e direcioná-las aos técnicos do Programa.

MOTORISTAS

- Conduzir o veículo destinado ao transporte dos alimentos doados.
- Comprometer-se na utilização exclusiva do veículo para o transporte de alimentos.
- Retirar as doações seguindo o roteiro pré-estabelecido pela equipe técnica.
- Auxiliar na avaliação e seleção dos alimentos, segundo orientação técnica.
- Colaborar na verificação da quantidade e qualidade dos produtos doados e cedidos;
- Preencher os documentos referentes a doações e cessões.
- Manter bom relacionamento com doadores e entidades sociais na coleta e distribuição dos alimentos.
- Informar quaisquer problemas ocorridos na coleta e distribuição das doações.
- Informar quaisquer intercorrências com os doadores ou com as entidades sociais.
- Zelar pela limpeza e higienização do veículo e do baú.

- Zelar pela manutenção do veículo.
- Informar a equipe técnica sobre problemas ocorridos no veículo e necessidade de manutenção.
- Avaliar a necessidade de aquisição ou troca de caixas plásticas e informar a equipe técnica.

AJUDANTES / AUXILIARES DE SERVIÇOS GERAIS / AUXILIARES OPERACIONAIS

- Realizar a coleta dos produtos nos parceiros doadores.
- Responsabilizar-se pela carga e descarga dos produtos.
- Responsabilizar-se pelas etapas de pré-seleção, seleção, pesagem, higienização de embalagens (latas, caixas, tetrapack etc.), segundo as orientações técnicas.
- Acondicionar, identificar e armazenar os produtos selecionados.
- Manter bom relacionamento com doadores e entidades sociais na coleta e distribuição dos alimentos.
- Realizar higienização das dependências do Banco de Alimentos e dos espaços da Colheita Urbana quando houver armazenagem temporária, segundo orientações técnicas.
- Realizar a higienização das bancadas, refrigeradores, monoblocos, pallets, carrinhos-plataforma e caixas plásticas, segundo orientações técnicas.
- Realizar o descarte e o acondicionamento do lixo, conforme procedimentos descritos no gerenciamento de resíduos.
- Higienizar diariamente as caixas plásticas e os veículos, de acordo com as orientações técnicas.
- Auxiliar na carga e descarga dos produtos doados (verificar legislação local).

ESTOQUISTA ou TÉCNICO EM NUTRIÇÃO (Modalidade Banco de Alimentos)

- Verificar se as etapas de pré-seleção, seleção, pesagem, higienização de equipamentos foram realizadas conforme orientações técnicas.
- Acondicionar, identificar e armazenar os produtos selecionados.
- Auxiliar na higienização das dependências dos estoques (seco e refrigerado) do Banco de Alimentos.

- Auxiliar na higienização das bancadas, refrigeradores, monoblocos, pallets, carrinhos-plataformas e caixas plásticas.
- Avaliar a necessidade de aquisição ou troca de materiais permanentes e caixas plásticas, informando à equipe técnica.
- Realizar periodicamente um inventário do estoque.
- Repassar ao funcionário competente pela atualização das informações no Software Mesa Brasil Sesc a posição do estoque.

ESTAGIÁRIOS

Todas as atividades deverão ser realizadas sob supervisão do nutricionista ou do assistente social, conforme área de formação do estagiário.

- Participar de reuniões de equipe.
- Realizar registro das atividades desenvolvidas através de relatórios, fichas e outros instrumentos.
- Realizar estudos voltados para elaboração de monografias acadêmicas, nas temáticas desenvolvidas no Programa.
- Realizar visitas às entidades e doadores.
- Realizar o planejamento e o desenvolvimento das ações educativas.
- Realizar a elaboração de material educativo.
- Realizar a organização de eventos e campanhas.
- Realizar o acompanhamento dos voluntários.

3.3 SELEÇÃO DE PESSOAL

A seleção dos recursos humanos da equipe deverá ser feita, preferencialmente, com a participação das gerências e coordenadores da Assistência, de modo a favorecer a seleção de profissionais com perfil adequado à proposta de trabalho do Programa Mesa Brasil Sesc. Devem ser observadas as características relacionadas ao trabalho em equipe, à articulação interinstitucional, à capacidade de acolhimento, ao compromisso educativo e à responsabilidade profissional.

O alinhamento dos recursos humanos à missão do Sesc e do Programa é de vital importância, visto que a atuação desses profissionais e seu comprometimento é que construirão no cotidiano as ações educativas e de assistência, que marcam a realização do Mesa Brasil na segurança

alimentar e nutricional da população atendida. Nesse sentido, o momento da seleção de pessoal mostra-se como um dos elementos fundamentais para um programa bem-sucedido de gestão de recursos humanos.

O estabelecimento de critérios para a seleção dos profissionais deverá ser orientado pela percepção de habilidades relacionadas às atribuições descritas neste guia.

Para este processo seletivo, devem-se utilizar recursos como análise de Curriculum Vitae, prova escrita e entrevista, a fim de aferir as qualificações dos candidatos.

A entrevista permite obter informações complementares acerca do informado no currículo, incluindo a análise crítica que o candidato faz da sua experiência profissional, possibilitando avaliar aspectos relacionados à articulação teoria e prática.

Havendo condições, é interessante reunir o grupo de candidatos em uma entrevista coletiva, lançando mão de técnicas de dinâmica de grupo para avaliar características subjetivas, tais como: capacidade de integração, liderança, iniciativa, criatividade.

No que se refere à prova escrita, deve ser dissertativa, propondo questões tanto de caráter conceitual quanto relacionadas à práxis, de forma a permitir avaliar o potencial de contribuição de cada profissional para o Programa, tanto em seu fazer específico, como em sua capacidade de comprometimento com a questão da segurança alimentar e nutricional, tendo em vista sua atuação numa instituição de ação social.

Valorizar e desenvolver pessoas deve ser compromisso presente em todas as áreas de trabalho do Sesc, criando condições para o aprimoramento constante dos serviços e de sua efetividade social. Torna-se imperativo assegurar recursos e estratégias que visam à institucionalização de uma cultura de aprendizagem contínua, articulando gestão, formação e prestação de serviços na concepção e sistematização de oportunidades de formação profissional, educação permanente e desenvolvimento continuado de seus servidores e funcionários.

■ CAPÍTULO 4

GESTÃO COMO RECURSO ESTRATÉGICO

Você não pode prever o futuro,
mas pode criá-lo.

(DRUCKER apud COHEN, 2008)

1 FUNDAMENTAÇÃO

Para os estudiosos do campo da Gestão, as organizações são unidades sociais deliberadamente construídas para perseguir objetivos específicos. Mas podemos dizer que atuam em ambientes gerais com traços e tendências políticas, econômicas, culturais, legais, tecnológicas e ambientais próprias do seu tempo, e também em ambientes operacionais com características nacionais, regionais e locais, urbanas e rurais, em setores industriais, comerciais e de serviços bem definidos.

Trataremos aqui o termo ‘organização’ ora no sentido de instituições, empresas, órgãos públicos, associações, departamentos, ora no sentido de função gerencial básica para o trabalho dos gestores de todos os tipos, ao lado das outras funções essenciais deste campo: planejamento, direção e controle. Ou seja, no primeiro caso, o termo remete mais à noção de estrutura e, no segundo caso, à noção de atividade.

Não é preciso muito esforço para chegarmos à conclusão sobre o quanto as organizações invadem tanto a nossa vida em sociedade como nossa vida particular. Diariamente estamos em contato com as organizações. De fato, talvez a maioria de nós gaste a maior parte da vida em organizações. Se não gastamos a maior parte do tempo como membros (no trabalho, escola, vida social e cívica, igreja etc.), somos pelo menos afetados como, clientes, pacientes, consumidores ou cidadãos. Nossas experiências dentro das organizações ou em contato com elas podem ser positivas ou negativas, correspondendo ou não às nossas aspirações e necessidades de uma vida melhor hoje e no futuro.

Apesar da forte tendência atual a considerar-se a realização sobre o enfoque individual, a verdade é que a grande maioria das realizações que ocorrem na sociedade contemporânea continuam a ocorrer porque “as pessoas em grupo” se envolvem em “projetos comuns”. De fato, nossa sociedade desenvolveu-se graças à criação de organizações especializadas que fornecem os bens e serviços de que ela precisa. É duvidoso que o esforço de uma pessoa isolada pudesse fazer muita coisa dentro de nossa sociedade. Na realidade, vivemos e trabalhamos num mundo onde as organizações, especialmente as grandes, jogam um papel muito importante nas grandes realizações do nosso tempo.

Esta ampla reflexão nos parece pertinente quando passamos a pensar o peso da Gestão como um recurso estratégico para o Mesa Brasil Sesc, especialmente em se tratando de um programa conduzido pelo Sesc, uma organização de grande porte, com reconhecida capilaridade e presença em todos os estados brasileiros, com 70 anos de um trabalho social de referência nos campos da educação, saúde, cultura, lazer e assistência.

Adotaremos o significado de Gestão como processo que auxilia a organizar o programa MBS de modo que nossos objetivos possam ser atingidos, em consonância com os referenciais institucionais do Sesc. O que de pronto lhe confere o caráter estratégico, de um programa preocupado com seu crescimento equilibrado, que afirma o protagonismo do Sesc, mantém o foco na clientela preferencial, busca o desenvolvimento de valores e a elevação da qualidade

de vida dos clientes e a responsabilidade socioambiental, apenas para citar algumas diretrizes estratégicas prioritárias.

Para que aconteça a preconizada gestão participativa do Programa, o Sesc organiza uma equipe de gestores, com um núcleo interdisciplinar estratégico, que busca aliar quatro tipos de competências: conhecimentos específicos dos campos da segurança alimentar e nutricional, da assistência social e do combate ao desperdício; habilidades de gestão; relacionamento institucional com gestores do Sesc Nacional e dos Departamentos Regionais, em especial com os que atuam nos campos da saúde e assistência, e, capacidade de negociar e atrair a confiança de parceiros e clientes responsáveis por instituições sociais que demandam a atenção do MBS.

Hoje identificamos a necessidade de tais gestores conhecerem e dominarem as ferramentas de gestão apropriadas ao desenvolvimento do trabalho social do MBS, como, por exemplo, a gestão de projetos sociais, e, ao mesmo tempo, adotarem um modelo de gestão que seja capaz de alinhar diretrizes estratégicas, o planejamento e propostas programáticas de trabalho nos diversos locais de organização e funcionamento do Programa.

Para que tenhamos programas atuando nos moldes dos 3Es – eficiência, eficácia e efetividade – são fatores críticos de sucesso: a qualidade da equipe gestora e operacional, em particular do núcleo estratégico; a liderança compartilhada pelas equipes do DN e DDDR; o clima organizacional favorável ao trabalho em equipe, cuidando, sobretudo da motivação, coesão e comprometimento dos membros da equipe responsável pelo programa e pela observância de princípios e normas estabelecidos; e, por último, mas de extrema importância, a utilização de mecanismos e instrumentos de avaliação de desempenho do MBS nos seus diversos contextos de atuação.

Neste sentido ficam evidenciadas as questões importantes da capacitação e formação continuada da equipe; do tipo de liderança construída pela equipe gestora, particularmente se possui características desejadas de visão sistêmica e empreendedora do trabalho do MBS. Por visão sistêmica entendemos a capacidade de integrar as várias partes e aspectos da gestão do programa: a gestão social; a gestão administrativa e financeira; a gestão da infraestrutura e da logística; a gestão de relacionamento com parceiros estratégicos; a gestão de relacionamento institucional (Sesc) e a gestão dos resultados e desempenho do programa. E por visão empreendedora, considere-se que o gestor não deve se deixar levar – gastando tempo demais – pelas tarefas administrativas e pela burocracia na condução das ações do MBS no Sesc.

Cada tipo de parceiro demanda uma abordagem diferente dos nossos gestores. A maneira de lidar com organizações não governamentais, universidades, empresas doadoras, pessoas e instituições voluntárias é bem diferente da necessária para aumentar a sustentabilidade das instituições sociais receptoras.

2 EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO MBS

Algumas práticas, ferramentas e mecanismos de gestão foram adotados ao longo da história do MBS, conforme explicitado a seguir, respondendo às diferentes demandas do programa.

2.1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO

O Programa Mesa Brasil Sesc surgiu como ação modelar replicada por todos os Departamentos Regionais do Sesc, numa iniciativa pioneira de fazer a ponte entre empresas doadoras de alimentos excedentes e entidades sociais que precisam dos alimentos para complementar suas refeições.

Considerando o momento da própria entidade em rever e aprimorar seus processos de planejamento e gestão, e com o objetivo de ampliar a efetividade social do Programa, o Departamento Nacional propôs o Plano de Realinhamento do Programa Mesa Brasil Sesc (PRM), destinado a impulsionar um reposicionamento estratégico, com base em uma nova visão de futuro, alinhada às Diretrizes para o Quinquênio do Sesc, segundo uma estratégia de atuação denominada “Caminhar Juntos”.

Introduzido no X Encontro Nacional de Coordenadores do MBS, ocorrido em junho de 2010, no Hotel Sesc Porto Cercado, no estado de Mato Grosso, o PRM surgiu como um plano de ação, constituído por um conjunto de projetos/ações voltados para implementar as cinco diretrizes de atuação pactuadas com as equipes dos Departamentos Regionais, sendo elas: aumento da efetividade social, fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão, capacidade e desenvolvimento organizacional, desenvolvimento de parcerias estratégicas e afirmação e divulgação institucional.

Sua operacionalização apoiou-se sobre a metodologia de planejamento estratégico participativo, propiciando a constituição de grupos de trabalho que intensificaram o debate na perspectiva do fortalecimento da articulação entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional, e da potencialização da capacidade de resposta regional para a gestão participativa do Programa.

Com a difusão de um novo Modelo de Planejamento para o ambiente Sesc, com base na metodologia do Balanced Scorecard (BSC), foi implementada uma dinâmica colaborativa, mediante a utilização de ferramentas de colaboração via internet, aberta a todos os Departamentos Regionais, e de reunião presencial, com a contribuição dos técnicos do Departamento Nacional e dos Departamentos Regionais.

Do conjunto de dezesseis projetos, alguns foram elencados como prioritários, em função do caráter estratégico que assumiram para o alcance dos objetivos do realinhamento. Esse é o caso do Plano Estratégico, cujo processo de elaboração coletiva está sintetizado no documento Plano Estratégico do MBS 2012/2015, o qual constituiu-se como instrumento valioso para promover a reorientação estratégica do Programa, de forma a dar conta dos desafios relacionados à

promoção da sustentabilidade das entidades atendidas, ao aperfeiçoamento das ações educativas e outras frentes de trabalho.

Com essa dinâmica de elaboração coletiva, configurou-se uma base estratégica, definindo a Missão, a Visão e os Valores do Programa, para a formulação posterior de um diagnóstico de situação do MBS, que permitiu a definição de uma postura estratégica de crescimento.

Tal orientação foi traduzida em objetivos estratégicos, seguidos dos seus respectivos indicadores de desempenho e das metas que possibilitaram o acompanhamento da execução do plano e a avaliação dos resultados. Foram definidas, ainda, as estratégias/ações necessárias para o alcance dos objetivos traçados.

Cabe destacar, no entanto, que o Plano Estratégico, como documento orientador, deve passar por revisões periódicas conforme prazo de vigência, de forma a estar alinhado com as novas diretrizes institucionais e desafios atuais do Programa Mesa Brasil Sesc.

2.2 PROPOSTA PROGRAMÁTICA DE TRABALHO – PPT

A Proposta Programática de Trabalho (PPT) é uma ferramenta de planejamento e gestão do Mesa Brasil Sesc, elaborada pelas equipes do Programa nos Departamentos Regionais, para descrição dos principais aspectos e condições locais de operacionalização com vistas a informar ao Departamento Nacional o seu plano de ação anual e, por conseguinte, descrever as necessidades de investimento para sua execução.

A especificação dos custos é objeto de análise desse Departamento Nacional para aprovação de itens de custeio com vistas à operacionalização das Unidades do Programa pelos Departamentos Regionais.

Atualmente, tal aprovação segue a lógica de que o valor aprovado e aportado pelo Departamento Nacional para custeio dos Programas nos Departamentos Regionais está diretamente relacionado ao recurso financeiro concedido e ao resultado no ano anterior, além da meta prevista para o exercício vigente e a capacidade instalada do Programa (instalações físicas, frota, capacidade de carga da frota e recursos humanos), o que vem sendo denominado “desempenho”.

De acordo com esse modelo, conseguimos calcular o valor do quilo de alimento distribuído pelos Programas MBS nos Departamentos Regionais, em relação aos recursos financeiros concedidos pelo DN, e comparar com as médias do quilo distribuído em cada uma das cinco regiões geográficas do país.

Ao adotarmos o indicador de desempenho (valor do Kg distribuído x média do valor do Kg por região) percebemos que sua utilização é bastante adequada às atividades do Programa, além de ser amplamente compreensível, mensurável e atingível por todos os envolvidos.

Este indicador busca retratar a real situação do Programa MBS em relação ao desempenho e deverá ser melhorado continuamente para que a análise possa ser a mais acurada possível.

Nosso objetivo será sempre aproximar o valor do quilo de alimento distribuído pelos Programas em cada Departamento Regional do valor médio do quilo de alimento distribuído pelo MBS na respectiva região do qual faz parte, considerando sempre as especificidades de cada uma delas frente às dimensões continentais do nosso país e buscando equalizar o valor do quilo de alimento distribuído pelo Programa Mesa Brasil Sesc em âmbito nacional.

Se as metas previstas não oferecerem o resultado esperado, será preciso identificar o motivo e as principais formas de solução. Provavelmente, elas precisarão ser revistas pelos gestores dos processos, que deverão considerar as oportunidades e ameaças externas, bem como as forças e fraquezas internas.

Nesta análise, ganha relevância o aporte para recursos humanos, uma vez que constituem os maiores custos das operações durante o desenvolvimento de Programas dessa natureza, dada a necessidade de mão de obra qualificada e exclusiva.

Cabe destacar que o montante aprovado pelo Departamento Nacional refere-se basicamente ao custeio de recursos humanos, tanto de gestão quanto técnicos e operacionais. É prestado ainda um auxílio para despesas correntes com pessoa física ou jurídica, empregadas preferencialmente em atividades junto aos doadores e entidades beneficiadas.

Durante o período de execução, o Departamento Nacional repassa o recurso financeiro correspondente, mediante acompanhamento direto, via área Contábil, das prestações de contas mensais das despesas efetuadas.

Em relação ao pleito para despesas com investimentos – aquisição/substituição de frota, equipamentos e obras e reformas –, estas são encaminhadas à parte da PPT, dada a necessidade de análise técnica mais aprofundada, a partir do surgimento das demandas regionais.

Constam na PPT, além da planilha de custeio, em Excel, informações descritivas, dentre as quais:

- Descrição da composição das equipes, especificando os profissionais do quadro do Sesc, prestadores de serviços, temporários ou ainda contratados sob outra forma de regime legal, além dos profissionais que eventualmente precisem ser incorporados.
- Composição e condições da frota, informando a quantidade de veículos utilizados, a especificação dos mesmos e o ano de aquisição. É importante a descrição sobre o estado geral de cada veículo.
- Composição do espaço destinado à Unidade, se possui escritório exclusivo, o depósito para armazenagem e a capacidade, se refrigerado ou não, se está em Unidade Operacional ou Sesc Ler, se próprio ou alugado e a especificação sobre a necessidade de construção, obras ou reformas.

Nos casos em que o Departamento Regional tem a proposta de implantar uma nova Unidade no próximo exercício, é importante a elaboração de uma proposta específica, contemplando os

investimentos e os aspectos relacionados à viabilidade do projeto:

- Descrição da composição da equipe mínima, especificando os profissionais que precisam ser contratados (Sesc, prestadores de serviços, temporários etc.).
- Composição do espaço destinado a sediar a Unidade: escritório, depósito para armazenagem e capacidade, se refrigerado ou não, se está em Unidade Operacional ou Sesc Ler, se próprio ou alugado, se precisa de construção ou adequações (obras ou reformas).
- Formação da frota, especificando o veículo a ser adquirido (tipo, capacidade de carga etc.).
- Relação de materiais e equipamentos permanentes, suas especificações e justificativas técnicas para aquisição.

Além das informações sobre as condições operacionais necessárias a implantação da nova unidade do MBS, faz-se necessário um diagnóstico situacional, assim composto:

- Base potencial da demanda (quantitativo de entidades sociais).
- Base potencial da oferta (quantidade e qualidade de alimentos excedentes e possíveis doadores).
- Base potencial de voluntários.
- Parâmetros de localização geográfica que condicionam a logística de distribuição dos gêneros (base de oferta x base de demanda x pontos de acesso).

A configuração deste cenário inicial será a base para o estabelecimento das metas e ações, que já fazem parte do repertório programático do MBS, dentre elas:

- Estratégias de captação e fidelização de doadores.
- Estratégias de divulgação.
- Destinação de alimentos.
- Acompanhamento das entidades sociais.
- Desenvolvimento de ações educativas com foco nas áreas de Nutrição e Serviço Social.
- Eficiência da gestão (custeio x resultados x metas).
- Mobilização de voluntários.

2.3 SOFTWARE MESA BRASIL SESC

Em função da dimensão nacional do Programa, que demanda equipes técnicas e operacionais trabalhando no país inteiro, nas mais diferentes realidades, foi desenvolvido o sistema Mesa Brasil Sesc: um software para consolidação das informações de toda a Rede de Programas.

O sistema Mesa Brasil Sesc tem a finalidade de auxiliar os Departamentos Regionais na administração diária de suas ações, envolvendo dados cadastrais dos usuários e parceiros (doadores e entidades), doação e cessão de alimentos, planejamento da distribuição de produtos, gerenciamento das movimentações de itens, ações educativas, gestão de voluntariado, emissão de recibos, elaboração de relatórios etc.

Constitui-se numa ferramenta que auxilia o Departamento Nacional no monitoramento diário da Rede de Programas, proporcionando assim uma maior interação entre as equipes local e nacional.

O acesso ao sistema deve ser feito através do navegador Internet Explorer, que acompanha o próprio Windows, podendo ser acessado através de um link (atalho) para o sistema na Intranet Corporativa do Sesc <<http://intranet.aplic3.sesc.com.br:85/mesabrasil/>>.

Para subsidiar a utilização do sistema, foram desenvolvidos dois instrumentos – “Guia de Referência Rápida” e “Manual do Usuário” – disponíveis para acesso na própria plataforma.



Figura 2: Imagem do Sistema Mesa Brasil Sesc

Fonte: Elaborado pela equipe do Sesc

Com o apoio da área de Tecnologia da Informação do Departamento Nacional do Sesc a ferramenta está constantemente sendo aprimorada com vistas a atender as necessidades atuais do Mesa Brasil Sesc.

2.4 REFERENCIAIS PROGRAMÁTICOS

Desde a implantação do Mesa Brasil Sesc em 2003, muitos são os desafios postos pela complexidade e abrangência do Programa. Um deles é a questão da contabilização de indicadores, que vem sendo alvo permanente de estudo e discussão pelas equipes envolvidas diretamente no processo, tanto no DN quanto nos DDDR.

O cômputo atual dos atendimentos do Mesa Brasil Sesc, no âmbito do documento normativo *Referencial Programático do Sesc*, Portaria N Sesc nº 490/2004 e pelos respectivos critérios para cômputo de atendimentos (Portaria N Sesc nº 491/2004), tem como principal “realização” as refeições complementadas com os alimentos distribuídos pelo Programa.

A disparidade na compreensão e aplicação dos referenciais normativos que orientam o cômputo de atendimentos nessa realização vinha comprometendo o próprio significado do mensurador e a possibilidade de interpretação analítica dos dados de produção do MBS.

Neste sentido, a atualização dos conceitos estatísticos foi considerada prioritária, no escopo da Diretriz do PRN referente ao Fortalecimento da Capacidade de Planejamento e Gestão, entendendo que prestar contas à sociedade, avaliar processos e resultados e monitorar ações são tarefas igualmente essenciais à manutenção da legitimidade conquistada.

Essa necessidade foi absorvida pela instituição por ocasião da revisão do Referencial Programático do Sesc, com o objetivo de orientar a programação e estruturar ações para o desempenho integrado dos diversos órgãos do DN e dos DDDR. As equipes se empenharam na elaboração de indicadores que possibilitassem o aprimoramento dos mensuradores de produção do MBS, com base em sua finalidade programática e sem prejuízo para a identificação dos resultados alcançados no amplo espectro da ação social do Sesc.

Conforme a proposta do novo *Referencial Programático do Sesc*, as ações de área-fim abrangem as atividades compreendidas nos programas Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência, e aquelas que, sendo “comuns a todos os programas”, contribuam diretamente para as finalidades sociais do Sesc nestes campos. A caracterização de qualquer ação programada depende da resposta a questões fundamentais tais como antecedentes, objetivo, metas, metodologia, atuação autônoma ou em parceria.

Na estrutura programática a ser implantada em 2017, as ações do Programa Mesa Brasil Sesc estarão inseridas na Atividade Segurança Alimentar e Apoio Social, dentro do Programa Assistência, que consiste em atividades socioeducativas e assistenciais que estimulem a participação social e a cooperação entre indivíduos, instituições e setores da sociedade, visando contribuir para a inclusão social e para o acesso aos direitos sociais.

A Atividade Segurança Alimentar e Apoio Social, entendida como ações sistemáticas e eventuais de mobilização de recursos e competências que operam no combate à fome e ao desperdício e no apoio social para redução de vulnerabilidades, tem suas ações desenvolvidas por meio das modalidades “apoio emergencial”, “desenvolvimento de capacidades” e “redes”, todas com suas respectivas realizações e variáveis.

Esse esforço em garantir a coerência entre os mensuradores de produção e os indicadores reforça a efetividade social do MBS, na medida em que possibilita uma reflexão acerca da redefinição de categorias e medidas estatísticas, pautadas no desenho conceitual e operacional do Programa.

Outra vantagem é conferir, no âmbito institucional, maior fidedignidade dos mensuradores à validade social do programa, e frente à sociedade, maior confiabilidade ao registro de produção do MBS.

2.5 GESTÃO NACIONAL

Durante a fase de implantação do Mesa Brasil Sesc no âmbito nacional, o Departamento Nacional envolveu assessores técnicos de Departamentos Regionais que já desenvolviam trabalho dessa natureza, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro.

A dimensão que o Mesa Brasil Sesc logo alcançou e os desafios de consolidar as Unidades já implantadas e expandir para as cidades do interior apontaram para a necessidade de uma equipe ampliada e exclusiva.

Além da parte operacional, eram inúmeras as demandas políticas e institucionais para gestão equilibrada e compartilhada entre o Departamento Nacional e os Departamentos Regionais. Era de suma importância desenvolver ferramentas para o aperfeiçoamento e ampliação do Programa, uma ação inovadora no trabalho da entidade, demandando investimento de tempo significativo para criação de infraestrutura física, captação de parcerias, relacionamento com entidades sociais, trabalho com voluntários, desenvolvimento de ações educativas etc.

A formação de um grupo gestor exclusivo, em 2003, foi a estratégia adotada pelo Departamento Nacional para garantir a devida assessoria técnica e segurança a todos os Programas em desenvolvimento ou a serem implantados, contribuindo de forma ágil e rápida na resolução dos problemas e aperfeiçoamento contínuo.

A melhoria dos Programas, seja no aspecto operacional/educacional, seja no aspecto logístico, demanda estudos constantes e trabalhos conjuntos com os Regionais, órgãos do governo, área acadêmica, institutos de pesquisa, laboratórios de análise etc., em todo o país. A elaboração de materiais educativos para a difusão de conhecimentos na área de Segurança Alimentar e Nutricional e Assistência Social exige atualização constante, sendo essencial para efetividade desta proposta desenvolver novas temáticas.

Tendo como principais objetivos gerenciar o Programa em âmbito nacional através de orientação técnica-operacional e normativa, a equipe do Departamento Nacional presta assessoria às Administrações Regionais através de orientação normativa, capacitações, reuniões técnicas, controle, acompanhamento e avaliação das ações.

Esta equipe é, portanto, uma referência nacional do Programa, tanto para fornecer informações e subsídios relativos aos diversos procedimentos, quanto para a captação e fidelização de

parcerias nacionais estratégicas e avaliação de resultados, através de um sistema contínuo e permanente de comunicação entre a coordenação nacional e as coordenações regionais.

Considerando que o Programa forma uma Rede Nacional, é promovida a integração de todos os Programas, não só para troca de experiências, mas também para operacionalizar o Mesa Brasil Sesc em todo o país, atendo-se aos mesmos conceitos, princípios, metodologias e logística, visando evitar eventuais desvios de rumo nos Regionais.

Relatórios e mapas de resultados (Anexo 17) são elaborados e consolidados para fins de acompanhamento dos resultados quantitativos, como as metas anuais de quilos distribuídos. Esses instrumentos, padronizados, facilitam a divulgação do Programa e a tomada de decisões gerenciais para o aperfeiçoamento das diferentes ações.

2.6 DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO

A divulgação, como um dos pontos estratégicos do Programa, merece atenção especial, uma vez que contribuiu decisivamente não apenas para visibilidade de toda a Rede, mas, também, para a consecução de novas parcerias e afirmação institucional.

Da mesma forma, serve como estratégia de prestação de contas junto aos parceiros e sociedade em geral. Sabe-se que uma organização séria e comprometida com suas diretrizes e resultados não pode deixar de assumir uma postura fundamental: a transparência na gestão dos recursos e no cumprimento de suas obrigações legais.

Prestar contas é simplesmente, demonstrar que a organização está cumprindo a sua missão, fazendo aquilo que se propôs, justificando o uso de recursos obtidos e comprovando que realizou os encargos que estavam sob sua responsabilidade.

Através de canais de comunicação eficazes, as organizações se fortalecem e se empoderam. Entendendo que a comunicação é muito mais do que somente disponibilizar a informação em rádios, TVs, jornais. Comunicar é fortalecer a marca, melhorar os fluxos de informações, abrir canais de diálogo, cuidar da imagem, transmitir mensagens, entre tantas outras.

A divulgação e a promoção das ações do Mesa Brasil Sesc requerem um envolvimento tanto do Departamento Nacional como dos Departamentos Regionais. Por tratar-se de uma Rede Nacional de Bancos de Alimentos, com atuação em todo o território nacional, é importante destacar a padronização da identidade visual do Programa, reforçando e preservando a sua marca em todas as peças gráficas produzidas, nos materiais educativos, na plotagem da frota, nos uniformes das equipes operacionais etc.

Da mesma forma, devem ser potencializadas as redes sociais enquanto espaços de comunicação eficientes, de baixo custo e abrangentes, permitindo o engajamento de parceiros nas causas e objetivos do Programa.

Hoje, em pleno terceiro milênio, vivenciamos a comunicação planetária, instantânea e multimídia (texto, som e imagem), pela internet. Os computadores e celulares, conectados provocaram mais uma revolução da comunicação no mundo, colocando a sociedade em rede. Há uma enorme rede digital que conecta tudo e todos. Cabe destacar, no entanto, que as mídias sociais e formas tradicionais de comunicação não são mutuamente excludentes.

A criação de canais alternativos de comunicação afeta o relacionamento com parceiros e amplia a possibilidade de captar novos parceiros.

Reconhecer e brindar parcerias são procedimentos que nem sempre são lembrados, mas são fundamentais em projetos sociais. Valorizar um parceiro, seja ele doador, colaborador ou mesmo voluntário, promove o comprometimento e estimula a participação.

Muitas vezes, os parceiros têm regras próprias de como creditar e utilizar suas marcas. Nesses casos, normalmente é fornecido à organização apoiada um manual de utilização de marcas. Sempre que a organização conquistar um novo parceiro, pergunte se há regras para o crédito dos parceiros.

Cabe destacar a importância da parceria interna entre as equipes do Mesa Brasil Sesc e as áreas de comunicação dos Departamentos Regionais, para definição e execução de um plano de divulgação que permita visibilidade do trabalho, podendo ser utilizados, conforme recursos disponíveis, os seguintes canais de comunicação:

- Jornal impresso/ informativo/boletins institucionais.
- Folders/panfletos/banners/cartazes e outras peças gráficas.
- Mídias digitais (Facebook, Twitter, Youtube).
- Mídias espontâneas (TV, rádio, jornal, revistas).
- DVDs.
- Souvenir (pins, placas comemorativas).
- Sites/blogs.

3**DIMENSÕES, BENEFÍCIOS E DESAFIOS DE UMA GESTÃO ESTRATÉGICA
E TRANSPARENTE DO MBS**

As dimensões da gestão adotada pelo MBS, notadamente com a implantação do Plano Estratégico 2012-2015 podem ser visualizadas, primeiro de tudo, por se ocupar da execução e avaliação não apenas de um programa isolado, mas de um conjunto de projetos replicados por todos os Departamentos Regionais nas capitais e em importantes cidades do interior do país. O desempenho de um programa regional afeta o desempenho dos outros programas integrantes da organização. Nossa abordagem de gestão preocupa-se com medidas de eficiência (economia

de recursos para produção de resultados), eficácia (obtenção de resultados compatíveis com os objetivos esperados) e efetividade (atendimento às expectativas das comunidades e da sociedade). Preocupa-se, também, com a definição de responsabilidades, o que implica em comunicação, participação e cobrança de resultados por todos os atores do processo e da rede de solidariedade. Busca operar com base na ética, na transparência e no compromisso social do Sesc.

A Gestão como recurso estratégico engloba os seguintes benefícios e desafios para o MBS:

- Coordenação de atividades.
- Definição de responsabilidades.
- Ênfase na eficiência, eficácia e efetividade das ações.
- Capacidade de análise e diagnóstico da situação interna e externa dos programas.
- Possibilidade de maior transparência.
- Tomada de decisão antecipada.
- Comprometimento com metas estabelecidas nas Propostas Programáticas de Trabalho.
- Avaliação de progresso e de resultados de curto, médio e longo prazo.
- Maior entendimento mútuo entre o Sesc, parceiros e instituições assistidas.
- Análise de riscos.
- Aprimoramento contínuo.

Cabe registrar que a mensuração dos resultados deve levar em conta, não apenas indicadores que medem a eficiência e a eficácia, mas, sobretudo os que medem os resultados sociais (efetividade). É imprescindível implementar mecanismos de governança que permitam avaliar periodicamente o desempenho do MBS e os resultados dos projetos sociais que são por ele apoiados.

É possível aproveitar, tanto o ambiente político de crescente cobrança por ética e transparência, como também as oportunidades que estão surgindo no Sesc com a adoção de ferramentas de planejamento estratégico, de gestão de processos e de gestão de projetos sociais para avançar nas práticas, processos e instrumentos de prestação de contas não apenas aos órgãos controladores e governamentais, mas também para mostrar a clientes, parceiros, doadores, mantenedores e para a sociedade, que a organização da qual fazemos parte é um importante agente de transformação social.

Referências

- ALVES, R. *A alegria de ensinar*. São Paulo: Ars Poética, 1994.
- ALVES, R. *Conversa com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Ars Poética, 1995.
- ARANHA, A. V. *Segurança alimentar e assistência social: em busca de uma gestão social inovadora*. 2008. Trabalho apresentado no 1. Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc: segurança alimentar e nutricional: desafios e estratégias, Brasília, 2008. Mimeografado.
- ARMANI, D. O desenvolvimento institucional como condição de sustentabilidade das ONGs no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. *Aids e sustentabilidade sobre as ações das organizações da sociedade civil*. Brasília, 2001.
- BARROS, R. P. de. Cenário da pobreza e da fome no Brasil. In: SEMINÁRIO NACIONAL MESA BRASIL SESC: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS, 1., 2008, Brasília. *Anais...* Rio de Janeiro: Sesc Nacional, 2010. p. 38-45.
- BETTO, F. *Cidade e qualidade de vida*. 2011. Disponível em: < http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5472&Itemid=79>. Acesso em: 20 maio de 2016.
- BOURDIEU P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.) *Escritos de educação*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 65-69.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 jul. 1990.
- BRASIL. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 08 dez. 1998.
- BRASIL. Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 03 out. 2003.
- BRASIL. Lei n. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 set. 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 710, de 10 de junho de 1999. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 jun. 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. *Manual do multiplicador: prevenção à DST/AIDS*. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Matriz de ações de alimentação e nutrição na atenção básica de saúde*. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Guia metodológico de avaliação e definição de indicadores; doenças crônicas não-transmissíveis e Rede Carmen*. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Subsídios metodológicos para a prática da educação e participação em saneamento rural. In: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). *Capacitação de pessoal de sala de vacinação: manual do monitor*. Brasília, 1991.
- BURLANDY, L. Segurança alimentar e nutricional e intersetorialidade. In: CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL DE MINAS GERAIS, 2., 2003, Belo Horizonte. **Caderno de textos...** Belo Horizonte: Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, 2003. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/texcom/nutricion/CadernoTex.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.
- BUSS P. M; PELLEGRINI FILHO A. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, jan./abr. 2007.

- CALDEIRA, R. S. D. *O território no planejamento e gestão da política pública de assistência social em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [s.n.], 2004.
- CARREIRA, D.; PANDJIARJIAN, V. *Vem pra roda! Vem pra rede!*: guia de apoio à construção de redes de serviços para o enfrentamento da violência contra a mulher. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, A. L. C. de. (Coord.). *Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres*. 5. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2004.
- CASTRO, J. de. *Frases e pensamentos*. [S.l.]: Pensador, [1966]. Disponível em: < http://pensador.uol.com.br/autor/josue_de_castro/>. Acesso em: 3 ago. 2016.
- CASTRO, J. de. *Geografia da fome*. São Paulo: Círculo do Livro, 1991.
- COHEN, W. *Uma aula com Drucker: as lições do maior mestre de administração*. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
- COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (Brasil). *Rumo a um modelo conceitual para a análise e ação sobre os determinantes sociais de saúde: ensaio para apreciação da CDSS*. Genebra: OMS, 2005. Disponível em: <<http://www.determinantes.fiocruz.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016. Rascunho.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2., 2004, Olinda. **Relatório final...** Pernambuco: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2004.
- DAVALLON, J. A mediação: comunicação em processo? *Prisma.com: Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação do Cetac.Media, Portugal*, n. 9, 2009.
- ENGEL, W. A dimensão da segurança alimentar nos programas de redução da pobreza. In: SEMINÁRIO NACIONAL MESA BRASIL SESC: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS, 1., 2008, Brasília. *Anais...* Rio de Janeiro: Sesc Nacional, 2010. p. 144-151.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- FREIRE, P. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Unesp, 2001.
- FREIRE, P. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Olho d'Água, 1997.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Educação profissional e desenvolvimento, 2002. Disponível em: < http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392219264_Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 13 maio 2016.
- GARCIA, J. *O negócio do social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- JUNQUEIRA, L. A. P; INOJOSA, R. M; KOMATSU, S. *Descentralização e intersetorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza*. Caracas: CLAD, 1997. p. 63-124. (Série Concurso de Ensayos CLAD)
- KONDER, L. A construção da proposta pedagógica do SESC Rio. Rio de Janeiro: Ed. SENAC, 2000.
- LABONTE, R. Health promotion and empowerment: reflections on professional practice. *Health Education & Behavior*, v. 21, n. 2, p. 253-268, 1994.

- LAGO, C. F. *Informática e administração*. 2007. Disponível em: <www.celso.lago.nom.br>. Acesso em: 10 maio 2016.
- LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros mundo afora*. São Paulo: Edusp, 2000.
- LATOUR, B. E se falássemos um pouco de política? *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 3, n. 4, p. 11-40, abr. 2004.
- MALUF, R. S. J. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MELLO, T. de. *Mormaço na floresta*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- NAÇÕES UNIDAS. *Declaração universal dos direitos humanos*. 1948. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/udhr/lang/por.htm>>. Acesso em: 26 fev. 2016.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOLETO, M. J. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. Brasília: UNESCO, 2004.
- NOLETO, M. J. *Parcerias e alianças estratégicas: uma abordagem prática*. São Paulo: Global, 2000.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. *GEO Salud: metodología para una evaluación integrada de medio ambiente y salud: un enfoque en América Latina y el Caribe*. Panamá, 2009.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1993.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SESC. Departamento Nacional. *Diretrizes do quinquênio: 2016/2020*. Rio de Janeiro, 2015.
- SESC. Departamento Nacional. *Diretrizes gerais de ação do SESC*. Rio de Janeiro, 2004.
- SESC. Departamento Nacional. *Manual de procedimentos e gestão do voluntariado*. Rio de Janeiro, 2007.
- SESC. Departamento Nacional. *Manual do voluntário*, 2007a.
- SESC. Departamento Nacional. *Modelo de atividade: educação em saúde*. Rio de Janeiro, 2006.
- SOUZA, A. (Org.). *Qualidade de vida urbana: introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. (Debates urbanos, n. 7).
- TEIXEIRA, C. F. Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades. *Saúde & Sociedade*, v. 13, n. 1, p. 37-46, 2004.
- TORRES, P. L. *Laboratório on-line de aprendizagem: uma proposta crítica de aprendizagem colaborativa para a educação*. Santa Catarina: Ed. Unisul, 2004.
- TWAIN, M. *Frases e pensamentos*. [S.l.]: Pensador, [20--?]. Disponível em: <<http://pensador.uol.com.br/frase/MjIzMjg/>>. Acesso em: 3 ago. 2016.
- Wilkinson, R.; MARMOT, M. *Social determinants of health: the solid facts*. Copenhagen: WHO, 2003.

Anexos

Anexo 1

Matriz Lógica do Programa Mesa Brasil Sesc

Anexo 2

Legislação

Anexo 3

Recibo de Doação de Alimentos/Produtos

Anexo 4

Recibo de Cessão de Alimentos/Produtos

Anexo 5

Procedimentos de Acompanhamento de Retirada
e Recebimento de Grandes Doações

Anexo 6

Checklist Sesc Solidário

Anexo 7

Ficha de Cadastro de Doadores

Anexo 8

Termo de Parceria de Doação de Alimentos

Anexo 9

Ficha de Cadastro de Voluntário

Anexo 10

Formulário de Pré-cadastro e Cadastro de Entidade Social

Anexo 11

Termo de Cooperação Entidade Social

Anexo 12

Termo de Desligamento

Anexo 13

Termo de Cooperação Entidade Mediadora

Anexo 14

Cadastro de Família

Anexo 15

Visita de Monitoramento à Entidade Social

Anexo 16

Lista de Presença - Ação Educativa

Anexo 17

Mapa de Resultados

OUTROS ANEXOS PARA CONSULTA

Anexo 18

Roteiro de Acompanhamento Semestral

Anexo 19

Monitoramento do Parceiro Doador

Anexo 20

Procedimentos Padronizados de Coleta de Alimentos

Anexo 21

Formulário para Registro do Contato com as Entidades Sociais

Anexo 22

Cronograma Anual de Monitoramento das Entidades Sociais

Anexo 23

Solicitação de Suspensão das Doações

Anexo 24

Layout Adesivagem da Van e Layout Adesivagem do Caminhão

Anexo 25

Informativo

Anexo 26

Certificado de Mérito Comunitário

ANEXO 1 - Matriz Lógica do Programa Mesa Brasil Sesc

MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA MESA BRASIL SESC					
COMPONENTES PRINCIPAIS	Mobilização de Parceiros	Segurança Alimentar e Nutricional	Combate ao Desperdício	Capacitação/ Empoderamento	Mobilização de Voluntários
GRUPOS DE INTERLOCUÇÃO	Empresas das áreas de produção e comercialização de alimentos e de produtos de cuidado à saúde (pessoal e dos ambientes)	Entidades sociais, famílias e grupos populacionais mais vulneráveis à insegurança alimentar; empresas das áreas de produção, distribuição e comercialização de alimentos e de produtos de cuidado à saúde (pessoal e dos ambientes).		Gestores, funcionários e voluntários das entidades sociais atendidas e empresas doadoras; indivíduos, famílias, grupos sociais prioritários; voluntários do Programa.	Adolescentes, adultos e idosos de diferenciados níveis de formação e tipos de ocupação.
ATIVIDADES	Ações estratégicas de captação e fidelização de parceiros (contactos, visitas, reuniões, eventos, divulgação etc.); evento anual de prestação de contas.	Cadastro, seleção e inscrição de entidades sociais receptoras; coleta e transporte dos alimentos entre doadores e receptores (entidades sociais, famílias, desabrigados e desalojados); coleta de produtos que seriam descartados pelas indústrias ainda em condições de consumo e transporte entre doadores e receptores; monitoramento das entidades e grupos populacionais receptores.		Cursos, palestras, oficinas, seminários, encontros, fóruns etc., sobre temáticas associadas à segurança alimentar e nutricional, ao combate ao desperdício, ao campo dos direitos sociais e à sustentabilidade institucional; atividades de desenvolvimento comunitário e de estímulo ao cooperativismo.	Ações estratégicas de sensibilização e incentivo à ação voluntária (divulgação do Programa junto à comunidade; reuniões, palestras etc.); cadastro, seleção, inscrição e capacitação de voluntários; supervisão do voluntariado.
INDICADORES DE ATIVIDADES (PRODUTOS IMEDIATOS)	Nº de ações de captação e fidelização de parceiros; nº de matérias veiculadas em mídia externa; nº de parcerias estabelecidas.	Nº de entidades sociais sistemáticas; nº de entidades sociais em lista de espera; quantitativos de alimentos doados e distribuídos; nº de refeições complementadas (entidades sociais, famílias, desabrigados e desalojados); quantitativos de produtos não alimentícios doados e distribuídos; nº de entidades sociais visitadas (acompanhamento); frequência e regularidade das visitas de acompanhamento.		Nº e tipo de atividades educativas realizadas; nº de participantes; nº de representantes institucionais capacitados; nº de agentes multiplicadores formados; carga horária, temas e metodologias de ensino-aprendizagem.	Nº de voluntários cadastrados; nº de voluntários inscritos no Programa; nº de voluntários capacitados; nº e tipo de atividades de capacitação realizadas; carga horária, temas e metodologias de ensino-aprendizagem; nº e tipo de atividades de supervisão do voluntariado.
OBJETIVOS DE CURTO PRAZO	Mobilizar e articular sujeitos e instituições para o engajamento efetivo na rede de combate à fome e ao desperdício.	Viabilizar a melhoria quantitativa e qualitativa das refeições servidas em entidades sociais e complementar a alimentação de populações em situação de vulnerabilidade alimentar, adotando-se parâmetros relacionados ao enfoque de segurança e diversidade alimentar e nutricional.	Contribuir para o combate ao desperdício de alimentos, a racionalização do consumo dos recursos naturais, e a utilização viável dos excedentes da cadeia de produção e de produtos cujo descarte tem impacto ambiental significativo.	Socializar informações, ampliar conhecimentos e desenvolver habilidades individuais e coletivas direcionadas ao aprimoramento de capacidades em segurança alimentar/nutricional e combate ao desperdício, ao fortalecimento das redes de apoio social, ao efetivo exercício de direitos sociais e ao consumo consciente.	Incentivar e promover a ação voluntária como forma de participação no desenvolvimento da comunidade.

MATRIZ LÓGICA DO PROGRAMA MESA BRASIL SESC					
RESULTADOS ESPERADOS	Consolidação do fluxo de recepção e doação de alimentos e de produtos de cuidado à saúde.	Complementação alimentar e nutricional de populações mais vulneráveis à insegurança alimentar (famílias em situação de pobreza, desabrigados, desalojados e pessoas assistidas por entidades sociais).	Redução do desperdício na cadeia de produção e distribuição pelas empresas parceiras; regularidade no encaminhamento dos excedentes para doação; controle do desperdício de alimentos e consumo racional de recursos pelas entidades sociais participantes.	Redução do desperdício pelos doadores e entidades sociais; constituição de agentes multiplicadores; mudanças estruturais e operacionais para aprimoramento das condições e recursos das entidades sociais; participação efetiva nas instâncias formais de controle social; utilização dos equipamentos sociais e de saúde.	Fortalecimento e ampliação dos grupos/equipes de voluntários; engajamento efetivo e qualificado dos voluntários no Programa.
INDICADORES DE CURTO PRAZO	% de empresas parceiras em relação às contactadas; formação e permanência da rede de referências	% de alimentos distribuídos em relação ao previsto; % de refeições complementadas em relação ao previsto; % de atividades educativas realizadas em relação ao público; % de participantes das atividades educativas em relação ao público; % de participantes que referem conhecimentos corretos a respeito das temáticas trabalhadas; % de participantes que passam a atuar como agentes multiplicadores em seus locais de trabalho/comunidades; % de instituições doadoras que implementaram procedimentos de gestão conforme orientação para redução do seu desperdício; % de entidades sociais que fizeram alterações nos cardápios e criaram estratégias para garantia de refeições seguras e redução de desperdício; nível de utilização dos equipamentos sociais e de saúde pelos beneficiários do Programa; % de entidades que se desligaram do Programa em função do aprimoramento de sua capacidade institucional; % de entidades que se integraram a redes sociais e conselhos de direitos.			% de voluntários capacitados em relação aos inscritos; % de voluntários capacitados que referem conhecimentos corretos a respeito das temáticas trabalhadas; formação e permanência das equipes de voluntários.
OBJETIVOS DE LONGO PRAZO	Fortalecer e ampliar as alianças intersetoriais para o combate à fome e ao desperdício; favorecer a organização dos grupos excluídos que não estão inseridos em programas assistenciais dos governos nem articulados a redes sociais; contribuir para a ação socialmente responsável das empresas com repercussões para o desenvolvimento sustentável.				

ANEXO 2 - Legislação

TRANSPORTE DE ALIMENTOS

Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997

Resolução – RDC Anvisa nº 275, de 21 de outubro de 2002

Obs.: Além da Portaria e da Resolução acima mencionadas, é oportuno consultar os serviços de vigilância sanitária dos estados, municípios e do Distrito Federal, uma vez que, de acordo com a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cabe aos estados e ao Distrito Federal estabelecer normas em caráter suplementar, e aos municípios normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação.

ROTINA E OPERACIONALIZAÇÃO DE UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004

Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

Portaria nº 1428, de 26 de novembro de 1993

Regulamento Técnico para inspeção sanitária de Alimentação.

Portaria nº 2535, de 24 de outubro de 2003

Regulamento Técnico para o controle higiênico sanitário em empresas de alimentos.

Portaria nº 326, de 30 de junho de 1997

Regulamento Técnico sobre as condições higiênico sanitárias de boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos.

RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002

Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e à Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos.

Obs.: Não há uma legislação específica para o funcionamento de Bancos de Alimentos no Brasil. Nesse caso, utilizamos a legislação vigente sobre alimentação coletiva para embasamento de nossas ações, o que poderá ser conferido futuramente na publicação *Orientação para Implantação das Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados*.

Portaria MAPA nº 368

RDC Anvisa nº 12 (Padrões microbiológicos para alimentos)

SVS nº 5 (São Paulo)

Instrução Normativa MAPA nº 51/2002



ANEXO 4 - Recibo de Cessão de Alimentos/Produtos

RECIBO DE CESSÃO DE ALIMENTOS/PRODUTOS
(ENTIDADE SOCIAL)

N° _____

Data: _____ Horário: _____

Nome da entidade social: _____

ITENS DOADOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PESO UNIT.	PESO TOTAL
Total				

Tempo de consumo do(s) produto(s) / Prazo de validade

Registro de quebra: () não sim () _____ %

Nome do responsável pela recepção _____
Nome do responsável pelo transporte _____

Assinatura: _____
Assinatura: _____



ANEXO 5 - Procedimentos de Acompanhamento de Retirada e Recebimento de Grandes Doações

As informações abaixo visam aperfeiçoar os procedimentos para a retirada de grandes doações dos parceiros nacionais e o recebimento pelas equipes do Programa Mesa Brasil Sesc.

- As doações devem ser retiradas dos estoques ou centros de distribuição mediante a apresentação dos documentos exigidos (guia de remessa, nota fiscal, certificado de classificação de produto).
- Os documentos supracitados serão entregues ao motorista do veículo que realizará o transporte, para que os mesmos sejam repassados à equipe do Programa MBS de destino. Sugerimos que o servidor que acompanhe a retirada da doação faça uma cópia dos referidos documentos, para que se tenham as informações constantes nos mesmos em caso de extravio dos originais.
- É importante a checagem visual das características dos produtos doados. É importante observar a ausência de fungos e parasitas, de matéria terrosa e fragmentos estranhos, de embalagens danificadas amassadas ou rasgadas. Os alimentos também devem estar livres de umidade, obedecendo a suas características sensoriais.
- Após o carregamento, o baú será lacrado pela empresa transportadora. O lacre deverá apresentar uma sequência numérica ou alfanumérica. Esta sequência será encaminhada ao Grupo Gestor, que providenciará o repasse da informação para a equipe que receberá a carga.
- Em caso de caminhão graneleiro coberto com lona, o veículo não poderá ser lacrado. É imprescindível uma descrição mínima das sacas (tipo, estado, apresentação de rótulos, marcas etc.) para que seja possível a conferência das mesmas na ocasião da chegada ao destino. Estas informações deverão ser encaminhadas ao Grupo Gestor, que providenciará o repasse da informação para a equipe que receberá a carga.
- A equipe do Programa Mesa Brasil Sesc que receberá o produto deverá verificar a integridade do lacre e conferir sua numeração. Para o caminhão graneleiro deverá ser observada a retirada da lona e conferido os tipos de sacas constantes no veículo conforme as especificações repassadas pelo Grupo Gestor após a retirada do produto. Em caso de divergências no lacre ou no tipo da saca, as mesmas não deverão ser descarregadas, devendo ser contatado imediatamente o Grupo Gestor.
- No momento da entrega do produto também se deverá solicitar ao motorista do veículo a entrega dos documentos. Caso o motorista sinalize a ausência destes, o Grupo Gestor deverá ser comunicado.
- Assim como na retirada, o produto deverá sofrer uma checagem visual atendendo aos mesmos apontamentos traçados anteriormente. Caso seja evidenciado algum problema, o Grupo Gestor deverá ser notificado imediatamente, antes do descarregamento, para que junto com o doador fiquem estabelecidos os procedimentos com relação à destinação do produto em questão.
- É sempre importante conferir o quantitativo recebido com a informação da nota fiscal. Destacamos que não é necessário realizar pesagem de toda a carga, podendo-se utilizar o peso das caixas/sacas e a quantidade, bem como também a conferência por amostragem.
- Caso haja discrepâncias significativas entre os valores constantes na nota fiscal e entregues ao Programa, a equipe do MBS deverá entrar em contato com o Grupo Gestor para esclarecimentos necessários junto à empresa transportadora.
- Ressaltamos que algumas alterações na carga podem ocorrer durante o transporte, acarretando perdas ocasionais. Solicitamos que no preenchimento do relatório sejam informadas as perdas no transporte. É importante que os números informados no relatório sejam compatíveis com os dados constantes nos documentos disponibilizados pelo doador.
- De posse do Certificado de Classificação do Produto, oferecido nas doações realizadas pela Conab, o Programa Mesa Brasil Sesc poderá obter com órgãos do estado ou prefeitura, ou também empresa credenciada para este serviço, a CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTO VEGETAL. De posse deste documento é realizada a emissão do LAUDO

DE CLASSIFICAÇÃO, que tem validade de 45 dias após sua emissão. Não existe obrigatoriedade para data de validade para produtos distribuídos em sacas de 50 a 60 quilos. A legislação vigente confere obrigatoriedade apenas para validade impressa em embalagens menores de 5 quilos. Porém o laudo de classificação aprova o produto como próprio para o consumo.

- O processo de Emissão de Certificado de Classificação é regulamentado pela Legislação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) de nº 9.972 de 25 de maio de 2000, a qual institui a Classificação de Produtos Vegetais. Caso necessário, a legislação federal poderá ser obtida através do site <<http://www.agricultura.gov.br>>.
- Na oportunidade, informamos que deverá ser encaminhado relatório referente à distribuição dos gêneros doados. Destacamos que este documento deverá atender ao modelo proposto pelo Departamento Nacional do Sesc.



ANEXO 6 - Checklist Sesc Solidário

1) Espaço físico

- Local de carga e descarga dos veículos (com cones de sinalização)
- Carrinhos para carga e descarga
- *Pallets* para acondicionar alimentos
- Sistema de vigilância
- Separar locais para alimentos, roupas, produtos de higiene e outros
- Local para dispor água e lanches para a equipe de trabalho
- Mesas para a preparação dos kits
- Sala (quartel-general) ou mesa com computador e telefone
- Local para o descarte (próximo a saída)

2) Logística

- Levantar cotação de preços e agilizar a compra de gêneros para composição dos kits (água, leite, colchonete, redes, sacos plásticos)
- Estabelecer uma pessoa para contato integral (com celular)
- Grupo controle com laptop
- Formação de kits (com gêneros diferenciados) (não misturar alimentos com outros produtos)
- Programar saídas para os municípios com contatos prévios
- Destinar doações do MBS para a ação emergencial
- Suspensão do atendimento às entidades do MBS

3) Recursos humanos

- Comitê gestor com definição de atribuições (responsáveis)
- Deslocar servidores
- Montar equipes de trabalho
 - coordenação
 - voluntários
 - equipe de recebimento, controle e distribuição
 - equipe de montagem
 - contato com abrigos
 - contato com doadores
 - contato com DN
- Verificação da validade dos produtos
- Servidor com celular
- Criar instrumentos de controle
- Criar estrutura de lanche/almoço
- Criar um e-mail para centralizar informações
- Identificação das pessoas (camisetas, bonés etc.)

4) Busca por parcerias

- Pessoal
 - voluntários da comunidade
 - voluntários das entidades
 - forças armadas
 - polícia militar
- Transporte (empresas/doadores)
- Fazer contatos por telefone com prefeitura para coleta de informações e dados dos municípios atingidos, abrigos etc.
- Captação de parceiros (agendar reuniões e preparar cartas)

5) Mapeamento da clientela

- Fazer parceria com secretarias de ação social
- Relacionar locais (elencar prioridades)
 - quantidade de famílias
 - quantidade de pessoas
 - pessoa de contato
 - endereço, telefone
- Visitar abrigos, casas-abrigo, comunidades atingidas
- Verificar principal demanda

6) Prestação de contas

- Criar planilha para controle de entrada e saída de material
 - o que
 - quanto
 - para onde
- Registro com fotografias
- Preparar recibos de entrega
- Arquivar notas fiscais
- Registrar perdas
- Ao final da ação encaminhar relatórios de prestação de contas

7) Voluntariado

- Criar ficha para cadastro (nome, endereço, telefone, e-mail)
- Água, almoço e lanche
- Mandar cartas para entidades recrutando (escolas, universidades, entidades do MBS)
- Reunir com grupo da terceira idade para mobilização de doações (como vestuário)
- Após a ação providenciar envio do certificado de voluntariado

8) Assessoria de imprensa

- Fazer release para a imprensa
- Buscar matérias com entrevistas para os meios de comunicação locais
- Realizar registro fotográfico
- Fazer um dossiê sobre as matérias publicadas

MATERIAIS NECESSÁRIOS

- Sacos plásticos
- Estilete
- Jarras de suco
- Mesas
- Pallets
- Laptop
- Celular
- Blocos de recibo
- Canetas
- Camisetas de identificação e bonés



ANEXO 7 - Ficha de Cadastro de Doadores**Dados Gerais**

Nome: _____ CNPJ: _____
 Endereço: _____ Bairro: _____
 Cidade: _____ Estado: _____ Cep: _____
 Fones: _____ / _____ / Fax: _____ E-mail: _____
 Ramo de atividade: _____

Contato

Pessoa responsável: _____ Cargo: _____
 Fone: () _____
 E-mail: _____
 Pessoa contato: _____ Cargo: _____
 Fone: () _____
 E-mail: _____

Doações

Dias: _____
 Horários: _____

PRODUTOS DISPONÍVEIS	PROVÁVEIS QUANTIDADES	OBSERVAÇÕES

Instruções especiais ao motorista:

Concorda com a divulgação da participação dessa empresa no programa?

() sim () não

Data: ____/____/____

 Responsável pela empresa:

 Técnico do Programa Mesa Brasil Sesc



ANEXO 8 - Termo de Parceria de Doação de Alimentos

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas, de um lado: **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC/ADMINISTRAÇÃO NACIONAL**, instituição de direito privado sem fins lucrativos, instituído pelo decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, com regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.469.164/0001-11, localizado na Av. Ayrton Senna, nº 5555, Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado pelo Diretor-Geral do Departamento Nacional, XXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX - Detran-RJ, expedida em 15/4/2008, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **“Donatária”**;

E, de outro,

(nome da empresa doadora), com sede em xxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, doravante denominada **“Doadora”**;

Doadora e Donatária denominadas em conjunto “Partes” e individualmente denominadas “Parte”;

As Partes têm entre si, justo e acordado, celebrar o Termo de Parceria (“Termo”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Da doação

1.1 - A Doadora compromete-se sempre que houver alimentos, excedentes na produção, ou fora dos padrões de comercialização, a doá-los à Donatária, que deverá distribuí-los ao Programa Mesa Brasil Sesc.

Cláusula Segunda – Do recebimento da doação

2.1 - A Donatária deve recolher os alimentos doados, nos dias e local previamente informados pela Doadora, de forma que assegure as perfeitas condições dos alimentos ora doados, sem qualquer ônus à Doadora.

2.2 - A Donatária se compromete a conferir a validade dos produtos recebidos antes repassá-los ao Programa Mesa Brasil Sesc.

2.3 - A Donatária compromete-se a não executar nenhum descarte dos produtos, ora doados.

2.4 - Nos casos em que a Donatária identificar, nos produtos objeto da doação, produtos impróprios para consumo, resultante da expiração do prazo de validade ou de avarias, a mesma se obriga a realizar o retorno do respectivo produto, para o correto descarte pela Doadora.

2.5 - A Donatária compromete-se a firmar o recebimento da doação através do recibo de doação do Programa e/ou Nota Fiscal, que acompanhará cada carga movimentada.

Cláusula Terceira – Do armazenamento da doação

3.1 - É de exclusiva responsabilidade da Donatária, a partir desta data, zelar pelo armazenamento e conservação e arcar com todos os encargos, obrigações e despesas que incidirem sobre o produto, objeto da presente doação, assim como os danos causados a terceiros relacionados à mesma.

Cláusula Quarta – Do destino da doação

4.1 - A Donatária garante que todos os produtos, objeto da doação, serão entregues às entidades sociais e/ou famílias previamente cadastradas no Programa Mesa Brasil Sesc, sendo expressamente proibida a comercialização dos produtos, realização de rifas, bingos, bazar, entre outros.

Cláusula Quinta – Das obrigações da Donatária

5.1 - A Donatária compromete-se a realizar acompanhamento periódico junto às entidades sociais, cadastradas no Programa Mesa Brasil, fiscalizando prioritariamente a forma de armazenamento dos produtos doados, afim de que sejam preservadas as condições de consumo.

5.2 - A Donatária garante ainda que a política de armazenamento, distribuição e consumo dos produtos, assumida pela mesma perante a Doadora, também será adotada pelas entidades sociais cadastradas no Programa Mesa Brasil Sesc.

Cláusula Sexta - Do prazo de vigência e rescisão

6.1 - O presente instrumento terá vigência a partir da data de assinatura e terá validade pelo prazo de meses, podendo ser prorrogado ou alterado, mediante termo aditivo, de comum acordo entre as Partes.

6.2 - O termo poderá ser resiliado a qualquer tempo, por qualquer uma das Partes, de comum acordo, mediante a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

6.3 - É facultado ainda a qualquer das Partes, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, rescindir o presente acordo, de pleno direito, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) Decretação de concordata, falência ou liquidação extrajudicial de qualquer das Partes;
- b) Descumprimento, por qualquer uma das Partes, das obrigações estabelecidas no presente termo de parceria.

Cláusula Sétima – Da confidencialidade

7.1 - As Partes concordam em manter reciprocamente o mais absoluto sigilo com relação às informações confidenciais, abstendo-se de copiar, reproduzir, vender, ceder, licenciar, comercializar, alienar, transferir ou dispor das informações confidenciais para terceiros, abstendo-se ainda de divulgá-las ou utilizá-las para quaisquer outros fins não atinentes ao objeto do presente Acordo.

Cláusula Oitava – Disposições Gerais

8.1 - A Donatária não poderá usar o nome da Doadora, marca registrada, logomarca ou nome comercial, como referência ou sem consentimento expresso, por escrito, da Doadora. Qualquer autorização recebida pela Donatária nesse sentido será entendida restritivamente como concedida em caráter precário, exclusivamente para aquela finalidade.

8.2 - O contrato não confere à Donatária qualquer exclusividade, podendo a Doadora, mesmo durante a vigência do contrato, doar os mesmos produtos para realização de projetos idênticos ou semelhantes.

8.3 - As Partes não poderão ceder ou transferir o acordo a terceiros, total ou parcialmente, salvo por autorização prévia e por escrito da outra Parte.

Cláusula Nona – Foro

9.1 - As Partes elegem o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como o competente para dirimir quaisquer questões, dúvidas ou controvérsias oriundas do presente Termo, com renúncia a qualquer outro, por mais que privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas a seguir indicadas.

Rio de Janeiro, xxx de xxxxxxx de 2016.

Donatária

Doador

Testemunha (1)

Testemunha (2)



ANEXO 9 - Ficha de Cadastro de Voluntário**DADOS GERAIS**

Nome: _____ CPF: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Documento de Identidade: _____

Endereço: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

Telefones: _____ E-mail: _____

ATUAÇÃOAptidão:
_____Área de atuação:

Local: _____ Cargo ou função: _____

Atividades desenvolvidas:
_____Área de interesse para atuação voluntária:
_____Disponibilidade (dias/horários):
_____Motivação para o trabalho voluntário

_____**TERMO DE ADESÃO**

Nome da Instituição: Serviço Social do Comércio

Endereço:
_____Área de Atividade:
_____Nome do Voluntário:

Documento de Identidade:

CPF:
_____Endereço:
_____Referências Pessoais:

O trabalho voluntário a ser desempenhado junto a esta Instituição, de acordo com a Lei nº 9608 de 18/02/1998 é atividade não remunerada, com finalidades (assistenciais, educacionais, científicas, cívicas, culturais, recreativas, tecnológicas, outras), e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias e afins.

Trabalho voluntário na área de: _____

Tarefa específica: _____

Duração: de _____ até _____

Horários: das _____ às _____

Resultados esperados: _____

Declaro estar ciente da legislação específica sobre o serviço voluntário e que aceito atuar como voluntário nos termos do presente Termo de Adesão.

(Cidade): _____ (Data): _____

(Assinatura do Voluntário)

Testemunhas: _____
(nome) (nome)
CPF ou RG CPF ou RG

De acordo: _____
(Responsável pela Instituição - Sesc)

DESLIGAMENTO

Data: _____ Iniciativa: () Voluntário () Instituição

Motivo:

Assinatura do voluntário(a)

(assinatura do responsável pela Instituição – Sesc)

LEI DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1 - Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.

Parágrafo Único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Artigo 2 - O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições do seu exercício.

Artigo 3 - O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo Único: As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Artigo 4 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5 - Revogam-se as disposições em contrário.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Brasília, 18 de fevereiro de 1998.



ANEXO 10 - Formulário de Pré-cadastro e Cadastro de Entidade Social**FORMULÁRIO DE PRÉ-CADASTRO E CADASTRO DE ENTIDADE SOCIAL**

1 - Aspectos gerais

Pré-cadastro

1.1- Identificação

Razão social:

Nome fantasia:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

CEP:

Ponto de referência:

Telefone: ()

Fax: ()

E-mail da instituição:

Página na internet:

Responsável pela entidade:

celular:

Identidade:

Telefone para contato: ()

E-mail:

Dia e horário de funcionamento:

1.2 - Possui plano de ação: () sim () não

1.3 - Identifique a documentação existente na instituição:

() CNPJ

() Estatuto social

() Ata da última reunião

() Título de utilidade pública

() Inscrição Estadual

() Registro em conselhos

1.4 - Tipo de serviço oferecido:

Creche ()

Abrigo para crianças ()

Abrigo para idosos ()

Educação Infantil período parcial ()

Educação Infantil período integral ()

Reforço escolar ()

Albergue ()

Outros, especificar:

1.5 - Os serviços oferecidos são gratuitos: () sim () não

1.6 - Prepara e serve refeições na sede: () sim () não

1.7 - Cozinha e despensa

Possui espaço exclusivo para a preparação dos alimentos: () sim () não

Possui espaço exclusivo para armazenamento em temperatura ambiente: () sim () não

Presença dos seguintes equipamentos: () fogão () geladeira

1.8 - Possui ligação político-partidária: () sim () não

1.9 - Possui disponibilidade para participar de ações educativas: () sim () não

1.10 - Possui veículo para retirada de doações: () sim () não

Parecer técnico:

Cadastro

1.11 - Breve histórico da Entidade (tempo de funcionamento, abrangência geográfica, projetos em andamento)

1.12 - Atividades desenvolvidas:

1.13 - Realiza doação de cesta básica ou bolsa de alimentos: () sim () não

1.14 - Recursos Humanos

Quantidade de funcionários	Função

Quantidade de funcionários terceirizados	Função

Quantidade de voluntários	Função

1.15 - Área física:		
Quantidade de salas (m ²)		Quantidade de banheiros:
Quantidade de quartos:		Cozinha (m ²):
Refeitório (m ²):		Estoque e/ou despensa (m ²):
Armários (número):		Estantes (número):
Refeitório (m ²):		

1.16 - Equipamentos e utensílios

<input type="checkbox"/> fogão doméstico	<input type="checkbox"/> fogão industrial	<input type="checkbox"/> câmara refrigeradora ou frigorífica
<input type="checkbox"/> micro-ondas	<input type="checkbox"/> batedeira	<input type="checkbox"/> extrator de suco
<input type="checkbox"/> liquidificador industrial	<input type="checkbox"/> pratos	<input type="checkbox"/> freezer industrial
<input type="checkbox"/> liquidificador doméstico		

Equipamentos para armazenamento de alimentos:

Equipamentos	Quantidade	
<input type="checkbox"/> geladeira doméstica		
<input type="checkbox"/> geladeira industrial		
<input type="checkbox"/> freezer doméstico		
<input type="checkbox"/> freezer industrial		
<input type="checkbox"/> câmara refrigeradora ou frigorífica		
<input type="checkbox"/> computador <input type="checkbox"/> aparelho de som <input type="checkbox"/> impressora <input type="checkbox"/> televisão <input type="checkbox"/> DVD <input type="checkbox"/> fax		

Outros:

1.17 - Acesso a saneamento básico:

Sistema de esgoto		
<input type="checkbox"/> sistema público	<input type="checkbox"/> fossa séptica	
<input type="checkbox"/> fossa	<input type="checkbox"/> não possui	

Sistema de água		
<input type="checkbox"/> poço	<input type="checkbox"/> sistema público	
<input type="checkbox"/> poço artesiano	<input type="checkbox"/> não possui	

OBS: no caso de presença de fossa séptica e poço de água informar a distância entre os dois canais:

--	--	--

2 - Aspectos econômicos

2.1 - Relacione os convênios existentes e valores repassados:

2.2 - Relacione outras parcerias realizadas, informando os recursos materiais que recebe:

2.3 - Distribuição Orçamentária da Instituição

Itens	R\$	
Pessoal		
Materiais em geral		
Alimentação		
Despesas fixas (luz, gás, tel, impostos etc.)		
Outros		

2.4 - Cobra alguma taxa pelo serviço prestado? () sim () não

2.5 - A instituição desenvolve algum projeto para geração de renda: () sim () não

Qual?

3 - Aspectos sociais

3.1 - Segmento populacional:

	Número de pessoas	
0 a 4 anos e 11 meses		
5 a 9 anos e 11 meses		
10 a 11 anos e 11 meses		
12 a 17 anos e 11 meses		
18 a 19 anos e 11 meses		
2 a 59 anos e 11 meses		
60 ou mais		
TOTAL:		

3.2 - Sexo: () feminino () masculino () ambos

3.3 - Nível de escolaridade:

	Número de pessoas	
Sem escolaridade		
Fundamental completo		
Fundamental incompleto		
Médio completo		
Médio incompleto		
Superior completo		
Superior incompleto		
TOTAL:		

3.4 - Renda familiar:

	Número de pessoas	
De 0 a 01 salário mínimo		
De 01 a 02 salários mínimos		
De 02 a 03 salários mínimos		
acima de 03 salários mínimos		
TOTAL:		

3.5 - A instituição desenvolve projetos com a comunidade local: () sim () não

Quais:

3.6 - Participa de redes comunitárias: () sim () não

3.7 - Participa de conselhos: () sim () não

Quais:

3.8 - Desenvolve atividade para captação de recursos: () sim () não

4 - Aspectos nutricionais

4.1 - Recebe doação de alimentos: () sim () não

Caso positivo, descreva a origem destas doações, os gêneros e em que periodicidade:

4.2 - Informe a periodicidade em que são servidos os seguintes alimentos:

Frutas	() diário () 1 a 2 vezes p/semana () 3 a 5 vezes p/ semana () quinzenal () esporadicamente
Legumes	() diário () 1 a 2 vezes p/semana () 3 a 5 vezes p/ semana () quinzenal () esporadicamente
Verduras	() diário () 1 a 2 vezes p/semana () 3 a 5 vezes p/ semana () quinzenal () esporadicamente
Pães	() diário () 1 a 2 vezes p/semana () 3 a 5 vezes p/ semana () quinzenal () esporadicamente
Carnes	() diário () 1 a 2 vezes p/semana () 3 a 5 vezes p/ semana () quinzenal () esporadicamente
Cereais	() diário () 1 a 2 vezes p/semana () 3 a 5 vezes p/ semana () quinzenal () esporadicamente
Leguminosas	() diário () 1 a 2 vezes p/semana () 3 a 5 vezes p/ semana () quinzenal () esporadicamente
Doces e refrigerantes	() diário () 1 a 2 vezes p/semana () 3 a 5 vezes p/ semana () quinzenal () esporadicamente

4.3 - Quais os dias, tipos e quantidades de refeições servidas:

Domingo

Refeição	Quantidade servida
() Café da manhã	
() Colação	
() Almoço	
() Lanche	
() Jantar	
() Ceia	

Segunda-feira

Refeição	Quantidade servida
() Café da manhã	
() Colação	
() Almoço	

<input type="checkbox"/> Lanche		
<input type="checkbox"/> Jantar		
<input type="checkbox"/> Ceia		
Terça-feira		
Refeição	Quantidade servida	
<input type="checkbox"/> Café da manhã		
<input type="checkbox"/> Colação		
<input type="checkbox"/> Almoço		
<input type="checkbox"/> Lanche		
<input type="checkbox"/> Jantar		
<input type="checkbox"/> Ceia		
Quarta-feira		
Refeição	Quantidade servida	
<input type="checkbox"/> Café da manhã		
<input type="checkbox"/> Colação		
<input type="checkbox"/> Almoço		
<input type="checkbox"/> Lanche		
<input type="checkbox"/> Jantar		
<input type="checkbox"/> Ceia		
Quinta-feira		
Refeição	Quantidade servida	
<input type="checkbox"/> Café da manhã		
<input type="checkbox"/> Colação		
<input type="checkbox"/> Almoço		
<input type="checkbox"/> Lanche		
<input type="checkbox"/> Jantar		
<input type="checkbox"/> Ceia		
Sexta-feira		
Refeição	Quantidade servida	
<input type="checkbox"/> Café da manhã		
<input type="checkbox"/> Colação		
<input type="checkbox"/> Almoço		
<input type="checkbox"/> Lanche		
<input type="checkbox"/> Jantar		
<input type="checkbox"/> Ceia		
Sábado		
Refeição	Quantidade servida	
<input type="checkbox"/> Café da manhã		
<input type="checkbox"/> Colação		
<input type="checkbox"/> Almoço		
<input type="checkbox"/> Lanche		
<input type="checkbox"/> Jantar		
<input type="checkbox"/> Ceia		

5 - Aspectos educativos

5.1 - Qual a disponibilidade de horários para participar destas ações?

5.2 - Dispõe de espaço para realizar ações educativas? () sim () não

5.3 - Sugestões de temas para as ações educativas nas áreas de nutrição e na assistência:

_____, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do responsável MBS

Assinatura do responsável pela Entidade Social

Parecer Técnico do(a) Assistente social:

Parecer Técnico do(a) Nutricionista:

ANEXO 11 - Termo de Cooperação Entidade Social

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC (PROGRAMA MESA BRASIL SESC) E ...**(NOME DA ENTIDADE SOCIAL)**, NOS TERMOS ABAIXO:

O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC) / ADMINISTRAÇÃO NACIONAL, instituição privada de assistência social sem fins lucrativos, instituída pelo Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, com regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967 e alterações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.469.164/0001-11, representada neste ato pelo Sr. Diretor-Geral do Departamento Nacional – Sr. Carlos Artexes Simões, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 2120 – ME/RJ, CPF nº 698.476.907-82, doravante denominada Sesc

e

a ...**(NOME DA ENTIDADE SOCIAL)**, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx/xxxx, com sede na rua xxxxxx, cidade/estado, CEP, neste ato representada por **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, -xx na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada Entidade Social considerando que:

- 1) O Sesc desenvolve o Mesa Brasil Sesc, uma Rede Nacional de Solidariedade contra a Fome e o Desperdício de Alimentos, que tem na parceria com diversos setores da sociedade a base de sua sustentação;
- 2) Trata-se de um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional que recebe doações de produtos alimentícios fora dos padrões de comercialização, mas próprios para o consumo humano, e os distribui para complementação das refeições servidas por entidades sociais. Nesta mesma lógica, eventualmente, recebe doações de produtos de higiene pessoal e limpeza, além de peças de vestuários e mercadorias diversas.

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 - O Objeto do presente Termo de Cooperação é a distribuição gratuita de produtos alimentícios que se encontram fora dos padrões de comercialização, mas dentro de padrões de consumo pelo SESC à ENTIDADE SOCIAL, que deverá disponibilizá-los a seus assistidos na forma de refeições prontas servidas gratuitamente em sua sede.
- 1.2 - A distribuição gratuita dos alimentos é realizada no âmbito do Programa Mesa Brasil Sesc, cujas estratégias de mobilização e ações educativas contribuem para a solidariedade social e desenvolvimento comunitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS A SEREM OBSERVADOS PELA ENTIDADE SOCIAL

2.1 - A Entidade Social obriga-se a manter válidos os seguintes requisitos:

- a) possuir estatuto social;
- b) possuir registro ativo no CNPJ;
- c) estar registrada no Conselho Municipal de Assistência Social ou outros conselhos de direitos;
- d) prestar atendimento gratuito;
- e) preparar e servir refeições na própria sede;
- f) possuir cozinha, despensa e refeitório adequados;
- g) participar das ações sócio-educativas promovidas pelo Programa Mesa Brasil Sesc;
- h) não possuir vínculo político-partidário.

2.2 - A Entidade Social declara estar ciente das condições indispensáveis para a manutenção do presente Termo e para receber os alimentos conforme a cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - Compete ao Programa Mesa Brasil Sesc:

- a) Distribuir alimentos próprios para o consumo e produtos diversos, conforme programação prévia, em conformidade com o arrecadado junto aos doadores do Programa;
- b) Desenvolver reuniões e ações educativas junto a entidades sociais voltadas para gestores, funcionários, voluntários e assistidos;
- c) Comunicar com antecedência possíveis alterações na rotina de distribuição de alimentos;

- d) Emitir o recibo de “Cessão de Alimentos” a cada entrega de alimentos, discriminando a entidade, os alimentos, as quantidades, devendo ser assinada pelo Sesc e pelo representante da entidade receptora;
- e) Desligar automaticamente, sem aviso prévio, a entidade que estiver vendendo produto ou utilizando de forma inadequada.

3.2 - Compete à Entidade Social:

- a) Retirar os alimentos por meios próprios e de forma adequada, em local indicado pelo Sesc nas datas e horários pré-determinados, devendo comunicar com antecedência sobre eventual impossibilidade de retirada;
- b) Responsabilizar-se pelo acondicionamento, manipulação e consumo adequado dos alimentos, conforme orientações do Programa e legislação sanitária vigente;
- c) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das refeições servidas;
- d) Observar o prazo de validade dos alimentos recebidos por força do presente instrumento;
- e) Não vender ou repassar os alimentos provenientes do Programa para terceiros;
- f) Conferir e assinar os recibos de entrega;
- g) Participar das reuniões e ações educativas do Programa, comunicando com antecedência quando da impossibilidade de comparecimento. Três faltas injustificadas, consecutivas ou alternadas, dentro do período de 12 (doze) meses, levarão ao desligamento da Entidade Social e à rescisão do presente instrumento;
- h) Comunicar ao Programa toda e qualquer mudança quanto ao endereço, telefone e quantitativo de pessoas assistidas;
- i) Não utilizar marcas, logotipos ou a imagem do Programa Mesa Brasil Sesc ou do Sesc sem autorização prévia e expressa;
- j) Comunicar imediatamente caso verifique alimentos que eventualmente não estejam em condições de consumo, segregando-os e dando-lhes tratamento conforme orientação do Programa.

CLÁUSULA QUARTA — DOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

4.1 - O pessoal a ser envolvido nas atividades afetas ao objeto do presente termo, bem como os materiais e equipamentos que possam vir a ser utilizados, não perderão, em nenhum momento, sua vinculação e destinação com a instituição de origem.

CLÁUSULA QUINTA — DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2 - O presente termo não envolve transferência de recursos financeiros entre as partes, cada qual arcando com eventuais despesas necessárias à sua execução.

Parágrafo Único: Havendo necessidade de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações específicas decorrentes deste termo, as partes deverão firmar instrumento próprio para a consecução de tal fim.

CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência do presente termo será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por meio de termos aditivos, mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA — DA ALTERAÇÃO

6.2 - Admitir-se-ão, excepcionalmente, propostas de reformulação do presente termo por solicitação formal, que serão previamente apreciadas por ambas as partes envolvidas e assinados os competentes termos aditivos, vedada, porém, a mudança no objeto.

CLÁUSULA OITAVA — DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

8.1 - Este termo terá sua vigência encerrada:

- a) por rescisão, no caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas pelas partes; ou
- b) por rescisão, mediante comunicação prévia, por escrito, à parte contrária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem a necessidade de justificativa e sem direito a qualquer tipo de reparação ou indenização de parte a parte; ou
- c) a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

8.2 - Ocorrendo denúncia ou qualquer das hipóteses que impliquem rescisão deste termo, ficam as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Elegem as partes, com a renúncia de qualquer outro, o foro da comarca do _____, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E por estarem justos e acordados, firmam entre si o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____, ____ de _____ de _____.

Serviço Social do Comércio – Administração Regional do Sesc no estado XXX

Entidade Social

Testemunhas:

 Nome:
 CPF:

 Nome:
 CPF:



ANEXO 12 - Termo de Desligamento

_____, _____ de _____ de 20____.

Prezado Sr. ou Sra.

Nome do responsável pela Entidade Social

TERMO DE DESLIGAMENTO DA ENTIDADE SOCIAL DO PROGRAMA MESA BRASIL SESC

O Programa Mesa Brasil Sesc tem como missão contribuir para a Segurança Alimentar e Nutricional dos indivíduos em situação de maior vulnerabilidade e atuar na redução do desperdício, mediante a distribuição de alimentos doados por parceiros, o desenvolvimento de ações educativas e a promoção da solidariedade social em todo o país. Considerando as visitas de monitoramento realizadas e cumprindo com a cláusula sétima, parágrafo único, do Termo de Cooperação estabelecido entre Instituição e Sesc – Programa Mesa Brasil, vimos por meio deste comunicar que a Entidade Social _____ CNPJ _____ cadastrada em _____ não será mais beneficiada pelo Programa Mesa Brasil Sesc, por (*motivo do desligamento* _____), conforme descrito na cláusula _____ item _____ do Termo de Cooperação.

Assinatura responsável

(Deverá ser assinado pelo responsável que assinou o termo)

ANEXO 13 - Termo de Cooperação Entidade Mediadora

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC (PROGRAMA MESA BRASIL SESC) E ...**(NOME DA ENTIDADE MEDIADORA)**, NOS TERMOS ABAIXO:

O Serviço Social do Comércio (Sesc) / Administração Nacional, instituição privada de assistência social sem fins lucrativos, instituída pelo Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, com regulamento aprovado pelo Decreto Federal nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967 e alterações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.469.164/0001-11, representada neste ato pelo Sr. Diretor Geral do Departamento Nacional – Sr. Carlos Artexes Simões, brasileiro, casado, professor, residente e domiciliado no Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade nº 2120 – ME/RJ, CPF nº 698.476.907-82, doravante denominada **Sesc**

e

a ...**(NOME DA ENTIDADE MEDIADORA)**, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxx/xxxx, com sede na rua xxxxxx, cidade/estado, CEP, neste ato representada por **FULANO DE TAL**, nacionalidade, estado civil, profissão, -xx na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada Entidade Mediadora considerando que:

- 1) O Sesc desenvolve o Mesa Brasil Sesc, uma Rede Nacional de Solidariedade Contra a Fome e o Desperdício de Alimentos, que tem na parceria com diversos setores da sociedade a base de sua sustentação;
- 2) Trata-se de um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional que recebe doações de produtos alimentícios fora dos padrões de comercialização, mas próprios para o consumo humano, e os distribui para que sejam encaminhados, também de forma gratuita, pelas Entidades Mediadoras às famílias assistidas. Nesta mesma lógica o Sesc, eventualmente, recebe e pode distribuir doações de produtos de higiene pessoal e limpeza, além de peças de vestuários e mercadorias diversas;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O Objeto do presente Termo de Cooperação é a distribuição gratuita de produtos alimentícios que se encontrem fora dos padrões de comercialização, mas dentro de padrões de consumo, pelo SESC à ENTIDADE MEDIADORA, que deverá disponibilizá-los a seus assistidos.

1.2 - A distribuição gratuita dos alimentos é realizada no âmbito do Programa Mesa Brasil Sesc, cujas estratégias de mobilização e ações educativas contribuem para a solidariedade social e desenvolvimento comunitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS A SEREM OBSERVADOS PELA ENTIDADE MEDIADORA

2.1 - A Entidade Mediadora obriga-se a manter válidos os seguintes requisitos:

- a) possuir estatuto social;
- b) possuir registro ativo no CNPJ;
- c) estar registrada no Conselho Municipal de Assistência Social ou outros Conselhos de Direitos;
- d) prestar atendimento gratuito;
- e) participar das ações socioeducativas promovidas pelo Programa Mesa Brasil Sesc;
- f) não possuir vínculo político-partidário;
- g) possuir cadastro das famílias assistidas.

2.2 - A Entidade Mediadora declara estar ciente das condições indispensáveis para a manutenção do presente Termo e para receber os alimentos conforme a cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA — DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - Compete ao Programa Mesa Brasil Sesc:

- a) Distribuir alimentos próprios para o consumo e produtos diversos, conforme programação prévia e em conformidade com o arrecadado junto aos doadores do Programa;
- b) Solicitar cadastro das famílias assistidas, sempre que houver necessidade;
- c) Desenvolver reuniões e ações educativas junto a entidades sociais voltadas para gestores, funcionários, voluntários e famílias assistidas;
- d) Comunicar com antecedência possíveis alterações na rotina de distribuição de alimentos;
- e) Emitir o recibo de “Cessão de Alimentos” a cada entrega de alimentos, discriminando a entidade, os alimentos e as quantidades, devendo ser assinado pelo Sesc e pelo representante da Entidade Mediadora;
- f) Desligar automaticamente, sem aviso prévio, a entidade que estiver vendendo ou utilizando de forma inadequada os alimentos provenientes do Programa.

3.2 - Compete à Entidade Mediadora:

- a) Retirar os alimentos por meios próprios e de forma adequada, em local indicado pelo Sesc nas datas e horários pré-determinados, devendo comunicar com antecedência sobre eventual impossibilidade de retirada;
- b) Responsabilizar-se pelo acondicionamento e entrega dos alimentos às famílias assistidas de forma adequada, conforme orientações do Programa e legislação sanitária vigente;
- c) Responsabilizar-se integralmente pela redistribuição dos alimentos às famílias assistidas dentro de condições adequadas de consumo e dentro do prazo de validade;
- d) Não vender e nem repassar os alimentos provenientes do Programa para terceiros;
- e) Emitir o Controle de Entrega das Doações relacionando os responsáveis pelas famílias, para que estes assinem e confirmem o recebimento;
- f) Conferir e assinar o Controle de Entrega das Doações;
- g) Participar das reuniões e ações educativas do Programa, comunicando com antecedência quando da impossibilidade de comparecimento. 3 (Três) faltas injustificadas, consecutivas ou alternadas, dentro do período de 12 (doze) meses levarão ao desligamento da Entidade Mediadora e rescisão do presente instrumento independentemente de notificação prévia;
- h) Comunicar ao Programa toda e qualquer mudança quanto ao endereço, telefone e quantitativo de famílias assistidas;
- i) Entregar em até 30 dias, a partir da retirada da doação, os relatórios de prestação de contas em formulário próprio do Programa;
- j) Não utilizar marcas, logotipos ou a imagem do Programa Mesa Brasil Sesc ou do Sesc sem autorização prévia e expressa;
- k) Comunicar imediatamente caso verifique alimentos que eventualmente não estejam em condições de consumo ou dentro da validade, segregando-os e dando-lhes tratamento conforme orientação do Programa.

CLÁUSULA QUARTA — DOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

4.1 - O pessoal envolvido nas atividades afetas ao objeto do presente termo bem como os materiais e equipamentos que possam vir a ser utilizados, não perderão, em nenhum momento, sua vinculação e destinação com a instituição de origem.

CLÁUSULA QUINTA — DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - O presente termo não envolve transferência de recursos financeiros entre as partes, cada qual arcando com eventuais despesas necessárias à sua execução.

Parágrafo Único: Havendo necessidade de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações específicas decorrentes deste termo, as partes deverão firmar instrumento próprio para a consecução de tal fim.

CLÁUSULA SEXTA — DA VIGÊNCIA

6.1 - O prazo de vigência do presente termo será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por meio de termos aditivos, mediante acordo entre as partes.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

7.1 - Admitir-se-ão, excepcionalmente, propostas de reformulação do presente termo por solicitação formal, que serão previamente apreciadas por ambas as partes envolvidas e assinados os competentes termos aditivos, vedada, porém, a mudança no objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DA RENÚNCIA

8.1 - Este termo terá sua vigência encerrada:

- a) por rescisão, no caso de descumprimento de quaisquer de suas cláusulas pelas partes; ou
- b) por resilição, mediante comunicação prévia, por escrito, à parte contrária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem a necessidade de justificativa e sem direito a qualquer tipo de reparação ou indenização de parte a parte; ou
- c) a qualquer tempo, em face da superveniência de impedimento legal que o torne formal ou materialmente inexequível.

8.2 - Ocorrendo denúncia ou qualquer das hipóteses que impliquem rescisão deste termo, ficam as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido este instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Elegem as partes, com a renúncia de qualquer outro, o foro da comarca do _____, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

E por estarem justos e acordados, firmam entre si o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

_____, _____ de _____ de 20_____.

Serviço Social do Comércio – Administração Regional do Sesc no Estado
XXXXXX

Entidade mediadora

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



ANEXO 14 - Cadastro de Família *(Sugestão do MBS às Entidades Sociais)*

Nome do beneficiário:	
Sexo: () Masculino () Feminino	Data de nascimento:
Localidade (comunidade ou território):	
Carteira de identidade:	CPF:
Endereço:	
Tel.:	E-mail:

1 - Há quanto tempo reside no local: (marque "x" na opção)

() Menos de 1 ano () Entre 1 e 3 anos () Mais de 3 anos

2 - Situação habitacional: (marque "x" na opção)

() Própria () Alugada () Cedida

3 - Número de moradores: (enumere a questão de acordo com o número de pessoas)

() Crianças () Adolescentes () Adultos () Idosos
(menos de 11 anos) (11 a 17 anos) (18 a 59 anos) (maior de 60 anos)

4 - Renda familiar: (marque "x" na opção)

() 1 salário mínimo () 1 a 3 salários mínimos () Mais de 3 salários mínimos
() Menos de 1 salário mínimo () Sem renda

5 - Situação de trabalho: (marque "x" na opção)

() Formal () Autônomo () Informal () Desempregado

6 - Recebe ajuda do governo: (marque "x" na opção)

() Bolsa Família () Benefício de prestação continuada () Outros _____
() Não

7 - Recebe alimentos de outro lugar: (marque "x" na opção)

() Sim Qual lugar: _____ () Não

8 - Escolaridade: (marque "x" na opção)

() Sem escolaridade () Ensino Fundamental incompleto
() Ensino médio completo () Ensino médio incompleto () Ensino Superior

9 - Participação em cursos ou projetos oferecidos na entidade: (marque "x" na opção e descreva)

() Sim () Não

Quais: _____

DESCRIÇÕES**Renda familiar:**

Menos de 1 salário mínimo = menos de R\$ 890,00

1 salário mínimo = R\$ 890,00

1 a 3 salários mínimos = R\$ 891,00 a R\$ 2.670,00

Mais de 3 salários mínimos = R\$ mais de R\$ 2.670,00

Situação de trabalho:

Formal – carteira assinada

Autônomo – Trabalha por conta própria

Informal – Sem carteira assinada

Escolaridade:

Ensino Fundamental incompleto – 1º ano ao 9º ano

Ensino médio completo – conclusão do 3º ano do 2º grau



ANEXO 15 - Visita de Monitoramento a Entidade Social

1 - IDENTIFICAÇÃO

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Houve alteração de dados cadastrais: () Sim () Não

Se sim, descrever os novos dados: _____

Responsável pela Entidade Social: _____

Documentação pendente:

Pré-requisitos:

- () CNPJ
- () Ata atualizada
- () Estatuto
- () Alvará de localização
- () Licença sanitária
- () Plano de ação
- () Cadastro de pessoas e/ou famílias atendidas

Registro em Conselhos:

- () Possui registro no Conselho _____ e já entregou a documentação ao MB
- () Está em processo no Conselho _____
- () Não possui registro em Conselho

Outros documentos pendentes:

2 - PERFIL

2.1 - Modalidade de atendimento: () Sistemática () Eventual

2.2 - Número atualizado de pessoas atendidas: _____

2.3 - Tipo de clientela atendida: () crianças () adultos () idosos () famílias

2.4 - Tipo de distribuição dos alimentos: () Produção no local () Distribuição a famílias

2.5 - Atualização de cadastro dos beneficiados:

IDADE:	USUÁRIOS	FUNCIONÁRIOS	VOLUNTÁRIOS	CEDIDOS	TOTAL
01 a 04 anos e 11 meses					
05 a 09 anos e 11 meses					
10 a 11 anos e 11 meses					
12 a 17 anos e 11 meses					
18 a 19 anos e 11 meses					
20 a 59 anos e 11 meses					
60 anos acima					

2.6 - Dias da semana que o alimento é produzido/distribuído:

- () Segunda a sexta () Semanal () Somente finais de semana () Quinzenal () Mensal

2.7 - Tipos de refeições distribuídas:

- () Café da manhã () Colação () Almoço () Lanche () Jantar

3 - SEGURANÇA ALIMENTAR

3.1 - As condições higiênico/sanitárias (procedimentos de manipulação, armazenamento, higienização) da cozinha estão adequadas: () Sim () Não

3.2 - A estrutura física da cozinha está adequada para o preparo de refeições:

() Sim () Não Obs.: _____

3.3 - Dias e horários ideais para chegada dos alimentos: _____

3.4 - Tipo de alimento mais utilizado: _____

3.5 - Tem recebido os alimentos em boa qualidade: () Sim () Não

3.6 - Os recibos de doação estão sendo assinados e entregues: () Sim () Não

3.7 - Na entrega dos alimentos às famílias, faz registros para controle das doações:

() Sim () Não

3.8 - A quantidade de produtos recebidos do Mesa Brasil Sesc pode ser classificada como:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

3.9 - A qualidade da alimentação da instituição antes do programa pode ser avaliada como:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

3.10 - Após as doações feitas pelo Programa, como pode ser avaliada a qualidade da alimentação:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

3.11 - Registra alguma alteração no hábito alimentar do público atendido?

() sim () não

3.12 - Em caso positivo, tal alteração pode ser avaliada como:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

3.13 - Já realizava o aproveitamento integral e o reaproveitamento dos alimentos antes do programa?

() sim () não

3.14 - Antes da inclusão no programa, avalia tal aproveitamento como:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

3.15 - Após a inclusão no Programa, avalia tal aproveitamento como:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

3.16 - No aspecto alimentar, você avalia o Programa Mesa Brasil Sesc, como:

() Ótimo () Bom () Regular () Ruim

3.18 - Possui veículo próprio:

() Sim () Não

3.19 - Recebe outras doações de alimentos além do Mesa Brasil Sesc:

() Sim () Não

Se sim, quem realiza e qual a periodicidade: _____

4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 - Data e conteúdo da última ação educativa ou ação social realizada com a população atendida: _____

4.2 - Os colaboradores já participaram dos cursos ministrados pelo Mesa Brasil?

Quais? Estão aplicando os conteúdos/conceitos repassados? _____

5 - CONCLUSÃO

Orientações repassadas à Instituição (se necessário): _____

Parecer Técnico: _____

Conforme informações obtidas conclui-se que a Entidade continuará a ser/ou será:

- () Atendida sistematicamente
- () Atendida eventualmente
- () Suspensa temporariamente: _____

Data do monitoramento: ____/____/____

 Responsável pela Instituição no ato da visita

 Responsável Programa Mesa Brasil Sesc



Anexo 16 - Lista de Presença – Ação Educativa

Nome da Ação:

Instrutor:

	NOME DO PARTICIPANTE	EMPRESA/INSTITUIÇÃO	DATA: / /	ASSINATURA
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				

Anexo 17 - Mapa de Resultados*

Regional:						Modalidade:							
Cidade:													
INFORMAÇÕES MENSAIS													
ITENS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
Abrangência do Programa (Número)													
GRUPO 1													
Quilos arrecadados													-
Quilos distribuídos													-
Complementação de refeições													-
Despesa mensal do Programa													-
GRUPO 2 - INFORMAR A QUANTIDADE EM QUILOS													
Higiene pessoal													-
Limpeza ambiental													-
Vestuário/tecido													-
Outras doações													-
Nº campanhas													-
Nº dias													-
Atendimentos realizados													-
GRUPO 3 - INFORMAR A QUANTIDADE DE EMPRESAS QUE DOARAM E ENTIDADES QUE RECEBERAM NO MÊS													
Empresas Sistemáticas Doadoras													
Empresas Doadoras (Eventuais)													
Empresas Doadoras de Serviços													
Entidades Sistemáticas													
Entidades (eventuais)													
CLIENTELA – FAIXA ETÁRIA - INFORMAR A QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS NO MÊS													
0 a 4 anos e 11 meses													
5 a 9 anos e 11 meses													
10 a 11 anos e 11 meses													
12 a 17 anos e 11 meses													
18 a 19 anos e 11 meses													
20 a 59 anos e 11 meses													
60 ou mais anos													
Clientela atendida nas Instituições Eventuais													
Total Clientela das Instituições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GRUPO 4													
Seminários, Encontros, Palestras e Orientações													-
Oficinas													-
Cursos													-
Participantes ações educativas													-
Encontro de entidades sociais/redes													-
Visitas às entidades													-
Visitas aos doadores													-
Treinamento de voluntários													-
Voluntários treinados													-
Voluntários efetivos													-

*O mapa segue, ainda, o Referencial Programático em uso desde 2004.



Regional: _____ Modalidade: _____

Cidade: _____

INFORMAÇÕES DE CADASTRO

GRUPO 3 - INFORMAR A QUANTIDADE TOTAL DE EMPRESAS, ENTIDADES CADASTRADAS NO SOFTWARE

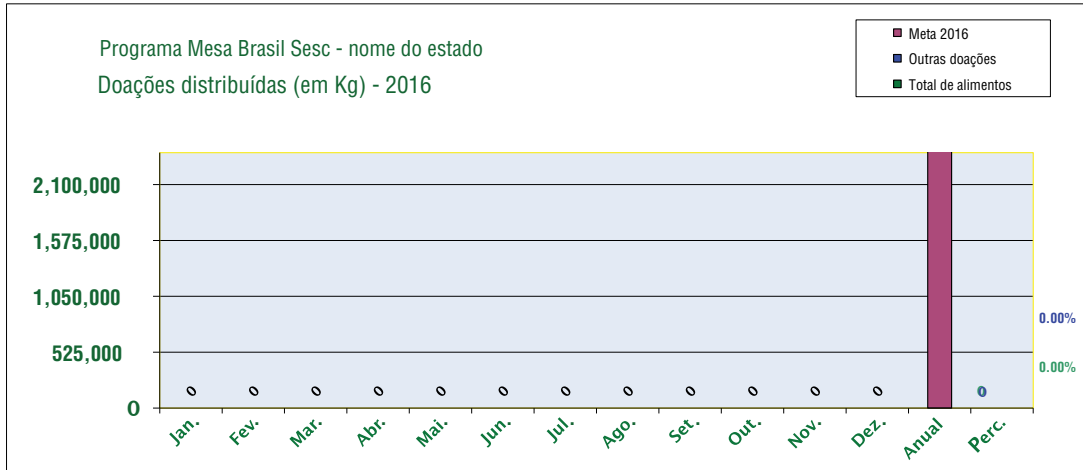
	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Empresas Sistemáticas Doadoras												
Empresas Doadoras (eventuais)												
Empresas Doadoras de Serviços												
Entidades Sistemáticas												
Entidades (eventuais)												
Entidades em fila de espera												

CLIENTELA – FAIXA ETÁRIA - INFORMAR A QUANTIDADE TOTAL DE EMPRESAS, ENTIDADES CADASTRADAS NO SOFTWARE

0 a 4 anos e 11 meses												
5 a 9 anos e 11 meses												
10 a 11 anos e 11 meses												
12 a 17 anos e 11 meses												
18 a 19 anos e 11 meses												
20 a 59 anos e 11 meses												
60 ou mais anos												
Clientela atendida nas Instituições Eventuais												
Total Clientela das Instituições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Regional:	Modalidade:
Cidade:	
OBSERVAÇÕES	
Janeiro	
Fevereiro	
Março	
Abril	
Maio	
Junho	
Julho	
Agosto	
Setembro	
Outubro	
Novembro	
Dezembro	



OUTROS ANEXOS PARA CONSULTA

Anexo 18 - Roteiro de Acompanhamento Semestral

I - IDENTIFICAÇÃO

I.1 Departamento Regional:	I.2 Cidades com o Programa implantado:	I.3 Modalidade:	I.4 Data de início:

I.5 Período de realização: (refere-se ao período indicado no Plano de Ação)

I.6 Período do relatório de acompanhamento: () 1º semestre () 2º semestre

I.7 Responsáveis pelo relatório:-

(informar nome e função de cada técnico participante da discussão e da formulação deste relatório)

II - SITUAÇÃO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS COMPONENTES / ATIVIDADES DO PROGRAMA

II.1 Considerando o cronograma de ações definido na PPT, descreva:

A) Mobilização de parceiros

A.1 Ações de captação e fidelização de parceiros

A.1.1 Quais as ações mobilizadoras realizadas?	A.1.1.a Data/período	A.1.1.b De acordo com os indicadores, quais os resultados atingidos?

A.1.2 Visitas aos doadores

Instituição	Cidade	Data	Objetivo				
			Sensibiliz.	Cadastram.	Acomp.	Avaliação	Outro

A.2 Ações de divulgação realizadas

A.3 Evento de prestação de contas

A.3.1 Participantes e instituições de procedência	A.3.2 Período de realização/Carga horária	A.3.3 Conteúdo da ação	A.3.4 De acordo com os indicadores, quais os resultados atingidos?

A.4 Nº total de ações no período:

Ações mobilizadoras	Visitas aos doadores	Ações de divulgação	Outras(*)	Especificar outras:

A.5 Quais as ações planejadas e não realizadas?	A.5.1 Por quê?	A.5.2 Quais os prejuízos causados ao Planejamento?	A.5.3 O que fazer (ou o que foi feito) para superá-los?

--	--	--	--

B) Segurança Alimentar

B.1 Ações de cadastramento e monitoramentos das entidades sociais

B.1.1 Visitas às entidades sociais

Entidade Social	Cidade	Data	Objetivo		Observações
			Cadastr.	Acomp.	

B.2 Ações para ampliação da clientela beneficiária (famílias)

Entidade Social	Cidade	Data	Observações/Resultados

B.3 Nº total de ações no período:

Visitas às entidades	Ações para ampliação	Outras(*)	Especificar outras:

B.4 Quais as ações planejadas e não realizadas?	B.4.1 Por quê?	B.4.2 Quais os prejuízos causados ao Planejamento?	B.4.3 O que fazer (ou o que foi feito) para superá-los?

B.5.4.4 Quais as ações planejadas e não realizadas?	B.5.4.5 Por quê?	B.5.4.6 Quais os prejuízos causados ao Planejamento?	B.5.4.7 O que fazer (ou o que foi feito) para superá-los?

C) Capacitação/Empoderamento - Desenvolvimento de Capacidade

C.1 Quais as ações educativas realizadas? (uma linha para cada ação)	C.1.1 Objetivos	C.1.2 Participantes e entidades de procedência	C.1.3 Período de realização/ Carga horária	C.1.4 De acordo com os indicadores, quais os resultados atingidos?

C.2 Foram realizadas ações de capacitação das entidades sociais/fortalecimento da rede social? () sim () não

C.2.1 Em caso positivo, indique:

C.2.1.a Quais as ações realizadas? (uma linha para cada ação)	C.2.1.b Objetivos	C.2.1.c Participantes e instituições de procedência	C.2.1.d Período de realização/ Carga horária	C.2.1.e De acordo com os indicadores, quais os resultados atingidos?

D) Mobilização de voluntários

D.1 Ações de captação de voluntários

D.1.1 Quais as ações mobilizadoras realizadas?	D.1.1.a Data/ período	D.1.1.b De acordo com os indicadores, quais os resultados atingidos?

D.2 Equipes de voluntários

Nº de voluntários cadastrados no período	Nº de voluntários inscritos (dentre os cadastrados no período)			Total de voluntários no Programa (dado cumulativo)
	Área técnica	Área operacional	Área administrativa	

Observações

D.3 Treinamento dos voluntários				
D.3.1 Quais as ações realizadas? (uma linha para cada ação)	D.3.2 Objetivos	D.3.3 Participantes	D.3.4 Período de realização/ Carga horária	D.3.5 De acordo com os indicadores, quais os resultados atingidos?
D.4 Nº total de ações no período e atendimentos realizados				
D.4.1 Treinamento de voluntários	D.4.2 Nº de voluntários treinados			
D.5 Ações de supervisão do voluntariado				
D.5.1 Quais as ações realizadas? (uma linha para cada ação)	D.5.2 Objetivos	D.5.3 Participantes	D.5.4 Período de realização/ Carga horária	Observações
D.6 Quais as ações planejadas e não realizadas?	D.6.1 Por quê?	D.6.2 Quais os prejuízos causados ao Planejamento?	D.6.3 O que fazer (ou o que foi feito) para superá-los?	

III - PROCEDIMENTOS DE GESTÃO

A) Ações de acompanhamento das equipes

A.1 Quais as ações realizadas? (uma linha para cada ação)	A.1.1 Objetivos	A.1.2 Participantes	A.1.2 Período de realização/ Carga horária	Observações
A.2 Quais as ações planejadas e não realizadas?	A.2.1 Por quê?	A.2.2 Quais os prejuízos causados ao planejamento?	A.2.3 O que fazer (ou o que foi feito) para superá-los?	

B) Observações gerais



Anexo 19 - Monitoramento do Parceiro Doador

DADOS DA EMPRESA:

Nome fantasia:

Tipo de empresa: () Pública () Privada () Mista

Ramo de atividade: () Indústria () Comércio () Transporte () Outros _____

Houve alteração nos dados cadastrais?

Pessoa responsável ou contato:

Fone:

Telefone fixo:

Celular:

DOAÇÕES:

1 - Tipos de doações:

() Hortifruti () Carnes () Frios () Alimentos não perecíveis () Serviços

() Outros _____

2 - Rotina de doação:

() Diário () Semanal () Quinzenal () Mensal () Eventual

Dia da doação: _____ Turno: () Matutino () Vespertino

Horário aproximado: _____

3 - Possui dúvidas quanto ao tipo e à qualidade dos alimentos doados?

4 - Recebeu orientações quanto a qualidade dos alimentos doados? () Sim () Não

5 - Os colaboradores já participaram do curso de Higiene e Manipulação ministrado pelo Mesa Brasil Sesc? Estão aplicando os conteúdos/conceitos repassados? _____

Observações:

Data do Monitoramento: ___/___/___

Responsável Programa Mesa Brasil Sesc

Responsável da Empresa Doadora



Anexo 20 - Procedimentos Padronizados de Coleta de Alimentos

O Mesa Brasil Sesc é um Programa de segurança alimentar e nutricional do Sesc em parceria com empresas, entidades sociais e voluntários. Buscando onde sobra e suprimindo onde falta, o programa combate o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.

COMO FUNCIONA?

É realizada a coleta diária de alimentos, com seleção no próprio local e destinação imediata às entidades para Colheita Urbana. Na modalidade de Banco de Alimentos as doações são encaminhadas para o Programa e as entidades realizam a retirada, conforme cronograma definido pelo Mesa.

Os alimentos selecionados são transferidos para caixas do Programa ou embalagens adequadas.

Sugerimos o uso de luvas descartáveis para equipe de coleta durante a seleção dos alimentos como proteção.

Os alimentos que não estão próprios para o consumo permanecerão no doador para realização do descarte.

Todos esses procedimentos de seleção e transporte dos alimentos seguem normas de controle higiênico-sanitário contidas na RDC 216 / 2004 da ANVISA, e na Portaria 326/ 1997 do Ministério da Saúde.

QUAIS AS CARACTERÍSTICAS DO ALIMENTO A SER DOADO?

- Dentro do prazo de validade;
- Embalagens íntegras e não estufadas;
- Armazenamento em temperatura adequada conforme orientações do fabricante/fornecedor;
- Sem alteração sensorial por deterioração, (viscosidade, amolecimento etc.);
- Isento de sujidades, insetos, agrotóxicos, ovos de parasitas;

ACONDICIONAMENTO E CONSERVAÇÃO

Os alimentos disponibilizados para a doação devem estar acondicionados em embalagens limpas e próprias para alimentos.

Seguem abaixo algumas características a serem observadas e as temperaturas de conservação, de acordo com o tipo de produto:

PRODUTO	CARACTERÍSTICAS A SEREM OBSERVADAS	TEMPERATURA PARA RECEBIMENTO
Leite e derivados	logurte/manteiga/queijos/leite pasteurizado – observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Sob refrigeração
Massas frescas	Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Sob refrigeração
Embutidos	Observar a validade do produto e a integridade das embalagens.	Sob refrigeração
Frios cozidos	Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Sob refrigeração
Legumes, frutas e verduras	Ausência de mofo, manchas, partes murchas, amassadas e sinais de apodrecimento.	Temperatura ambiente
Leite longa vida	Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Temperatura ambiente
Amido e farináceos	Observar validade do produto e a integridade das embalagens. Ausência de mofo ou caruncho.	Temperatura ambiente

PRODUTO	CARACTERÍSTICAS A SEREM OBSERVADAS	TEMPERATURA PARA RECEBIMENTO
Cereais e leguminosas	Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Temperatura ambiente
Alimentos enlatados	Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Temperatura ambiente
Alimentos conservados em vidros	As tampas não devem estar enferrujadas, estufadas ou amassadas. Observar validade do produto. Verificar a integridade da embalagem e sinais de trincamento.	Temperatura ambiente
Sucos concentrados	Tampa não deve estar enferrujada. Tombá-lo para verificar se há vazamento. Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Temperatura ambiente
Massas secas	Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Temperatura ambiente
Defumados	Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Temperatura ambiente ou sob refrigeração
Salgados/pães bolos sem recheio	Observar validade do produto e a integridade das embalagens.	Temperatura ambiente

Anexo 21 - Formulário para Registro do Contato com as Entidades Sociais

DATA	TIPO DE CONTATO*	TRATATIVA/ASSUNTO	CONTATO FEITO POR

*Tipo de contato: telefone, e-mail, presencial.



Anexo 22 - Cronograma Anual de Monitoramento das Entidades Sociais

Nº DO CADASTRO	NOME DA ENTIDADE SOCIAL	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
Total de visitas a serem realizadas:													



Anexo 23 - Solicitação de Suspensão das Doações

_____, _____ de _____ de 20_____.

Ao Programa Mesa Brasil Sesc

Ref: Solicitação de suspensão das doações do Programa Mesa Brasil Sesc

Eu, _____, portador do CPF: _____, representante da Instituição _____
_____, cadastrada no Programa Mesa Brasil Sesc da cidade
de _____ em ___/___/_____, solicito a suspensão da doações recebidas pelo Programa
a partir de ___/___/_____, por motivos de _____ (*inserir os motivos da solicitação*) _____
_____.

Estou ciente de que as doações só poderão ser retomadas mediante solicitação formal desta Instituição Social e
nova análise pela equipe do Programa Mesa Brasil Sesc, a fim de efetuar novo cadastro.

Assinatura do representante da Entidade Social

Anexo 24 - Layout Adesivagem da Van e Layout Adesivagem do Caminhão



Anexo 25 - Informativo



Ação que gera grandes resultados

A alimentação é um direito universal – e garante da qualidade de vida de todos. Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira. Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos



Como funciona a Mesa Brasil SESC

Coletor urbano
Coletamos de produtores locais, produtores rurais, supermercados e indústrias, com o objetivo de garantir a qualidade dos alimentos.

Banco de alimentos
Recebemos, armazenamos e redistribuímos alimentos. Também fazemos um trabalho de educação alimentar e nutricional, visando melhorar a qualidade de vida da população.

Beneficiário
Recebemos alimentos e programas de segurança alimentar e nutricional. Também fazemos um trabalho de educação alimentar e nutricional, visando melhorar a qualidade de vida da população.

Integração
Trabalhamos em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias.

INFORMAÇÃO MBS



O SESC exercita essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil

Educador Assistente

A alimentação é um direito universal – e garante da qualidade de vida de todos. Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira. A alimentação é um direito universal – e garante da

A alimentação é um direito universal – e garante da qualidade de vida de todos. Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira. A alimentação é um direito universal – e garante da

Expediente: Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.

INFORMAÇÃO MBS

Educador Assistente

O SESC exercita essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil

A alimentação é um direito universal – e garante da qualidade de vida de todos. Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.

Programa de segurança alimentar e nutricional

O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.



A SESC Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.



Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.

INFORMAÇÃO MBS



Assistente
O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.

Bolo de Cenoura Ingredientes

A alimentação é um direito universal – e garante da qualidade de vida de todos. Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.

Bolo de Cenoura Ingredientes

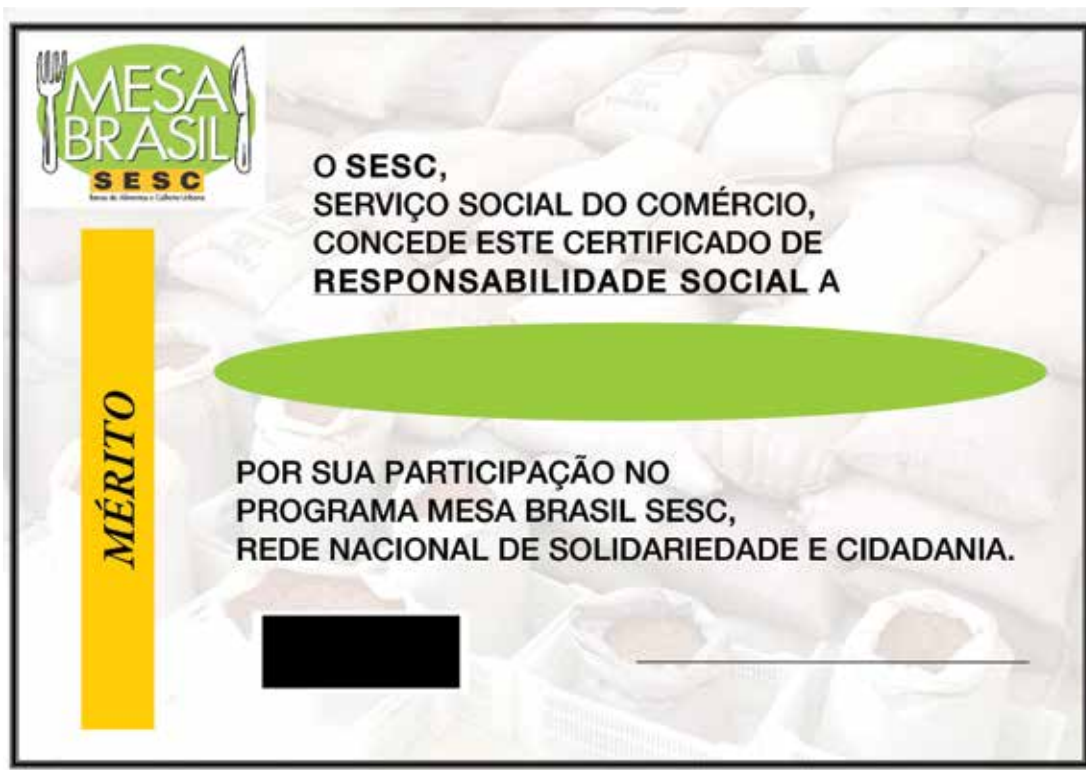
A alimentação é um direito universal – e garante da qualidade de vida de todos. Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.

Educador Assistente

através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil

A alimentação é um direito universal – e garante da qualidade de vida de todos. Como condição essencial aos cidadãos, deve ser compartilhada por toda a sociedade. O SESC oferece essa certeza através do programa de segurança alimentar e nutricional Mesa Brasil em parceria com empresas, instituições sociais e voluntárias, forma gigantesca cadeia de redistribuição de alimentos aos menos favorecidos. Buscando onde sobra e suprindo onde falta, o Programa combate a desigualdade social, o desperdício de alimentos e as carências alimentares da população brasileira.



Anexo 26 - Certificado de Mérito Comunitário

Esta publicação foi composta na tipografia helvetica condensed em corpo 11 e impressa em papel reciclado 90 g/m² (miolo) e 180 g/m² (capa).